

Carlos E. R. Mendonça

TROTSKY NO MÉXICO

marxismo, nacionalismo e subalternidade



EDITORA UFRJ

Leon Trotsky entregou à luta do proletariado o que tinha de mais especial: astúcia política, refinamento intelectual e uma militância dedicada, o que o elevou ao patamar das figuras mais cativantes do século XX. Sua vida não foi simples: Trotsky foi preso, perseguido, exilado e assassinado. Seus livros foram censurados, sua história difamada e suas posições políticas, estigmatizadas. Ainda assim, a vida e a obra de Trotsky inspiraram gerações de intelectuais e militantes. Em todo o mundo, centenas de organizações partidárias, sindicais e estudantes reivindicam-se trotskistas. Em diversos eventos históricos, como a Guerra Civil Espanhola e a Revolução Boliviana de 1952, os trotskistas fizeram-se presentes. Não menos importante, seus escritos seguem tendo muito a dizer às novas gerações, além de terem inspirado alguns dos mais destacados marxistas do século XX, tais como Ernest Mandel e Michael Löwy.

É sobre essa excepcional figura que Carlos Eduardo Rebello de Mendonça assumiu a tarefa de escrever uma série de livros cuja qualidade fundamental é destrinchar um enorme conjunto de formulações teóricas e analíticas, conectando-as com questões históricas e contemporâneas de maneira concomitantemente sofisticada e inteligível.

A obra de Rebello de Mendonça tem como foco a produção intelectual do líder bolchevique, em vez de sua biografia. Isso, contudo, não quer dizer que a vida do revolucionário tenha sido ignorada pelo autor. Ademais, o fato de o livro abordar questões surgidas do encontro de Trotsky com a América Latina o aproxima do leitor brasileiro. Temas como nacionalismo, subalternidade, democracia e questões hoje associadas aos estudos pós-coloniais são abordados com clareza e o necessário rigor metodológico.

Este livro é um convite ao resgate do pensamento de um revolucionário que merece lugar de destaque na prateleira dos teóricos marxistas, seja pelo preciso emprego do materialismo dialético em direção oposta ao economicismo e ao historicismo que por vezes prosperaram entre os marxistas, seja pela capacidade de estar um passo à frente de muitos dos seus contemporâneos, tratando a sério temas até então marginais. Este trabalho demonstra que a obra de Trotsky não apenas segue atual, como também se mantém imprescindível em um mundo onde a exploração, a guerra e o autoritarismo subsistem.

Rafael Rezende

Doutor em Sociologia pelo IESP/UERJ
e pesquisador do Instituto de História da UFRJ.

TROTSKY

NO MÉXICO



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora

Roberto de Andrade Medronho

Vice-reitora

Cássia Curan Turci

*Coordenadora do
Fórum de Ciência
e Cultura*

Christine Ruta



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor

Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta

Fernanda Ribeiro

Conselho editorial

Marcelo Jacques de Moraes (presidente)

Cristiane Henriques Costa

David Man Wai Zee

Débora Foguel

João Camillo Barros de Oliveira Penna

María Elvira Díaz-Benítez

Tania Cristina Rivera

Carlos E. R. Mendonça

TROTSKY NO MÉXICO

marxismo, nacionalismo e subalternidade



EDITORA UFRJ

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7-1878)

M539 Trotsky no México [recurso eletrônico] : marxismo, nacionalismo e subalternidade / Carlos E. R. Mendonça. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2025.

1 recurso eletrônico (172 p.) ; digital.

172 p.; 14 x 21 cm.

Bibliografia: p. 159-170.

ISBN 978-85-7108-542-8

1. Trotsky, Leon, 1879-1940. 2. Comunismo I. Título.

CDD: 335.43

Coordenação editorial

Thiago de Moraes Lins

Sonja Cavalcanti

Preparação de originais

Vânia Garcia

Revisão

Thereza Vianna

Capa, projeto gráfico e diagramação

Ana Carreiro

Fotografia da capa

Slide colorido de Leon Trotsky no México por volta de 1939-1940, documentos de Alexander H. Buchman, caixa de slides, fotografia 1, Biblioteca e Arquivos da Instituição Hoover

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ

Av. Pasteur, 250, Urca

Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902

Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ

Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160

Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio:



Fundação Universitária
José Bonifácio

A Cristina, Rafael, Diego, Daiane e Laila e – ao Adam também.

Sumário

Apresentação, 8

Introdução, 10

Não lugares e não pessoas, 10

As aporias de Deutscher, 17

I. Como Ulisses em Coyoacán: Trotsky diante do México, 23

A última viagem de Ulisses, 24

As aporias da Revolução Mexicana, 25

O velho Ulisses e seus seguidores: farsa ou tragédia?, 30

II. Trotsky, a Revolução Mexicana e a questão democrática, 43

A Revolução Mexicana em (sua) totalidade, 44

A nacionalização do petróleo e a política do possível, 46

A democracia na época do imperialismo, 58

III. A América Latina e o capitalismo global, 63

O início de uma hegemonia americana formal, 64

Economia e política na entrevista a Mateo Fossa, 67

Defesa da democracia ou autodefesa nacional?, 77

IV. Trotsky, a reforma agrária e os indígenas, 81

Da comuna russa à Bolívia, 82

Stalin e Zapata, 86

V. Problemas de filosofia da história, 90

Sobre a frênese na política, 91

O papel do indivíduo na História, 97

VI. Questão democrática, nacionalismo e anti-imperialismo, 103

O Estado nacional na era do imperialismo, 104

As limitações do reformismo em bases nacionais, 110

Que diable allait-il faire dans cette galère?, 115

VII. A classe operária diante do “bonapartismo *sui generis*”, 121

Ambiguidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, 122

Os limites últimos do nacional-populismo, 128

**Uma conclusão através de uma coda: Trotsky, a Ucrânia
e a América Latina, 130**

Apêndice, 144

Por que este Apêndice, 145

Economia, política, língua nacional, 148

A invenção do Outro, 151

Balanço e perspectivas futuras, 154

Referências, 159

Sobre o autor, 171

APRESENTAÇÃO

Leon Trotsky é uma figura central do marxismo do século XX. Contudo, os aspectos trágicos de sua biografia ainda hoje jogam para segundo plano o conhecimento sobre sua militância revolucionária e sobre as muitas contribuições intelectuais desenvolvidas no decurso dela. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça vem se dedicando nos últimos anos à importante tarefa de sistematizar tais contribuições e torná-las mais conhecidas no Brasil, através de livros dedicados a recortes temáticos da obra e vida de Trotsky. Ao mesmo tempo, busca extrair dessa sistematização o que nela há de relevante para os desafios do presente, de forma a tratar o legado de Trotsky não como uma curiosidade do passado ou um dogma a ser mecanicamente transposto para nosso tempo, mas como um ponto de partida, um instrumento para pensarmos os desafios da luta de classes no século XXI.

A presente obra se destaca dentro desse esforço por focar em um período da vida de Trotsky menos explorado na bibliografia especializada: seus anos finais de exílio no México. Como Mendonça demonstra, trata-se de anos de ricas formulações sobre a realidade social e política do México e da América Latina de fins dos anos 1930, bem como de questões internacionais que sempre estiveram no radar de Trotsky, como o papel da Ucrânia dentro do frágil caráter multinacional da União Soviética.

Ao analisar o país e o subcontinente que o acolheram após sua peregrinação por “um mundo sem visto”, Trotsky buscou realizar a “análise concreta da situação concreta”,

em vez de aplicar mecanicamente suas ideias desenvolvidas nas décadas anteriores para o contexto europeu e asiático. Por meio da obra de Mendonça, vemos como que, em vez de meramente transpor a teoria e a estratégia da revolução permanente à realidade latino-americana em geral e mexicana em particular, Trotsky concluiu que esta se confirmava a partir da análise concreta das formas de governo e regime da época na região, das complexas relações do movimento sindical com o poder estatal burguês (muito marcadas pela colaboração de classes, por um lado, e pela dura repressão, por outro) e dos limites e contradições do nacionalismo de figuras como Cárdenas.

Quanto mais conhecermos Trotsky, mais conheceremos as tensões e complexidades do movimento comunista da primeira metade do século XX e das grandes questões que ele teve que enfrentar – entre elas, a questão das nacionalidades, os rumos possíveis do desenvolvimento econômico da periferia capitalista e as formas políticas assumidas pelos regimes burgueses na região e suas relações com o movimento operário. Dessa forma, o presente livro é mais uma bem-vinda contribuição de Mendonça ao estudo do pensamento e da atuação política de Trotsky, que nos ajuda a melhor conhecê-lo e, ao mesmo tempo, nos leva a refletir sobre a atualidade de muitos aspectos de sua obra intelectual revolucionária.

Marcio Lauria Monteiro

Historiador e professor de História (FME-Niterói)

INTRODUÇÃO¹

εἴη μὲν οὖν ἡμῖν ἐκκαθαίρομενον λόγῳ τὸ μυθῶδες
ὑπακοῦσαι καὶ λαβεῖν ἱστορίας ὄψιν
[Que eu purifique as palavras do Mito
e o constranja a assumir a aparência da História].
(Plutarco, Vida de Teseu, 3).

Não lugares e não pessoas

A biografia de Trotsky escrita por Isaac Deutscher continuará por muito tempo a ser uma referência inultrapassável, e é preciso usá-la sempre, a partir dos seus pontos fortes e fracos: e a descrição do exílio mexicano de Trotsky é, talvez, o seu ponto mais fraco.

Como Deutscher a descreve, a estada de Trotsky no México surgiu de um acaso: enredado num asilo na Noruega – que o governo socialdemocrata do país escandinavo havia convertido numa prisão domiciliar, sob chantagem diplomática de Stalin –, o velho revolucionário havia obtido, através de contatos organizados por seu filho, Leon Sedov, que “trotskistas americanos”² obtivessem um visto para o México. A

1 Este trabalho é produto de estágio pós-doutoral realizado junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão da professora Renata Schittino.

2 A iniciativa de propor o México como local de asilo partiu dos trotskistas americanos, mas essa demanda só poderia ser realizada se houvesse um ponto de apoio no próprio México. O dirigente trotskista Octavio Fernández, professor do ensino médio e sindicalista, juntamente com Diego Rivera, fez esse papel, entregando uma demanda ao ministro das Comunicações de Cárdenas, Francisco Múgica (Broué, 1988, p. 841).

Europa Ocidental, havia muito, era inacessível para Trotsky, e numa dependência colonial europeia, como a Madagascar francesa para onde ele quase havia sido mandado, estaria sujeito à lei marcial. Restava, basicamente, a América Latina, no México, um dos poucos países em que, em 1936, as instituições liberal-burguesas estavam formalmente em vigência.

A única alternativa ao México, que vinha sendo tentada pelos simpatizantes e seguidores de Trotsky havia anos, era o asilo americano – para o qual fora abordado diretamente o presidente Roosevelt, que adotou sua habitual postura avessa a riscos considerados desnecessários.³ Por maior que fosse a repugnância dos americanos – e do próprio Leon Sedov – ao asilo num país “onde se pode contratar um matador por meio dólar”,⁴ “onde se entra mas não se permanece vivo por muito tempo”,⁵ eles acabaram tendo de dobrar-se à realidade. O México era, na verdade, a última chance, e Trotsky tinha, já em 1936, a consciência de que permanecer na Noruega significaria eventualmente, ou ser entregue a Stalin, ou – mais provavelmente – desaparecer num cam-

3 O advogado Morris Ernst, membro da diretoria da Associação Americana de Liberdades Cívicas (Aclu), havia abordado o presidente Roosevelt durante um jantar na Casa Branca, em 1934, para lhe pedir a concessão de asilo a Trotsky. Roosevelt remeteu a questão ao Departamento de Estado, que, após ter acabado de estabelecer relações diplomáticas com a URSS, não estaria nem um pouco disposto a melindrar Stalin desnecessariamente (Novak *apud* Gall, 2012, p. 26).

4 Max Schachtman a Sedov, 23 nov. 1936 (*ibid.*, p. 23).

5 Leon Sedov a Harold Isaacs, 27 nov. 1936 (*ibid.*, p. 24).

po de concentração nazista.⁶ Deutscher, no entanto, escreve: “Trotsky, ainda que estivesse ansioso para deixar a Noruega, relutava, num momento tão crítico, em buscar refúgio num país ao mesmo tempo tão remoto e tão malfalado [*ill-famed*] por sua política de capa e espada [*cloak and dagger*].”⁷

Lendo-se esses textos em 2020/2021, essas repugnâncias só podem provocar estranheza, especialmente quando se tem o mínimo de conhecimento sobre a geografia política mundial do final dos anos 1930. Numa época em que toda espécie de vítimas anônimas do fascismo (judeus alemães, republicanos espanhóis e tantos outros) estava disposta a adquirir, a peso de ouro, um visto para Xangai, Tegucigalpa ou Haiti, o fato de que Trotsky, desde 1929 “sem visto de entrada no planeta”⁸ – acompanhado ostensivamente por agentes de todas as polícias europeias em qualquer deslocamento –, tivesse por fim obtido um asilo no México com absoluta liberdade de movimento, e sem outra condição que a habitual proibição de envolver-se diretamente na política interna mexicana, deveria ter sido motivo de alívio para seus próximos. As preocupações dos trotskistas americanos e de Sedov com matadores mexicanos parecem ainda mais estranhas: bem ou mal, Trotsky já era de há muito alguém com a cabeça ostensivamente a prêmio, e que ele tenha conseguido

6 Ele já havia explicitado ao ministro da Justiça da Noruega que “o dia está próximo em que os nazistas o jogarão para fora do seu país” (Deutscher, 2005a, p. 278).

7 *Ibid.*, p. 284, 285.

8 “Europa e América sem visto de entrada. E como estes dois continentes dominam os demais três, isto significa: o planeta sem visto de entrada” (Trotsky, 1988, p. 601).

mais de três anos de sobrevida no México foi, no seu gênero, algo milagroso; e mesmo assim, o seu matador teve de ser importado. Mais ainda, nos próprios EUA, as condições de segurança não seriam melhores: a ubiquidade dos agentes do NKVD em busca de desertores soviéticos era à época um fato da vida.⁹

Coloquemo-nos, no entanto, do ponto de vista da época: no mundo de 1936, por mais que o Comunismo fosse um poder real – e temido enquanto tal –, e os êxitos econômicos dos Planos Quinquenais fossem apresentados, na época da Grande Depressão, como prova da superioridade da economia centralmente planificada sobre o Livre Mercado, era também um mundo em que Tarzan, Jim das Selvas, o Fantasma Voador, Mandrake e Lothar – *tutti quanti* – eram ícones da Indústria Cultural, e em que a noção do Fardo do Homem Branco era ainda senso comum. O próprio Trotsky, em *Combater o imperialismo para combater o fascismo*, de 1938, escreveria, falando das políticas reformistas do cardenismo, que um dos seus objetivos seria o de “elevar o nível cultural dos índios”¹⁰ (Trotsky, 2009, p. 105).

Se ele só tivesse ficado nesse nível de compreensão da questão, este trabalho seria desnecessário – e ele, como se verá, certamente avançou muito para compreender a absoluta centralidade do problema camponês/índigena nas so-

9 No ano seguinte, o desertor Ignace Reiss, que tinha se passado para o lado de Trotsky através de uma carta aberta a Stalin, seria morto em Lausanne, na Suíça (Rogovin, 1998, p. 327-329).

10 A tradução inglesa propõe uma forma ainda mais paternalista: “to lift [como se se tratasse de uma carga de elevador] the Indians to a higher level of culture” (Trotsky, 1974, p. 26).

ciedades latino-americanas. Só que – *pace* Michel Foucault – nenhum autor, fora um Leon Trotsky, é inteiramente livre na escolha do seu vocabulário – e, portanto, daquilo que pode efetivamente dizer. Escrever “índio” é escrever “indígena”, “nativo” – algo que “sempre” esteve “lá”, que faz parte da ordem natural das coisas, externo à ordem política humana.¹¹

A verdade é que, se Trotsky não era homem de admitir desespero nem para si mesmo, suas preocupações naquele momento deviam ser semelhantes às expressas por seu filho, que escrevia aos camaradas americanos: “tenho a sensação de que os velhos estão chegando ao seu limite”.¹² Tanto quanto o filho, ele devia temer as consequências de ver-se atirado numa espécie de limbo, a um país desconhecido que lhe impunha a necessidade de tomar pé numa realidade política e social que ignorava quase que completamente. Como nos lembra Osvaldo Coggiola (1984, p. 15), a América Latina, até a Grande Depressão, havia tido um papel “relativamente marginal” nos assuntos políticos internacionais. O próprio Trotsky, em sua *História da Revolução Russa*, tinha descrito o que para ele era a realidade política do subcontinente nos termos mais expeditivos, opondo a dinâmica da Revolução Permanente aos *pronunciamentos* das ditaduras militares: “As ‘revoluções’ crônicas das repúblicas sul-americanas nada têm em comum com a revolução permanente; ao contrário, num certo sentido, são o seu oposto” (Trotsky, 1952, v. 2, p. 542). A América Latina seria um não lugar históri-

11 Em latim, *indigetes* é a divindade local, não integrada ao culto cívico grego e romano. Ver *Novíssimo dicionário latino-português* (Saraiva, 1927).

12 Leon Sedov a Harold Isaacs, 7 dez. 1936 (*apud* Gall, 2012, p. 25).

co, o limbo onde todas as regressões seriam permissíveis e possíveis. Inclusive porque a América Latina possuiria uma realidade sociopolítica *farsesca*: ela tem “índios” – mas não é plenamente “indígena”; mas também não é “europeia” ou branca; nem é propriamente “negra”.

Não seria esta uma situação similar àquela na qual se encontrava o *próprio Trotsky*? Ao cruzar o Atlântico na direção do porto de Tampico, ele estava preocupado basicamente em rebater as acusações de Stalin que, pela via das confissões extorquidas dos acusados nos Processos de Moscou, o caracterizava como “agente da Gestapo”, “fascista”, “sabotador”, “terrorista”... De certa forma, ele estava sendo empurrado para fora do processo histórico, e era no México – este não lugar – que ele necessitaria encontrar um apoio que lhe possibilitasse retornar à condição de sujeito político. Ele encontrava-se numa situação similar àqueles ativistas macedônios que havia conhecido nos Bálcãs, que queriam declarar a sua independência, mas que não tinham como *fare da se*...

Do mesmo modo, como nota Olivia Gall, a decisão de Lázaro Cárdenas de conceder asilo a Trotsky nada tinha de meramente humanitária, ou de capricho pessoal: a ascensão de Cárdenas ao poder estava associada a um resgate *da radicalidade reformista do processo revolucionário iniciado em 1910*, ao aprofundamento (ainda que limitado) da reforma agrária e à constituição de instituições corporativas, incluindo principalmente os sindicatos – o que seria a marca do cardenismo (que havia se demarcado como corrente política distinta em 1935, após o exílio – e consequente deposição da condição de eminência parda da política mexicana – do antecessor e mentor de Cárdenas, Plutarco Calles).

Para Cárdenas, conceder asilo a Trotsky era uma oportunidade de dar um golpe de força, de legitimar o seu projeto populista particular, como ele colocava num telegrama:

nada justifica que um país forte e perfeitamente definido por instituições próprias, por objetivos sociais e econômicos autenticamente nacionais e em franco processo de realização, e com uma política internacional congruente com suas imaculadas tradições, abrigue temores pela presença de um homem. (Cárdenas *apud* Gall, 2012, p. 12)

É revelador, aliás, que a historiadora mexicana, num desabafo, diga que

não se pode esquecer [...] no México de hoje, em meio da tragédia, da violência demencial e da falta de visão e alternativas, de um México que parece nunca haver existido [...] uma nação que se guiava por um projeto fundado na sua história e cultura [...] que zelava pela sua soberania e cuidava para não deixar de ser humanista. (Cárdenas *apud* Gall, 2012, p. xxi)

O asilo a Trotsky foi um *revelador* (Cárdenas *apud* Gall, 2012, p. xxiv) do que ainda havia de progressista na Revolução Mexicana.

Tem-se aqui um jogo em que sujeitos de identidades dúbias, contestadas (Trotsky, Cárdenas, o nacionalismo populista mexicano), apoiam-se uns nos outros para reconstituírem-se essas identidades e reassumirem protagonismo. É de se imaginar (e sonhar), aliás, que espécie de movimento político Trotsky teria podido constituir no – e além do – México, houvesse ele sobrevivido, digamos, à II Guerra Mundial... Um “socialismo índio”, “moreno” a la Brizola – mas

com uma práxis nutrida pela experiência histórica do bolchevismo?¹³ A história da América Latina – e a do mundo – poderia ter sido bem diversa...

As aporias de Deutscher

De todas essas questões e esperanças, o que já encontrávamos em Deutscher? Nada, ou quase nada. Deutscher, de certa forma, trabalha, ao término da sua biografia, sobre um contrapano formado por uma ausência, ausência esta que consiste em que, para ele, o México simplesmente *não existe*, senão por ser o lugar onde coube a Trotsky passar os quase quatro últimos anos de sua vida¹⁴ – como tampouco existe a relação de Trotsky com a América Latina – e, com ela, a importância particular dessa região do mundo na compreensão da relação entre socialismo e nacionalismo como um processo, não apenas abstrato, mas histórico.

O relato que Deutscher faz dos anos finais de Trotsky é *trágico*, não histórico: trata-se de uma narrativa em *huis-clos* onde Trotsky e Natalia, confinados na fortaleza da Avenida Viena, aguardam o golpe final de Stalin. Nessa narrativa

13 “A partir [de janeiro de 1937] o México converteu-se no cenário de um surpreendente espetáculo: num país onde era impossível encontrar literatura marxista, virado para si mesmo e praticamente apartado das grandes correntes de pensamento, [...] uma figura de proa da Revolução Russa, [...] comentarista e polemista de primeira ordem, expunha diariamente sua visão de mundo, [...] sua análise da degeneração do Estado Soviético e do Partido Bolchevique” (Cárdenas *apud* Gall, 2012, p. 90).

14 “Deutscher nos oferece apenas um relato que, magistralmente escrito que seja, não analisa a relação entre Trotsky e o México cardenista” (Gall, 2012, xxi.)

comprimida pela necessidade trágica, não se percebe a passagem do tempo: os três anos e meio de Trotsky no México, férteis em incidentes, em atividades e em contatos,¹⁵ recebem muito menos atenção do que o período do exílio em Constantinopla, onde Trotsky esteve muito mais limitado, seja quanto à sua capacidade de deslocamento, seja quanto às suas possibilidades de contato com o meio local. Pierre Broué, nesse ponto específico, é muito melhor biógrafo: por mais que a sua narrativa guarde traços da busca do *exotique*,¹⁶ ele assinala corretamente que, para Trotsky, estar no México foi uma espécie de ressurreição, pessoal e política.¹⁷

Seja como for, Deutscher e Broué centram as suas narrativas em fatos que consideram mais importantes: as tentativas de Trotsky de contrarrestar as calúnias dos julgamentos-espetáculo de Stalin, suas relações cada vez mais problemáticas com seus seguidores americanos quanto à natureza

15 Caracteristicamente, Deutscher, polonês que adotou a língua e literatura inglesas como suas, trata do hoje bem conhecido episódio do *affair* entre Trotsky e Frida Kahlo com eufemismos puritanos dignos de Jane Austen: “Não sabemos se a beleza incomum e delicada de Frida despertou em Trotsky mais do que uma normal galanteria” (Deutscher, 2005a, p. 312). O “não sabemos” é uma mentira: Joseph Hansen, ex-segurança de Trotsky e fonte de Deutscher, é igualmente discreto, mas bem mais verídico: “Frida contou-me qual era a situação, como ela se sentia. Infelizmente, pouco podia ser feito para restaurar essa relação [com Natália Sedova] ao que havia sido” (Trotsky, 1988, p. xxv).

16 Broué, sempre com gostos literários duvidosos, aproveitou a oportunidade para produzir trechos de puro *camp*: “[Trotsky] amava o México, seus céus, seus vulcões, suas ravinas e, sobretudo, suas cores. Amava seu povo, suas mulheres de *fichu*, seus camponeses silenciosos e vigilantes [?!]. Ele amava seus cactos e suas flores” (Broué, 1988, p. 853).

17 *Ibid.*, p. 853.

social da URSS, o cerco cada vez mais apertado de Stalin e seu assassinato. Mas – especialmente no caso de Deutscher – se eles desejavam realizar biografias *políticas* de Trotsky, eles não poderiam, como marxistas, descrevê-lo como num vácuo, ou espaço teatral imóvel, à maneira da tragédia clássica: eles teriam de fazer “a crítica concreta das situações concretas”. As contribuições de Trotsky à historiografia das sociedades latino-americanas não foram poucas nem desimportantes; infelizmente, o desinteresse do seu principal biógrafo retardou o seu estudo. Especialmente pela forma que tomou esse desinteresse: se Plutarco queria fazer o mito *parecer* história, Deutscher fez o inverso: procurou dar à história a forma e a aparência de uma mitologia. O que ele diz, aliás, explicitamente ao término da biografia, por meio de uma paráfrase de Shakespeare:

Esta [a vida de Trotsky] é a matéria com a qual são feitas¹⁸ as lendas mais sublimes e inspiradoras – apenas que a lenda de Trotsky é tecida com fatos registráveis e verdade comprovada. Aqui o mito não paira sobre a realidade; é a realidade que ascende ao nível do mito. (Deutscher, 2005a, p. 415)

Na conjuntura dos anos 1950, em que a questão mais urgente era a de simplesmente preservar a *memória* de Trotsky, retirá-lo, como o Cromwell de Carlyle, de baixo de “uma montanha de cães mortos, da pesada carga da calúnia e do olvido” (Deutscher, 2005b, p. vii), esse enfoque teve um caráter positivo. Só que agora a questão é mais importante e complexa.

18 “We are such stuff/ As dreams are made of” (Shakespeare, *The tempest*, ato IV, cena 1).

Como lembra Gall, até os anos 1990, tratava-se de recuperar a posição histórica de Trotsky dentro de um movimento político ainda existente – o movimento socialista, por mais degenerado que fosse. Hoje esse movimento não existe mais (Gall, 2012, p. xix), e a recuperação de Trotsky não se trata de uma reputação política ou obra particular, mas de toda uma *teoria*, o que exige uma biografia não só política, como *intelectual* – e para isso o método mitográfico de Deutscher é insuficiente –, e até mesmo prejudicial, pelo que produz em termos de omissões e pontos cegos.

É importante pensarmos, talvez, na epigênese desse método. Deutscher não era historiador profissional: suas primeiras ambições literárias foram no campo da poesia, que ele chegou a publicar na Polônia dos anos 1930. Mais do que fazer poesia, no entanto, ele criou poesia a partir da tradição judaica ortodoxa, de língua iídiche, na qual ele havia começado estudos rabínicos. E aí se põe um problema historiográfico importante, que nos lembra do judeu italiano Arnaldo Momigliano: a tradição historiográfica grega e romana valorizará o relato *pessoal* verídico; a tradição judaica levará ao *desinteresse* pela História propriamente dita: “verdades eternas, [...] não acontecimentos históricos” (Momigliano, 2004, p. 50).

Certamente, a biografia de Trotsky por Deutscher é histórica; o problema é que ela aponta para algo que não é mais história, e sim historicismo – como escreve o próprio Deutscher em outro lugar, ao fazer a súpula intelectual de todos os grandes intelectuais judeus modernos:

Embora suas filosofias, naturalmente, variem, de século para século e de geração a geração, todos eles são – de Spinoza a

Freud – deterministas, todos sustentam que o Universo está sujeito a leis a ele inerentes e governado por *Gesetzmäßigkeiten* [sujeição a uma lei inerente; substantivação do adjetivo *gesetzmäßig*]. Eles não veem a realidade como um aglomerado de acidentes ou a história como uma coleção de caprichos e extravagâncias dos governantes. (Deutscher, 2017, p. 35)

Onde um Walter Benjamin, bebendo na mesma tradição, verá uma prova do caráter contingente da História enquanto escatologia e ruptura com a tradição (“qualquer momento do tempo pode testemunhar a chegada do Messias”),¹⁹ Deutscher vê uma perfeita regularidade. E essa noção de regularidade implica, diz Momigliano, hierarquizar a História:

os judeus que vieram depois da *Bíblia* pensaram que [esta] continha toda a história que realmente importava: a supervalorização de um certo tipo de história implicava uma subvalorização de todos os demais eventos [...] A *Torá* não é apenas permanente em seu valor, mas regular em seus efeitos. (Momigliano, 2004, p. 44)

Como Deutscher a entende, a biografia de Trotsky é parte da história do socialismo, e esta é uma consequência necessária da história do Iluminismo – o Iluminismo *européu e ocidental*. E é esta história particular, que, para Deutscher, acaba por adquirir uma dimensão de mito, de arquétipo inspirador que contém em si todas as possibilidades do real.

Só que os mitos, exatamente por serem inspiradores, acabam por encobrir boa parte da realidade, mais ainda que

19 “Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer se apoderar dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo” (Benjamin, 1994, Tese 6).

os cães mortos de Carlyle – que, na sua podridão, pedem para ser removidos. A verdadeira relação de Trotsky com a América Latina concreta dos anos 1930 está recoberta pelo mito deutscheriano de Trotsky como uma “Atlântida” bolchevique à deriva num limbo mexicano (Deutscher, 2005a, p. 389) – e, se quisermos conhecer essa história – e não uma sua aparência – teremos de, em algum momento, renunciar ao mito.

A narração histórica (e semimítica) de Deutscher pressupõe um sujeito obrigatório do processo histórico: um partido comunista, “ocidental”, “europeu” e “branco” – mais exatamente, um movimento socialista como um mero desenvolvimento da sua ontologia histórica “clássica”. Só que, como nos lembra Gall, o desenvolvimento histórico concreto dos últimos sessenta anos consistiu no *desaparecimento* dessa ontologia. A ontologia de Deutscher é, de fato, uma *etiologia*, em que o processo histórico se explica apenas pela sua origem e a partir dela. A insuficiência dessa análise, uma vez que a história real tenha se desconectado dessa origem, é evidente. Que há, nesse caso específico, um *étos* religioso (a Revelação está concluída, a história apenas a repete) é certo, mas há também a ideia da causa como uma abstração sociológica, que Veyne a chama de “falsa profundidade” de uma causalidade unívoca, que não admite que “as coisas poderiam ocorrer de outro modo” (Veyne, 1978, p. 78-79). Quanto a Trotsky, no México, o que orientava suas atitudes era exatamente a certeza de que as coisas poderiam produzir-se de outro modo; e, para isso, era preciso criar novos partidos e uma nova militância a partir de novos sujeitos. É o que se verá adiante.

I

COMO ULISSES EM COYOACÁN: TROTSKY DIANTE DO MÉXICO

πολλὰ δ' ὃ γ' ἐν πόντῳ πάθεν ἄλγεα ὃν κατὰ θυμόν

[E no Oceano muito padeceu seu espírito]

(Homero, *Odisseia*, I.IV)

A última viagem de Ulisses

A preocupação primária de Deutscher era a de “reabilitar” Trotsky, de recolocá-lo no seu lugar de direito na história do marxismo e do movimento socialista, disponibilizar sob forma literária (Mandel, 1980, p. 118) suas ideias mais importantes a uma nova geração de militantes – que ele, Deutscher, considerava que deveria emergir naturalmente da desestalinização da União Soviética e do movimento comunista. Dentro desse desiderato, ele não considerou que tivesse importância analisar as interações pontuais de seu biografado com cada sociedade particular com a qual ele houvesse entrado em contato. E, de qualquer modo, Trotsky, nos últimos anos de sua vida, estava em condições completamente opostas às que prevaleciam nos anos das suas deambulações pelos Bálcãs: ele não era mais um jovem jornalista quase anônimo que pudesse livremente “muito peregrinar” [μάλα πολλὰ πλάγχθη] pelas “cidades dos homens” [πολλῶν δ’ ἀνθρώπων ἴδεν].¹ Ele agora era um velho adoentado sendo caçado até os confins da Terra, e confinado a um jardim que ele percorria acompanhado de fantasmas baleados na frente (Sedova *apud* Broué, 1988, p. 924).

Ele não seria, no entanto, igual a si mesmo se, mesmo em circunstâncias difíceis, não fizesse uso de suas muitas capacidades:

We are not now that strength which in old days
Moved earth and heaven, that which we are, we are;
One equal temper of heroic hearts,

1 Homero, *Odisseia*, I.I e I.III.

Made weak by time and fate, but strong in will
To strive, to seek, to find, and not to yield.² (Lord Tennyson,
s.d.)

Pois, para além de tudo que havia mudado entre 1912, 1913 e 1937, ele sentia a mesma necessidade de *fazer história*, no sentido mais estrito de *entender* o meio em que havia sido lançado pela via da investigação. Do mesmo modo que, ao outrora percorrer a Sérvia, a Bulgária e a Romênia, ele havia se sentido compelido a escrever a história dessas sociedades, ele sentiria a necessidade de escrever uma história do México em particular e das sociedades latino-americanas em geral.

Inclusive porque, mais do que nos Bálcãs, ele não dispunha de qualquer narrativa prévia, oriunda de uma fonte da qual ele pudesse lançar mão – um Rakovsky, um Dobrogeanu-Gherea, uma militância social-democrata local que fosse. O México de 1937 encontrava-se em pleno desenvolvimento do processo revolucionário iniciado em 1910, como o provava o giro à esquerda do cardenismo; mas esse processo não havia dado lugar a uma práxis, não havia chegado à compreensão teórica de si mesmo.

As aporias da Revolução Mexicana

Há um grande episódio histórico da Revolução de 1910 que ilustra essa situação: a ocupação conjunta da Cidade do México, em 6 de dezembro de 1914, pelas forças de

2 Em tradução livre: Não somos agora aquela força que, nos tempos antigos,/ Movia a terra e o céu; o que somos, somos;/ Um mesmo temperamento de corações heroicos,/ Enfraquecidos pelo tempo e pelo destino, mas fortes na vontade/ De lutar, buscar, encontrar e não ceder.

Pancho Villa e Zapata, que se encontraram na sala presidencial desocupada pela fuga do presidente Carranza para Vera Cruz, sob a proteção dos fuzileiros navais americanos. Estranhamente, no entanto, os dois líderes revolucionários, em vez de tomarem o poder central, *desocuparam* a capital mexicana e retornaram aos seus respectivos redutos (Dosta, 2018) – algo como se os bolcheviques houvessem desocupado Moscou e Petrogrado para os generais brancos e tentassem se reorganizar nas estepes do Volga, à maneira de Pugachev.

O “acontecimento-chave” da Revolução Mexicana foi, assim, ao mesmo tempo, seu ponto culminante e o início de uma decadência que residia em seu caráter de processo histórico irresolvido. Como dirá o trotskista mexicano Octavio Fernández (Trotsky, 2009a, p. 203): no México de 1939 e 1940, tudo e todos, no espectro político, são “revolucionários”; o que significa que ninguém o é, pois a Revolução era uma ilusão política “democrática” compartilhada, e não um programa político.

Fora as recordações das sublevações camponesas, o que existia de cultura política de esquerda no México era basicamente de extração anarcossindicalista³ – como no res-

3 “O PCM surgiu em 1919, a partir da influência da Revolução Russa, marco de um movimento operário dominado pelo confronto entre o anarcossindicalismo e o reformismo de Morones (o líder sindical Luis Morones Negrete, secretário da Confederação Regional dos Operários Mexicanos [Crom], que, através das suas relações promíscuas com os governos de Obregón e Calles, inaugurou a tradição mexicana do líder sindical oficioso, praticamente vitalício e enriquecido como mediador obrigatório entre o proletariado urbano e o Estado – praticamente a segunda figura do Estado, mas sempre numa posição subordinada)”. Cf. Pablo Oprinari (“Trotsky no México” (Trotsky, 2009, p. 17)). Sobre

tante da América Latina contemporânea, aliás, mas com um estímulo dado pela cultura política da violência endêmica de 1910 e 1917. Como escreve Trotsky, a democracia mexicana é “anêmica”: ela não possui culturas contra-hegemônicas desenvolvidas; a tal ponto que, num dado momento do seu exílio, ele teve de reagir contra uma proposta de colocar-se a imprensa mexicana sob o controle do sindicalismo fisiológico oficioso e defender a liberdade de imprensa burguesa, advertindo que

qualquer restrição à democracia numa sociedade burguesa está, se se analisar-se bem, invariavelmente dirigida contra o proletariado [...]. A democracia anêmica do México enfrenta uma ameaça constante e mortal de duas origens: [...] o imperialismo estrangeiro [...] e os agentes da Reação interna [...]. Mas só os cegos e os de pouco entendimento podem achar que a supressão da *imprensa reacionária* permitirá a operários e camponeses se libertarem da influência das *ideias reacionárias*. (Trotsky, 1985a, p. 417, 419, grifo meu)⁴

O problema é que Trotsky (que teve o cuidado de não assinar o artigo acima para publicação) sabia que não era ele que teria condições de criar uma nova cultura política no México. Ele sabia que seu asilo era extremamente precário, e por isso interpretou os seus termos da maneira mais con-

Morones, cf. o verbete “Confederación Regional Obrera Mexicana” (Coerver; Pasztor; Buffington, 2004, p. 120).

4 “Freedom of the press and the working class” (21 ago. 1938). Ou seja: nada é hegemônico que não fosse antes contra-hegemônico. O marxismo de Trotsky é sempre aforismático, sempre trabalha com a afirmação breve – o que o torna bastante excêntrico em relação aos seus pares.

servadora possível. Em fevereiro de 1937 ele advertia a seus correligionários mexicanos:

desejo evitar absolutamente qualquer coisa que possa dar aos meus inimigos uma oportunidade de sustentarem que estou interferindo nos assuntos internos deste país, de perto ou de longe. Sua organização já existia antes da minha chegada [...] e não posso assumir qualquer responsabilidade pela sua atividade. (Trotsky, 1978, p. 196⁵)

Não obstante, quando integrantes desse grupo trotskista, Liga Comunista Internacionalista (LCI), conclamaram a uma ação insurrecional de tipo “direto” como parte de um protesto contra a carestia e o governo Cárdenas – já que eles consideravam que a nacionalização do petróleo feita por Cárdenas era uma “manobra” previamente combinada com o imperialismo americano (Coggiola, 1984, p. 44) –, Trotsky considerou adequado intervir por meio de uma carta a Diego Rivera:

É a primeira vez em minha vida que escuto que a sabotagem é um método de luta operária. [Tal] não significa a queda dos preços, senão a alta. Os falsificadores stalinistas [nos] acusam de sabotagem [e] esta declaração pode ser e será interpretada como a confirmação das calúnias e falsificações stalinistas [...]. Esta formula do vocabulário anarcossindicalista [“ação direta”] pode ser e será interpretada pelos nossos adversários como uma incitação a atos terroristas. A conclamação é antimarxista, falsa e aventureira [...]. Reservo-me o direito de condenar total e

5 “No participation in Mexican politics” (4 fev. 1937).

radicalmente essa ação ligeira e criminosa. (Trotsky *apud* Gall, 2012, p. 205)

No ano seguinte, no entanto, ele teria de lidar de novo com os mesmos “correligionários” – liderados por um tal de Luciano Galicia, normalista – que, dessa vez,

publicaram um manifesto em que atacaram Cárdenas pela sua política de compensações a capitalistas expropriados e colaram esse manifesto, basicamente, nas paredes da “Casa del Pueblo” [a sede dos sindicatos dos padeiros e vaqueiros]. Essa é a “policy” dessa gente. (Trotsky, 1985a, p. 314)⁶

É claro que Trotsky sabia que essa *policy* – ou ausência de *policy* – era uma consequência, em grande parte, da falta de locais de militância onde pudesse ser realizado um trabalho político efetivo junto às classes populares, muito especialmente nos sindicatos, em que qualquer rudimento de cultura política propriamente operária estava sufocado pelas “simpatias” existentes entre o aparato de Estado e as direções sindicais. Como ele escreveu mais tarde (tendo diante de si certamente o caso exemplar da sua nênese, Lombardo Toledano, de quem vai se falar abaixo):

No México, onde os sindicatos, desafortunadamente, estão sob a dependência direta do Estado, os cargos da burocracia sindical são preenchidos a partir das fileiras da “intelligentsia” burguesa, por advogados, engenheiros, etc. – pessoas que nada têm em comum com a classe operária e buscam apenas instrumentalizar as organizações sindicais em benefício de

6 “For the reorganization of the Mexican section” (15 abr. 1938). Carta de Trotsky ao trotskista americano James P. Cannon. Sobre Galicia e a *Casa del pueblo*, ver Gall (2012, p. 54-55 e p. 45, n. 28).

seus interesses pessoais ou de suas carreiras políticas [...], usualmente apresentando-se como “antifascistas” ou “amigos da URSS”. (Trotsky, 1974, p. 83⁷)

Sem uma cultura política efetivamente contra-hegemonica, não seria, assim, possível sequer começar a pensar em arrancar esses sindicatos da tutela dos intelectuais tradicionais. O problema era saber por que meios essa contracultura poderia ser criada.

O velho Ulisses e seus seguidores: farsa ou tragédia?

A “IV Internacional” trotskista sempre foi uma organização insubstancial, na medida em que Trotsky nunca conseguiu que ela tivesse uma massa crítica proveniente da transmissão intergeracional adequada de uma práxis. Os quadros de que ele podia dispor eram sempre insuficientes em número, geralmente muito jovens e inclinados a um radicalismo estéril – e principalmente ignorantes. E Trotsky tinha de haver-se em ser acompanhado de perto, não só pelo PC Mexicano, mas como por um Cérbero particular, o advogado Lombardo Toledano, secretário da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM). Toledano⁸ não era militante do PCM; mas, precisamente por sua independência formal do Partido e posição como secretário de uma organização sindical nacional ligada corporativamente ao aparato de Estado mexicano (mais o fato de que ele parecia respon-

7 “Tasks of the Trade Union Movement in Latin America” (11 out. 1938).

8 Na verdade, pela convenção da língua espanhola, ele deveria ser chamado (como no texto de Gall) “Lombardo”. Mas Trotsky o chamava de “Toledano”, e esta é a forma que será adotada neste texto, por comodidade.

der diretamente ao camarada Stalin, em Moscou, como seu “procurador” no México⁹), ele tinha um considerável capital de influência na esfera pública. Ele já havia se consagrado como sucessor de Morones¹⁰ na condição de dirigente sindical máximo, de “segunda figura política do México”, depois apenas do presidente Cárdenas (Gall, 2012, p. 137). Diante de tais adversários, Trotsky não estava disposto a – nem podia dar-se ao luxo de – tolerar a inexperiência política de seus jovens seguidores e suas “lacrações” *avant la lettre*.

Note-se de passagem que Toledano era, à sua maneira, um grande intelectual – na terminologia gramsciana, o intelectual *tradicional* por excelência,¹¹ brilhante aluno da Escola Nacional Preparatória (a escola normal que havia sido instituída em 1868 por Benito Juárez como um centro de educação laica de base positivista),¹² membro eminente da cha-

9 Gall usa o verbo *doblegar*: servir a um propósito outro que o admitido abertamente (Gall, 2012, p. xvii).

10 Toledano havia sido protegido e conselheiro de Morones, mas soube desvincular-se dele quando o velho líder sindical se tornara suspeito de envolvimento no assassinato do presidente Obregón em 1928. Como nota Gall, a ascensão de Toledano como líder sindical devia-se ao uso que ele sempre soube fazer das suas capacidades de orador e escritor (Gall, 2012, p. 141-142).

11 “Os intelectuais de tipo rural são, em grande parte, ‘tradicionais’, [...] ligados à massa social do campo [...] posta em movimento pelo sistema capitalista; esse tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local [e] possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política” (Gramsci, 2003, p. 22-23).

12 A ENP foi instalada, na Cidade do México, onde havia sido o antigo Colégio (jesuíta) de S. Ildefonso, sob o lema “Amor, Ordem e Progresso”. Cf. Hilario (*in* Piñera Ramírez, 2001, p. 202).

mada “Geração de ‘15” (a primeira geração de intelectuais pós-revolucionários) e um dos “Sete sábios do México”. Era uma figura bem semelhante aos seus contemporâneos brasileiros da era Vargas, uma espécie de mistura de Oliveira Viana com Lourival Fontes em sua origem social. Só que, por um mecanismo histórico de evolução divergente, Toledano possuía uma pátina “esquerdista”, estranha aos seus homólogos do Estado Novo: ele passava por “introdutor do marxismo no México” e considerava o socialismo “um movimento de rebelião contra a materialidade da existência” (Gall, 2012, p. 141). E Trotsky, que certamente não compartilhava o apreço dos seus anfitriões pelas capacidades intelectuais de Toledano,¹³ percebeu que ele, ainda assim, era um adversário político e um oportunista¹⁴ bastante perigoso.¹⁵ Com as mãos

13 “Nunca me ocupei com o programa político e as ações públicas do sr. Toledano, tampouco com suas referências a Lenin, que pertencem à esfera do humor involuntário” (“A fresh attack on asylum” (24 fev. 1938), Trotsky (1985a, p. 185)).

14 Ao ir a Moscou em 1935 e aderir às políticas de Frente Popular propostas pelo VII Congresso do Comintern, Toledano voltou ao México disposto a abandonar a linha política estritamente sindicalista que havia seguido até então, adotando, ao contrário, uma posição de elo entre o Estado mexicano e o movimento sindical, com o sindicalismo posto sob a direção do Estado. Como assinala Gall, tratava-se, na verdade, menos de uma mudança de posição de Toledano do que do governo mexicano, que havia assumido, com Cárdenas, uma postura “amistosa” em relação ao sindicalismo (Gall, 2012, p. 149).

15 “Está para mim completamente claro que o Sr. Toledano, usando material fabricado, está mobilizando [a opinião pública] contra mim [...] *que ele age, não como um representante da política interna do México, mas como representante da política externa do GPU [NKVD]*” (“A fresh attack on asylum” (24 fev. 1938), Trotsky (1985a, p. 185)). Toledano, aliás, que considerava a CTM como coisa sua, ao mesmo tempo que se juntava

amarradas como jamais na sua vida política anterior,¹⁶ ele teria de se defender por meio dos “seus” intelectuais, os intelectuais do campo nacional-popular mexicano. Mas onde estavam eles?

Na verdade, em lugar nenhum, se for considerado que o representante oficial do proletariado mexicano era... o próprio Lombardo Toledano, a quem Cárdenas segurava na guia, mas sem enforcador. E por quanto tempo? De fato, os trotskistas estavam organizando algo: uma provocação na porta da Escola Preparatória, onde distribuíam um panfleto denunciando o assassinato de Andreu Nin pelos agentes de Stalin na Catalunha, o que gerou uma pancadaria com largo uso de bastões de baseball (Gall, 2012, 163-164). No entanto, era pouco provável que esse tipo de escrache melhorasse a situação de Trotsky – antes, pelo contrário.

Cuidadito con que se repita lo de hoy, dizia o trotskista Octavio Fernández aos stalinistas da Escola Normal. Uma advertência que, na verdade, se aplicava melhor ao próprio Trotsky, que não podia se dar ao luxo de, aos 60 anos, perder o asilo por conta de um trote violento dos seus jovens amigos. Pode-se até entender que Deutscher, com o sentido do trágico que permeia toda a sua biografia, tenha resolvido calar-se sobre esse tipo de incidente, pois grande parte dos

ao PCM para atacar Trotsky, afetava uma posição “sindicalista” e “apolítica” (Gall, 2012, p. 160).

16 Trotsky lembrava que, nos seus quarenta anos de militância, o czar, o kaiser, o rei da Espanha, Kerensky, policiais franceses e militares britânicos não haviam conseguido reduzi-lo ao silêncio (“A fresh attack on asylum” (24 fev. 1938) (Trotsky, 1985a, p. 183-184)). De fato, só que o preço a pagar por não fazer silêncio nunca havia sido tão alto.

acontecimentos do último exílio são (ou nos parecem), na verdade, tragicômicos – no sentido bergsoniano do cômico, como algo *fora do lugar*, indigno da “majestade do infortúnio”. Inversamente, quem às vezes parece igualmente cômico nesses relatos é o próprio Trotsky, insistindo em discutir e fazer política num nível inacessível aos que o cercavam. Como escreve Deutscher (2005a, p. 363-364), “nada do que havia passado podia ser recapturado ou revivido [...] o passado era por demais remoto para poder responder sequer com um eco” (e note-se que tal se refere aos poucos socialistas *europeus* com que Trotsky ainda tinha contato, porque Deutscher ignora os mexicanos da maneira mais completa). O tom de Deutscher chega a ser irritadiço, pois ele trata Trotsky, às vezes, como se estivesse falando de um ator trágico senil que insistisse em representar *Édipo Rei* para uma plateia que se contentaria com o Chapolin Colorado.

Vou deixar aqui esta referência ao personagem de Bolaños, especialmente por colocar o problema das relações entre a realidade e a ideologia: quando se começa a escrever sobre “México”, os estereótipos imediatamente surgem em série e acabam indo para o texto “sem querer, querendo”: cactos, bandoleiros¹⁷ de poncho e sombrero, caveiras de açúcar... e daí por diante. Que Trotsky se sentisse atraído por

17 Quando Deutscher fala do ataque organizado pelo muralista Siqueiros à casa de Trotsky, ele escreve que o fato era parte da cultura política do stalinismo, mas logo acrescenta: “mas *naturalmente* era um hábito *nacional* no México se resolverem disputas políticas com *arma na mão*. Na arte de Siqueiros, a revolução e o gangsterismo eram *inseparáveis* – ele tinha em si muito do *bucaneiro* latino-americano [?!]” (Deutscher, 2005a, p. 393, grifos meus).

certos traços desse México folclórico – dos cactos às *toilettes* de Frida Kahlo – é certo. Mas ele não deixava que essa atração sobredeterminasse a sua apreciação das pessoas e dos acontecimentos; ele rejeitava conscientemente o conhecer pela via do preconceito.

Tal não se deve às capacidades de demiurgo de Trotsky, mas a toda a sua experiência como revolucionário russo... O próprio Trotsky certamente conhecia tudo o que se havia dito da Revolução que tinha liderado como igualmente “fora do lugar”, avessa a todos os lugares comuns sobre “a alma russa”, a sua mistura de melancolia com passividade – seu *oblomovismo*, na referência ao anti-herói do romance – já então, arquiclássico – de Gontcharov.¹⁸ Ele muito provavelmente concordaria com Gramsci (2003, p. 27) quando este dizia que, se os bolcheviques haviam obrigado a Rússia a um “despertar forçado”, este despertar não havia sido – como o de Pedro, o Grande – um despertar *importado*; havia sido “uma enérgica reação russa à própria inércia histórica”. O que Trotsky certamente pensava era que o próprio anti-intelectualismo e superficialidade da vida política mexicana seriam a *base* sobre a qual ele poderia pelo menos começar a produzir uma íclita geração de infantes intelectuais revolucionários, de homólogos mexicanos do que haviam sido os velhos bolcheviques.

18 Lenin utilizava esse termo correntemente, *e.g.*, ao defender a adoção da NEP: “Em toda a parte, onde dezenas de verstas de caminhos vicinais – ou, mais exatamente, dezenas de verstas sem caminhos – separam as aldeias das linhas férreas, isto é, da ligação material com a cultura, com o capitalismo, com a grande indústria, com as grandes cidades, predominam também em todos esses lugares o regime patriarcal, o oblomovismo [e] a semibarbarie” (Lenin, 1987, p. 164).

Pode-se dizer que Trotsky, no que ele sabia ser o crepúsculo da sua vida, não conseguia deixar de ver o seu presente e futuro – que sabia curto – senão pela reprodução das recordações de 1917. E era esse passado que ele propunha como modelo aos seus seguidores, mas não no sentido de uma simples *repetição* dos acontecimentos, senão que de um determinado *modo de aproximação* do processo histórico. Numa entrevista a um jornal mexicano, ele explicava que o seu trabalho político não se distinguia do seu trabalho intelectual:

pensar é a única satisfação completa acessível ao ser humano [...]. Fora livros, papel e uma pena, nada mais é necessário para formular conclusões quanto a própria experiência de vida e a dos outros, e participar desta forma na preparação do futuro. (Trotsky, 1978, p. 401¹⁹)

Narrar um acontecimento, dar-lhe um sentido, já seria agir politicamente sobre ele.

Nesse sentido, quando ele insiste no que nos parece hoje uma ignorância total das circunstâncias farsescas e diminuídas do lugar e do meio em que se encontrava, ele não se iludia: o que ele propunha era outra maneira de ver essa situação. Em vez de rir sarcasticamente sobre as incongruências da situação, de olhar para tudo o que o cercava – tal qual a América Latina romanesca de Conrad – como “corrupto, degenerado, irredimível” (Said, 2005, p. 113),²⁰ ele propunha

19 “Interview by Mexico al dia” (16 ago. 1937).

20 É a chave da totalidade, ou quase, das representações cinematográficas e literárias, já bem numerosas, desse último período da vida de Trotsky; é a chave melancólica da sua descrição no romance de Leonardo Padura,

a si e aos que o cercavam que ousassem rever os acontecimentos – e agir – utilizando a chave heroica de Outubro de 1917: a ênfase de Trotsky sempre foi para que os mexicanos, e os latino-americanos em geral ousassem assumir o protagonismo da sua própria história – pela via da teoria.²¹

Só que ele não o conseguiu. Por falta de tempo e meios, apenas? É possível pensar-se que o fracasso da IV Internacional se devesse ao fato de que Trotsky estava tentando recriar algo, mesmo que esse algo tivesse sido, talvez, um *hapax* histórico – mas os fatos históricos não são, por definição, únicos? – ou um ideal tipo que fosse uma raridade extrema: um movimento político de tipo propriamente leninista, isto é, uma organização de vanguarda que fosse ao mesmo tempo um partido de intelectuais e um movimento de massa.²² Ele

O homem que amava os cachorros, em que o México de 1940, junto com a Cuba da década de 1990, são a costa dos naufrágios, o abismo onde terminam todas as grandes esperanças, maiormente a do Socialismo.

21 Numa obra deixada inacabada pela morte, sua biografia de Lenin, Trotsky descreve essa sua posição intelectual: “No domínio da tecnologia, [...] a rotina, o diletantismo e os sortilégios são justamente desprezados. No domínio da Sociologia, eles se apresentam a todo instante como manifestações da liberdade de espírito. [...] Um cético de salão pode impunemente atacar a medicina. O cirurgião não tem como viver na atmosfera das incertezas científicas. Quanto mais o revolucionário necessita apoiar-se sobre a teoria para agir, mais intransigente ele será quanto à sua salvaguarda” (Trotsky, 1970, p. 207-208).

22 Como é bem sabido, Trotsky *não* foi um velho bolchevique. De fato, o partido de vanguarda leninista só funcionou enquanto tal por intermitência, durante certos momentos do processo revolucionário de 1917. Mas talvez o que Trotsky pensasse é que, para que essas intermitências pudessem realizar-se nos momentos históricos adequados, era necessário que certas instituições básicas estivessem desde sempre disponíveis.

não desejava criar uma “sociedade de amigos”, um grupo de debates para intelectuais diletantes,²³ mas também não desejava um agrupamento de espontaneístas. Ele desejava uma organização comprometida com um programa claramente definido (e que este fosse o seu, não me parece um atentado aos princípios de democracia normativa²⁴).

O que ele percebeu é que o México podia ter uma cultura da revolta, mas não possuía uma cultura política marxista, e – para sua própria segurança, aliás – tratou de criá-la nos termos mais classicamente leninistas. Trotsky entregou a reorganização da futura seção mexicana da IV Internacional a uma terceira parte – o gráfico americano Charles Curtiss [ou “Carlos Cortés”] que já havia estado no México em 1934 (Gall, 2012, p. 59) – e tratou de propor a organização de uma revista teórica em língua castelhana. Esta congregaria intelectuais simpatizantes locais (principalmente os irmãos nicaraguenses Francisco e Adolfo Zamora, o primeiro sendo jornalista e o segundo, advogado),²⁵

23 Como ele deixaria bem claro ao comentar as pretensões de independência de Mário Pedrosa: “Essa gente crê que hoje, na época da agonia do capitalismo, [...] seria necessário abandonar o centralismo bolchevique em benefício de uma democracia ilimitada [...]. Mas sua democracia só tem significação individual: ‘deixe-me fazer o que me apraz’ [...]. Esses ‘democratas’ são boêmios franco-atiradores” (“Trotsky a Farrel Dobbs” (4 abr. 1940), in: Abramo; Karepovs (2015, p. 473)).

24 Como dizia a Joana d’Arc de Shaw: What other judgment can I judge by but my own? (Em tradução livre: Que outro julgamento posso fazer senão o meu próprio?).

25 Os Zamora eram amigos pessoais de Trotsky, e Adolfo chegaria a ser designado testamentariamente como tutor do neto de Trotsky na falta de Natália Sedova (Gall, 2012, p. 82).

de forma a salvaguardar a revista dos assaltos de grupos e cliques locais. Ela deve ser organizada como um órgão, não mexicano, mas latino-americano, sob o controle do Comitê Pan-americano [da Internacional] (Trotsky, 1985a, p. 314²⁶),

pois não há prática revolucionária sem teoria revolucionária.

A revista teórica seria *Clave*, que sairia de 1938 a 1940, e que, escreve Coggiola, “era de uma qualidade tal que [seus artigos] a colocam como um patrimônio do pensamento marxista latino-americano” (Coggiola, 1984, p. 43). Que a revista vinha preencher uma lacuna fica provado pelo fato de que, entretanto, o Bureau Americano-Oriental da IV Internacional (isto é, os trotskistas americanos) já havia publicado (maio de 1938) “teses” sobre a América Latina que, pelo que delas diz o mesmo Coggiola, só são notáveis pela ubiquidade do prefixo “sub”: as nações latino-americanas são “subnações” onde reina um regime “subfeudal” afrontado por uma “sub-burguesia”, e onde o aparelho de Estado resume-se a uma organização policial, daí as ditaduras militares (p. 45). Trata-se do etapismo mecânico das análises stalinistas contemporâneas (o famoso “Bureau de Montevideú”, que abastecia os comunistas do subcontinente com brochuras-manuais para sua instrução política),²⁷ acrescido de uma

26 “For the reorganization of the Mexican section”.

27 “A direção partidária [do PC do B], obedecendo cegamente às instruções emanadas diretamente de Moscou, mas recicladas através do Birô Sul-Americano da III Internacional, instalado em Montevideú [...], não levantara qualquer estudo sério sobre a caracterização da situação nacional. Bastavam-lhe [...] os *ukases* vindos da III Internacional”

carga reforçada de orientalismo. A América Latina está numa posição “sub+alterna”, ela é “outra” porque está “abaixo do radar”, não conseguiu ascender à verdadeira História... Ora, Trotsky sempre foi discreto quanto às deficiências político-intelectuais de seus seguidores. De qualquer modo, o que ele de certa forma fez foi comportar-se como quem raciocina assim: se a América Latina não “tinha” uma história “sua”, era ao marxismo revolucionário que competia provê-la dessa história. *To strive, to seek & to find*. O esforço que ele então fará é o de tentar entender a América Latina em termos marxistas e também de acordo com o que Max Weber chamaria de uma análise “interpretativa”: entender os sujeitos de classe em seus próprios termos e fazer-lhes a pergunta: “o que, exatamente, eles intentavam conseguir com suas ações”?

Tratava-se de romper com a vulgata historiográfica marxista em uso generalizado na época, que considerava que a América Latina era semicolonial – e como tal, dominada internamente pelo latifúndio feudal e externamente pelo imperialismo, e aquilo a que ela poderia aspirar seria a uma revolução *burguesa* e de libertação nacional. O que equivale a dizer que a América Latina estaria “à margem” da história, que teria “perdido o bonde”, e que a sua história futura deveria realizar-se como uma *atualização* histórica, uma *reprodução* do que foi realizado no passado pelas sociedades “cêtricas”. E essa consciência de um suposto “retardo” leva,

(Abramo, 2015, p. 27, 36). É certo que a capital uruguaia fosse talvez um dos poucos lugares da América Latina dos anos 1930 onde uma organização comunista pudesse instalar-se legalmente; contudo o Bureau Latino-Americano não funcionava como um centro de atividade política, e sim como um centro de distribuição de propaganda e espionagem.

na esquerda (como na direita, aliás), à tentação da busca do “atalho”, de uma atualização histórica súbita por meio de uma estratégia política voluntarista e aventureira. O que Trotsky vai começar a dizer é precisamente que a América Latina é *contemporânea do seu próprio tempo*, que ela tem uma história *própria* e tarefas políticas *próprias*. Quanto mais ele tenta “recriar” o mundo passado, mais ele se obriga a tentar entender o mundo *presente*, e do crepúsculo das esperanças passadas, ele tira alento para o futuro “rico de quanto ganhaste no caminho sem esperar riquezas que Ítaca te desse” (Kaváfis, 2016).

O que o conceito de Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky propõe é que a noção de “atraso” histórico, no sentido usual de uma tarefa “a cumprir”, de um *to do* normativo, é estranha ao Materialismo Histórico – ela é mais propriamente hegeliana. Ele chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento do capitalismo criou, pela primeira vez, uma história humana *geral*, em que a regra é “a aproximação de etapas diversas, a combinação de fases distintas, o amálgama entre as formas arcaicas e as mais modernas”. Só que não se trata de um “discurso filosófico” (Trotsky, 1977a, p. 25), e sim de uma exigência objetiva imposta pela penetração do colonialismo e do imperialismo: “sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária é forçada a avançar por saltos”. E se a Rússia teve de conformar-se à modernidade ocidental “por ter constantemente de adaptar-se à pressão militar e econômica do Ocidente” (Trotsky, 1952, p. 42, 40), seria de esperar que o México da primeira metade do século XX tivesse tido de criar uma mo-

dernidade para si levando em conta a vizinhança imediata e a proximidade direta do imperialismo americano...

Nas circunstâncias específicas do México de 1937/1938, especialmente no momento em que o cardenismo imprimia à Revolução Mexicana um giro reformista de tipo democrático-radical – a questão da *Nação* e da sua *defesa* tomavam o primeiro plano das lutas políticas –, situação esta, no entanto, que se repetia na América Latina contemporânea na sua totalidade com a aproximação da II Guerra Mundial, a presença internacional do fascismo – e a penetração “democrática” dos EUA na região. E é a partir da questão da defesa nacional que Trotsky começará a falar da relação entre política nacional e de classe na América Latina.

II

TROTSKY, A REVOLUÇÃO MEXICANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

A Revolução Mexicana em (sua) totalidade

Como lembra Isaac Deutscher em outras circunstâncias, um dos traços fundamentais de seu biografado era a sua *vitalidade*, a capacidade de tratar, como simples tarefas, os mais diversos projetos que, tomados isoladamente, teriam sido cada um uma ocupação de tempo integral para outro homem qualquer (Deutscher, 2005b, p. 25-26). Diga-se, no entanto, que ele economizava bastante energia ao abordar cada problema como parte de uma *totalidade* – aquilo que seu adversário Lukács considerava a espinha dorsal do método marxista: “não basta que o pensamento tenda para a realização, é preciso que a própria realidade tenda para o pensamento” (Marx *apud* Lukács, 1974, p. 16). Ele não precisava “redescobrir a pólvora” diante de cada questão isolada – ele a integrava num conjunto de reflexões prévias.

É isso que explica a sua posição diante do processo político mexicano de 1938. Como lembrava à época seu amigo político local, Octavio Fernandez – fazendo uma súpula histórica a partir das suas discussões com Trotsky –, o “polimorfismo” da Revolução Mexicana advinha-lhe do fato de condensar no mesmo processo tarefas históricas bem diversas. De um lado, ela era apenas a continuação e realização dos projetos dos liberais do século XIX: uma revolução puramente *política*, que buscava a igualdade formal; a abolição da escravidão e das obrigações “feudais”; o sufrágio efetivo, com o fim das reeleições intermináveis de Porfirio Díaz; a secularização das propriedades das ordens religiosas católicas; a exclusão do culto religioso da esfera pública; e a laicidade do sistema educacional. Laicidade esta consubstanciada no

art. 3º da Constituição de 1917,¹ regulamentado em 1938, que proibia formalmente o ensino fundamental religioso – à maneira, *e.g.*, da legislação francesa da III República – e pretendia colocar o professor primário secular no lugar do cura de aldeia. Por outro lado, a Constituição era *social*: limitava o direito à propriedade privada, reconhecia o direito dos indígenas às terras comunais e reconhecia direitos trabalhistas. Em outras palavras, era uma constituição de *compromisso*, um *locus* legislativo em que podiam idealmente reconhecer-se “Zapata e seus assassinos [o presidente Venustiano], Carranza com os operários que fuzilou [...] e, naturalmente, o fruto mais importante do processo, Lombardo [Toledano] e companhia” (Fernández, 2009b, p. 204). Não era surpreendente, portanto, que essa Constituição – e a ordem política dela decorrente – “mancasse”; e Fernandez (2009b, p. 204) resume seu argumento quando fala do “gigantesco *aborto*” da Revolução Mexicana.

Lembremos que Trotsky já escrevia que o Estado nacional burguês, ao não reconhecer *formalmente* qualquer distinção originária entre pessoas, preserva todas as hierarquias *reais* que desconhece: se se proclama que um ucraniano “é” russo, ele é deixado sem defesa diante de um burocrata grão-russo falando outra língua – a mesma situação de um indígena do Altiplano andino, ou maia, diante do funcioná-

1 “La enseñanza es libre; pero será laica la que se dé en los establecimientos oficiales de educación, lo mismo que la enseñanza primaria, elemental y superior que se imparta en establecimientos particulares. / Ninguna corporación religiosa, ni ministro de algún culto podrán establecerse o dirigir escuelas de instrucción primaria” (México, 2017).

rio público, do juiz e do policial hispanófono. A acumulação burguesa é um instrumento de criação de riquezas, mas não de constituição de cidadãos. O México do fim do século XIX e do início do XX era um país em pleno processo de desenvolvimento econômico e, por isso mesmo, trabalhado por contradições sociais agudas.

A nacionalização do petróleo e a política do possível

Coloquemo-nos na conjuntura *internacional* do final dos anos 1930: 1938 é o ano seguinte à chegada de Trotsky ao México; é o mesmo ano em que ele se liberta dos compromissos assumidos com a Comissão Dewey – sua resposta e desagravo às acusações assacadas pelos Processos de Moscou; é também o ano de uma “recessão dentro da Grande Depressão”, cujo centro nervoso estava na economia americana. O governo Roosevelt, que havia passado o ano de 1937 tentando sustentar a constitucionalidade da agenda legislativa do *New Deal* diante de uma Suprema Corte de reacionários extremos, entrou em 1938 com dois milhões de desempregados adicionais, o que implicava uma taxa de desemprego de 19% da população economicamente ativa.² Para uma economia primário-exportadora como a do México, desde sempre muito dependente da dos EUA, essa recessão impunha a necessidade de medidas de defesa do emprego e de preços de exportação. E, em março de 1938, o presidente Cárdenas determinou a nacionalização da exploração de petróleo no

2 Como lembra um historiador britânico, se 1937 tinha sido o ano do auge dos níveis de ocupação em toda a década para os EUA, ainda assim esses níveis de emprego estavam muito abaixo dos de 1929 (Kennedy, 1999, p. 350).

México, apoiando-se no artigo 27 da Constituição de 1917, que declarava o domínio eminente do Estado mexicano sobre toda e qualquer propriedade fundiária.³

De fato, o presidente mexicano parecia contar com a exploração das contradições da época entre as economias do Centro capitalista e, também, entre potências imperialistas. Como a exploração do petróleo mexicano estava nas mãos, predominantemente (60% da produção), de uma empresa britânica subsidiária da Shell, a Mexican Eagle Company, ele contava com que a nacionalização pudesse ser feita sem muita oposição dos americanos, os quais tinham, através de uma subsidiária da Standard Oil/Chevron, apenas 30% da produção petroleira, e esperavam ser indenizados.

Era não contar com o costumeiro amor à propriedade privada enquanto tal, e com o espírito de chicana das petroleiras americanas, que importunariam o México com pedidos de indenização extravagantes até os anos 1950. Mas seja como for, o principal foco de oposição estava de fato no Reino Unido, que com a sua não menos costumeira arrogância imperialista, especialmente numa situação de perda já visível de poder e influência, tratou de instituir um embargo sobre o petróleo mexicano.⁴

A esquerda mexicana tinha posições divididas sobre a questão, especialmente pelo fato de a nacionalização ter

3 “La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional corresponde originariamente a la nación la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada” (México, 1917).

4 Cf. *Office of the Historian* (Milestones..., s.d.).

sido ostensivamente decidida como resposta a uma greve de trabalhadores da indústria, o que permitia perceber o dedo do infável Toledano e com ele a possibilidade de uma negociata gigantesca com indenizações. Trotsky, entretanto, tinha uma opinião definida. Inclusive por ter sido caracterizado pela imprensa britânica como instigador da decisão, conforme a habitual representação racista de que, quando os “nativos” estão “inquietos”, é porque houve o dedo de um branco “renegado” por trás, à maneira do Kurtz de Conrad. E ele tratou de expressar sua opinião como uma provocação: em lugar de dirigir-se ao governo conservador de Chamberlain (e seu arquirreacionário ministro das Relações Exteriores, Lord Halifax), ele buscou o jornal oficial do Partido Trabalhista, o *Daily Herald*. Numa carta ao editor, ele falava do “cinismo audacioso” do governo britânico em ignorar que investidores estrangeiros se submetessem tacitamente às leis nacionais do país em que investem e que, quanto ao conteúdo real da questão,

Uma pequena camarilha de magnatas estrangeiros, no sentido mais objetivo da palavra, está bombeando para si a seiva vital do México, assim como de outras nações atrasadas ou fracas. As solenes declarações quanto ao capital estrangeiro “civilizador”, quanto à sua assistência no desenvolvimento da economia nacional, e daí por diante, são o mais completo farisaísmo [...]. Que se visite qualquer centro da indústria mineradora: centenas de milhões de dólares, extraídos pelo capital estrangeiro da terra, não ofereceram nada, absolutamente nada, à cultura do país, sequer estradas, ou edificações, ou equipamentos urbanos [; apenas] deixam

buracos no solo mexicano e trabalhadores mexicanos com a saúde comprometida. (Trotsky, 1985a, p. 324⁵)

Afirmações estas que, hoje, podem parecer pedestres na sua absoluta objetividade empírica (vide Mariana, Brumadinho e *tutti quanti*), mas que, para a época, tinham outra importância. Trotsky nunca sentiu interesse por questões econômicas enquanto tais e não estava discutindo a importância maior ou menor do investimento estrangeiro na periferia, na reprodução das economias “cêtricas” – a tese dos “mercados externos” de Rosa Luxemburgo.⁶ Aqui, o que ele está afirmando é apenas que o capitalismo e a propriedade privada do capital produzem uma distribuição *contingente e arbitrária* do excedente social geral, o que implica consequências *políticas* em escala mundial. A democracia liberal-burguesa estabelece que a cidadania é um “direito” de todos os nacionais, mas o simples fato de esta cidadania ser *negada*, ou nem sequer ser mencionada como possibilidade, aos “nativos” coloniais e cidadãos dos Estados-clientes, a torna implicitamente um *privilegio*. Como ele dirá, na mesma época, numa discussão com militantes americanos:

a democracia é a mais aristocrática forma de governo – só a mantém os países que dispõem de escravos, como a Grã-Bretanha, em que cada cidadão dispõe de nove escravos, a França, [com] um e meio para cada cidadão, e os EUA – cujos

5 “The Mexican oil expropriations: a challenge to British Labour Party” (23 abr. 1938).

6 O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega escreveu (1980) um trabalho no qual tentava deduzir toda uma “economia política” dessas afirmações de Trotsky, o que me parece extremamente duvidoso dada a sua generalidade.

escravos não posso calcular, mas incluem quase o mundo todo, a começar pela América Latina. (Trotsky, 1985a, p. 284⁷)

Precisamente por isso é que ele escreve a carta ao editor do jornal trabalhista: como uma provocação ao que, já na época, era a política padrão da Socialdemocracia, *universalização* dos direitos sociais... a todos os *cidadãos*, o que equivale a uma contradição em termos. Dois meses depois, ele escreverá um outro artigo sobre a fantasia de ser o “cérebro” por detrás da nacionalização do petróleo, dessa vez colocando a questão ideológica em primeiro lugar, o caráter “Mistah Kurtz” da fantasia:

Dois objetivos são visados quando se menciona o meu nome. Primeiramente, [...] dar à expropriação um colorido “bolchevique”. Segundo, [...] desferir um golpe sobre a *autoestima nacional* do México. Os imperialistas buscam apresentar os fatos fazendo parecer que os homens de Estado mexicanos seriam incapazes de determinar seu próprio caminho. Tal é a abjeta e ignóbil psicologia hereditária dos exploradores! Precisamente porque o México é ainda uma dessas nações atrasadas que necessitam lutar por sua independência, seus homens de Estado são capazes de engendrar uma ousadia mental muito maior do que a de que são capazes os sobejos conservadores de um passado glorioso. Já testemunhamos mais de uma vez tal fenômeno na história! (Trotsky, 1985a, p. 360, grifo meu⁸)

7 “Discussions with Trotsky” (20 mar. 1938).

8 “Mexico and British Imperialism” (5 jun. 1938).

Exato que seja no conteúdo, há algo no tom desse ditirambo que nos soa bizarro: que Trotsky fosse capaz de descer do Olimpo histórico onde já habitava em vida – e de onde nem o camarada Stalin pôde desalojá-lo, senão transformando-o num “Anticristo”, igual, na sua suposta traição, ao próprio Lenin – para fazer a apoteose de... um presidente populista latino-americano, certamente igual em estatura histórica a Vargas, Perón, Chávez, mas de importância histórica puramente local. São termos tão exagerados que fazem pensar em labilidade senil.

Mas será mesmo? É preciso lembrar que Trotsky está pensando em termos de um *processo histórico*. Mais exatamente, trata-se aí do processo pela qual as demandas propriamente democrático-burguesas vão, pela ação dos agentes, convertendo-se em demandas propriamente socialistas, processo este contínuo, permanente; processo este que não se realiza mecanicamente, pelo simples desenvolvimento das forças produtivas tão somente, senão pela tomada de auto-consciência propriamente política dos mesmos agentes históricos que buscam e encontram seu caminho.⁹ E, nesse processo, o papel das reformas democráticas de um Cárdenas não poderia ser subestimado. A ênfase de Trotsky, no seu gosto aparentemente duvidoso, é uma tentativa de forçar o vocabulário disponível na sua época para descrever algo que ele mesmo não saberia fazê-lo exatamente.

9 Como lembrará Weffort nas circunstâncias históricas próprias ao populismo latino-americano, as classes populares não adquirem consciência de si mesmas ao enfrentarem a burguesia e o Estado burguês, e sim ao se *aliarem* a esta mesma burguesia (ou a uma seção desta), por intermédio de uma liderança política, para *participarem* da administração do Estado. Cf. Weffort (1980, p. 103).

Ele estabelece que, naquela conjuntura histórica, a nacionalização era uma condição objetivamente necessária para que o México pudesse funcionar minimamente como um Estado nacional organizado:

os magnatas do petróleo não são [...] burgueses comuns [...]. Sentados em cima de seus bilhões, apoiados pelas forças militares e diplomáticas da metrópole, eles buscam estabelecer no país subjugado um regime de feudalismo imperialista, subordinando a si a legislação, jurisprudência e administração. Sob essas condições, a expropriação é o único meio efetivo de garantir a independência nacional e as condições elementares da democracia. Que direção ulterior o desenvolvimento econômico mexicano tomará [...] é uma questão *do futuro*. Agora, a Revolução Mexicana está realizando o mesmo trabalho que, por exemplo, os EUA realizaram em três quartos de século [...], terminando na Guerra Civil, na abolição da escravidão e na unificação nacional. (Trotsky, 1985a, p. 359, grifo meu¹⁰)

Exposto o argumento principal, para que se perceba que ele não perdeu o sentido de proporção, ele termina os considerandos finais com uma comparação que só ele poderia fazer sem ser cabotino:

A expropriação do petróleo não é socialismo, nem comunismo. Mas é uma medida de defesa nacional altamente progressista. Marx, como se sabe, não considerava Abraham Lincoln um comunista, mas isso não o impediu de nutrir a mais profunda simpatia pela luta que ele travava. A I Internacional mandou a Lincoln uma mensagem de

10 “Mexico and British Imperialism” (5 jun. 1938).

apoio durante a Guerra Civil, e Lincoln respondeu [...] com uma sentida apreciação desse apoio moral. (Trotsky, 1985a, p. 361¹¹)

Como se sabe, para Marx a Guerra Civil Americana era o grande “*what-if*” da democracia burguesa, que, em caso de vitória do Sul, seria reorganizada na base do trabalho servil, purgada de todo e qualquer elemento progressista. Que Trotsky entendesse que, naquele momento histórico, o protagonismo de Cárdenas também era da mais alta importância, ficava, aliás, bem justificado, quando se pensa que o presidente mexicano, em 23 de junho de 1937 – um ano antes de Trotsky ter publicado o artigo que estamos comentando –, tivesse nacionalizado também o sistema ferroviário nacional “por razões de alta conveniência para a República” (Gall, 2012, p. 162). Como lembraria um articulista da revista *Clave*, essa nacionalização foi feita nominalmente pelos ferroviários (isto é, pelo seu sindicato nacional), mas efetivamente obedecendo a interesses capitalistas: o sistema, antes da nacionalização, era uma concessão semifalida cuja dívida foi nacionalizada, e a administração pelo sindicato deu-se pela lógica da amortização da dívida pela obtenção de lucros. Mas seja como for, a administração passou a ser realizada *de dentro do México*, o que pelo menos criava a possibilidade de sua utilização para um projeto de desenvolvimento integrado da economia nacional (Treviño, 2009, p. 190-191). E Trotsky, nesse ponto específico, secundava seu seguidor Treviño, considerando que, não obstante a participação sindical na gestão de empresas nacionalizadas ter por

11 “Mexico and British Imperialism” (5 jun. 1938).

sujeito uma *burocracia sindical de agentes políticos* da burguesia convertidos em seus *agentes administrativos*, ainda assim ela oferecia possibilidades de um *aprendizado de gestão operária*, mais exatamente uma concessão por parte da burguesia “aos trabalhadores de certas esferas de atividade”, que poderiam ser eventualmente utilizadas para fins revolucionários. Tudo dependeria, em última instância, da contingência histórica futura e da exploração correta de suas oportunidades (Trotsky, 1974, p. 328¹²).

Trotsky, nesse ponto, retorna às origens do movimento socialista e considera a participação operária na direção de empresas como uma forma análoga ao “socialismo municipal” da Europa do fim do século XIX: uma oportunidade do proletariado, participando ativamente da gestão *local* de uma empresa ou município, adquirindo experiência política e conseguindo melhoras pontuais e, ao mesmo tempo aprendendo “que, sem a conquista do poder de Estado, a política municipal é impotente” (Trotsky, 1974, p. 327¹³). Tal não se confundiria com o *ministerialismo*, a participação de socialistas em governos burgueses (como no caso célebre do socialista francês Millerand, ministro em 1898 no governo Waldeck-Rousseau), em que estariam obrigados a apoiar e executar um programa de governo tomado em seu conjunto (Trotsky, 1974, p. 327).

Note-se à primeira vista que o raciocínio de Trotsky, aqui, não parece particularmente convincente. A separação teórica que ele faz entre *ministerialismo* e *municipalismo*

12 “Nationalized industry and workers’ management” (12 maio 1939).

13 “Nationalized industry and workers’ management” (12 maio 1939).

parece não ter sentido nas condições do México contemporâneo, onde a direção da atividade política da classe trabalhadora organizada na sua generalidade – inclusive dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas – estava nas mãos, precisamente, do seu arqui-inimigo Toledano. Mais do que simples ministro, Toledano era o dirigente máximo do sindicalismo oficial e mantinha os trabalhadores mexicanos atrelados não apenas à política burguesa, mas ao pior fisiologismo. Trotsky, aliás, passaria os últimos anos da sua vida pisando em ovos toda vez que falava em Toledano: ao mesmo tempo que ele o denunciava como um escroque, ele tinha de reconhecê-lo como líder indiscutível da classe operária mexicana e dizer que, “se Toledano é ou não um bom funcionário sindical, é uma questão que terá de ser resolvida pelos próprios trabalhadores mexicanos” (Trotsky, 1974, p. 49¹⁴).

A história, na verdade, resolveu a questão: nas décadas seguintes, a direção do sindicalismo oficial mexicano passaria, das mãos de Toledano, às do seu sucessor, Fidel Velázquez, que, até morrer quase centenário, em 1997, soldaria a CTM à política de um PRM/PRI cada vez mais reacionário e corrompido, em sua posição de partido único de fato, ao nível do gangsterismo¹⁵ (Velázquez teria dito uma vez que *a balazos llegamos y los votos no nos sacarán*¹⁶).

14 “What is the meaning of the struggle against ‘trotskyism’? (About Lombardo Toledano and other GPU agents)” (9 out. 1939).

15 Sobre essa cultura da corrupção institucionalizada, *la chingada*, na expressão do romancista Carlos Fuentes, cf. Niblo (2001, p. 302).

16 Monge Chuliá (2018, p. 402) associa essa frase lapidar às eleições de 1940, quando o candidato oficial e sucessor de Cárdenas obteve 93,89% dos votos.

É como se o próprio Trotsky tivesse esquecido o que dizia na sua autobiografia, recordando um episódio do seu exílio em Viena, quando a socialdemocracia local tentou autogerir uma padaria, que acabou tendo de ser vendida ao capital privado vinte anos depois, com enormes perdas para os “investidores” operários. O fracasso inevitável desse tipo de empreendimento não se deveu às oscilações do mercado ou à falta de capital inicial, e sim *à posição do partido do proletariado na sociedade capitalista* (Trotsky: 1988, p. 216-217); a empresa faliu porque não usou os métodos capitalistas usuais. Mas, se os tivesse usado, ela se converteria numa empresa burguesa igual a qualquer outra. O trabalhador que gere uma empresa capitalista aceita a lógica do capitalismo quando não se converte ele mesmo num burguês.

No entanto, Trotsky poderia ter-se justificado com os argumentos dos seus camaradas brasileiros, diante de uma situação contemporânea e muito semelhante: quando se questionou se os comunistas deveriam militar no quadro dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho da Era Vargas (ou criar sindicatos clandestinos “revolucionários”), os trotskistas da LCI, em 1932, raciocinaram que:

Torna-se necessário [...] reunir todas as organizações operárias existentes para lutar por objetivos comuns bem-definidos [...]. Como infelizmente não existem só operários conscientes ou comunistas, e, pelo contrário, a maioria da massa não nos segue [...], é-se forçado a apresentar reivindicações que essas massas ainda atrasadas possam compreender. (Trotsky, 2015, p. 109¹⁷)

17 “Carta aos camaradas do Partido Comunista” (14 set. 1932).

Trotsky poderia dizer que os trabalhadores mexicanos (ou quaisquer outros) só poderiam começar a fazer política revolucionária fazendo política, qualquer que fosse seu ponto de partida. O que para os austríacos, bem ou mal já dotados de um partido seu, não fazia sentido; poderia, no entanto, fazê-lo nas condições “semicoloniais” do México.

Já citei várias vezes em outros lugares a frase de Roberto Schwarz dizendo que, na ordem política do Liberalismo brasileiro do II Reinado, o único “direito” assegurado a todos os cidadãos livres era o de ter todo o território nacional para cair morto. E não é necessário ser um mexicanista para estar certo que condições quase idênticas prevaleciam no México do início do século XX.

Pode parecer melancólico que alguém da estatura histórica de Trotsky começasse subitamente, diante da necessidade de encontrar um apoio qualquer para uma atividade política que lhe tornava inviável a cada dia, a descobrir virtudes inusitadas de liderança em um caudilho populista como Cárdenas, ou mesmo num licenciado acanhalado como Toledano. Só que não se trata disso: ele poderia até – com vantagens óbvias do ponto de vista da sua sobrevivência física – retirar-se incógnito para algum esconso no interior mexicano e dali escrever memórias e obras históricas, aguardando o momento de um hipotético retorno ao prosaíco. Isso não era tão improvável quanto parece à primeira vista; como nota Deutscher (2005a, p. 389), as esperanças aparentemente quiméricas de Trotsky eram a matéria-prima dos temores muito reais de Stalin. Estivesse Trotsky vivo em junho de 1941, e a reação do *top brass* soviético à invasão nazista poderia ser bem diferente do que foi (Deutscher, 1982,

p. 374). Trotsky não necessitava adular Cárdenas para permanecer relevante (e até seria melhor para ele manter um perfil baixo); se ele descobriu em si um interesse positivo pelo populismo latino-americano do seu tempo, foi porque de alguma forma este se integrava na sua *Weltsanschauung*.

A democracia na época do imperialismo

Aproveitemos a deixa dada pelo termo “populismo”. Num trabalho recente, a politóloga Chantal Mouffle resume os seus argumentos e de seu falecido companheiro Ernesto Laclau para justificar que o projeto político das esquerdas não pode mais se apoiar sobre “a redução da política à contradição capital-trabalho, [ao] privilégio ontológico [atribuído à] classe operária”. No mundo de hoje, a construção de um projeto político de esquerda só poderia ser entendida, na heterogênea sociedade pós-moderna, senão como “uma articulação de demandas democráticas” que permitisse a construção de uma vontade coletiva do “povo” (e, consequentemente, da própria noção de “povo” como um sujeito político¹⁸) – “não como referente empírico, mas como uma construção discursiva” (Mouffle, 2019, p. 124, 126, 101).

O que está, de modo geral, até correto, mas se apoia sobre um homem de palha – qual seja a ideia de que “classe”, no sentido marxista, seja um referente empírico, uma “coisa” durkheimiana. Para Marx, nenhuma classe surge como

18 Essa noção já surge em data tão prematura quanto o início da década de 1960, na formulação de um clássico do marxismo brasileiro: “povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhado na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário da área em que vive” (Sodré, 1963, p. 197).

um dever comum decorrente de uma determinada relação com os meios de produção: muito pelo contrário, a condição empírica normal de uma classe é a da *competição* entre os seus membros individuais. A classe é uma realidade, mas não uma empiria; ela é um real *abstrato*, ao mesmo título que “valor”, “força de trabalho”, “mais-valia”. Nenhuma classe nasceu com a compreensão pronta dos seus interesses, menos ainda o proletariado, e nisto é que reside o *tour de force* intelectual do leninismo, o seu retorno a um Marx hegeliano, depois de décadas de releituras evolucionistas e pedestres à Kautsky.¹⁹ Para que a classe possa agir como sujeito coletivo enquanto tal, falta-lhe uma filosofia da práxis.

Bem entendido, não há prática revolucionária sem teoria revolucionária, mas há o risco de esta afirmação ser entendida como uma metafísica, um Ἐν ἀρχῇ ἦν ὁ Λόγος (Jo, 1:1). Para filosofar, é necessária uma *ação* sobre a qual filosofar, e Rosa Luxemburgo dizia, citando *Fausto*, que antes do “Verbo”, vinha exatamente esta ação – ou, mais exatamente, o Fazer: *Im Anfang war die Tat*.

Sendo assim, o corporativismo populista em que o PRI enredou a classe operária mexicana a partir de Cárdenas – o peronismo faria mais tarde algo semelhante na Argentina – não seria a “melhor” maneira de essa classe operária fazer política, mas era a maneira existente, o possível naquela cir-

19 “Kautsky via como sua principal incumbência teórica o reconciliar da reforma com a revolução. Mas ele havia chegado à maturidade intelectual durante um período de reformismo. A realidade, para ele, era a reforma tão somente, a revolução sendo uma perspectiva histórica nebulosa [...]. Sua mente era excessivamente em ângulos retos e seca, carente de flexibilidade e penetração psicológica” (Trotsky, 1988, p. 220).

cunstância histórica – e, como Trotsky gostava de dizer, “a História não se faz por encomenda” (Trotsky, 1985b, p. 120). Era a forma pela qual a classe tinha a possibilidade de converter-se em sujeito da sua própria atividade. Num artigo escrito para publicação num jornal cubano, Trotsky lembrava:

o que há de mais importante – e mais difícil – em política, em minha opinião, é definir, de um lado, *as leis gerais* que determinam a luta de vida e morte de todos os países [...]; de outro, descobrir as *combinações especiais* dessas leis para cada país. (Trotsky, 1974, p. 26²⁰)

E, num momento no qual as políticas de Frente Popular de Stalin apresentavam como grande tarefa da classe operária internacional a defesa da “democracia” através do antifascismo, Trotsky perguntava: o que, numa época de Imperialismo, poderia ser “democracia”?

No México, tal significa o desejo de um país semicolonial de escapar da servidão e dependência, dar terra aos camponeses [...]. Os problemas democráticos do México possuem um caráter progressista e revolucionário. E o que a Democracia significa na Grã-Bretanha? A manutenção do que existe [...], do domínio da metrópole sobre as colônias. O mesmo em relação à França [onde] a bandeira democrática encobre a hegemonia imperialista da minoria privilegiada sobre a maioria oprimida. (Trotsky, 1974, p. 26)²¹

Do mesmo modo que, num país balcânico, a existência de instituições políticas nacionais e formalmente democrá-

20 “Fight imperialism to fight fascism 1938-1939”.

21 “Fight imperialism to fight fascism 1938-1939”.

ticas (e.g., o parlamentarismo de fachada romeno) mascarava a exclusão política das minorias. Dizer-se que o Reino Unido de 1938 e 1939 era uma “democracia” por conta das instituições parlamentares da *metrópole* significava escamotear a mesma exclusão de uma maioria de súditos *coloniais*: “aqueles que, de forma ativa ou mesmo passiva, apoiam um regime colonial sob o pretexto de defenderem sua própria ‘democracia’, são os piores inimigos da humanidade e dos povos oprimidos” (Trotsky, 1985a, p. 433).²² Como Trotsky o descreve, o regime colonial é *mais* insidioso que a dominação fascista, por prescindir de instrumentos de opressão *de jure*; ele não necessita decretar a lei marcial, apenas a oculta sob uma capa democrática “genérica”. “A ‘democracia’ *imperialista* está toda ela dirigida contra a democracia para os povos coloniais e semicoloniais atrasados e débeis” (p. 430).²³

No final de 1938, enquanto se desenrolava na Europa a Crise de Munique, com Chamberlain, Lord Halifax e o *premier* francês Daladier tentando apaziguar Hitler, entregando-lhe parte da Tchecoslováquia, Trotsky lia tal circunstância como produto de uma situação propriamente *colonial*: o que garantiu as conquistas relâmpago de Hitler – sua anexação da Áustria, a reintegração do Sarre, e agora a mão erguida sobre os Sudetos checos de população germanófono? Os encantos do pangermanismo nazista? Fosse assim, e a Suíça alemã não teria permanecido indiferente ao programa nazista. Ao entregarem os Sudetos à tutela checa, manterem o Sarre sob colonização francesa, preservarem a

22 “Fascism and the Colonial World” (ago. 1938).

23 “The Congress against war and fascism” (ago. 1938).

independência austríaca como um fim em si mesma – tudo dentro do espírito revanchista do Tratado de Versalhes –, a Inglaterra e a França asseguraram-se que essas populações alemãs preferissem “a igualdade na servidão à humilhação na desigualdade”, já que

é preciso que existam condições sociais e políticas intoleráveis para que os cidadãos de um país “democrático” sejam tomados pelo desejo de caírem sob um poder fascista, [para] serem oprimidos nas mesmas bases que o resto da população. [E conclui] a força temporária de Hitler repousa na falência da *democracia imperialista*. (Trotsky, 1974, p. 19, grifo meu)²⁴

A democracia pressupondo um sujeito, as instituições democrático-burguesas das potências coloniais eram aristocráticas, na medida em que elas instituía governos sobre populações coloniais que não tiveram qualquer participação em sua escolha. No entanto, naqueles anos antes do desencadear-se da II Guerra Mundial, as potências já estavam dispondo de seus recursos no tabuleiro geopolítico, e nesse processo a América Latina veio a adquirir grande importância como objeto das atenções “antifascistas” do imperialismo americano. Tal deu a Trotsky a oportunidade de lançar vistas para além do México e para a América Latina em sua generalidade, como veremos a seguir.

24 “Phrases and reality” (18 set. 1938).

III

A AMÉRICA LATINA E O CAPITALISMO GLOBAL

O início de uma hegemonia americana formal

A passagem dos países americanos da zona da libra esterlina ao padrão-dólar, no final dos anos 1930 e começo dos 1940, é o período em que a hegemonia econômica dos EUA na América Latina se converte numa hegemonia propriamente política, por via das políticas de “boa vizinhança”, que levarão – já no contexto da Guerra Fria – à Ata de Chapultepec, ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e à Constituição da OEA. Para Trotsky, no entanto, esses desenvolvimentos se apresentariam a partir de um evento paroquial, hoje já esquecido e aparentemente alheio ao imperialismo americano: o Congresso Sindical Pan-americano, sediado em setembro de 1938 na Cidade do México, com a presença de algumas personalidades do sindicalismo internacional da época – *e.g.* o sindicalista americano John L. Lewis, fundador da CIO, e o secretário da CGT francesa, Leon Johaux. O principal resultado seria a fundação de uma central sindical supostamente internacional e latino-americana: a Confederación de Trabajadores de América Latina, presidida por Lombardo Toledano (Gall, 2012, p. 398).

A preocupação inicial de Trotsky, muito compreensivelmente, foi a de denunciar o congresso como uma tentativa da parte do seu mais novo inimigo de prover-se de um palanque internacional, e de uma plateia composta em grande parte de agentes stalinistas dispostos “a transformar o México numa Catalunha, onde os esbirros do GPU, não menos que os fascistas, estrangulam tudo o que há de honesto e inteligente nos meios proletários e da *intelligentsia*” (Trotsky, 1985a, p. 428).¹ O que era correto: com o término

1 “Trade Union Congress staged by CP” (27 ago. 1938).

próximo da Guerra Civil Espanhola e a política de Cárdenas de oferecer um amplo asilo aos exilados do franquismo, já havia começado a imigração de encarregados de “serviços especiais” do NKVD para dentro do México, com finalidades óbvias.

Só que havia outro problema, este de fundo: o Congresso, dentro da linha das frentes populares, oferecia o seu apoio, não apenas ao cardenismo, como às políticas do governo Roosevelt – e um dos interesses soviéticos no Congresso era exatamente o de servir de mecanismo diplomático de promoção a uma aliança antifascista da URSS com as democracias ocidentais, inclusive os EUA. Estava-se num período em que o Japão representava a maior ameaça militar imediata à URSS, e Stalin queria evitar problemas adicionais do lado do Oceano Pacífico (Trotsky, 1985a, p. 432²). Ora – prossegue Trotsky –, envolver a classe trabalhadora organizada da América Latina em tal empreitada significava tratá-la como “adubo histórico, destinado a fertilizar a democracia e a cultura *deles*” (p. 430³), e a democracia burguesa americana não via mal algum em aliar-se a “certas”

2 “The Congress against war and fascism” (ago. 1938). Trotsky não tinha a menor dúvida de que a URSS venceria uma guerra contra o Japão, o que efetivamente ocorreria no ano seguinte, na Batalha de Khalkhin Gol, ou “Incidente de Nomohan”. Para ele, o “semifeudalismo” japonês seria incapaz de obter outra coisa de um choque com a URSS que não uma catástrofe, mas ele duvidava que a legitimidade interna do regime stalinista pudesse suportar o desgaste do conflito (“The USSR and Japan” (Trotsky, 1985a, p. 412-413)). Nisso ele errou – talvez por não prever a rapidez fulminante com que a vitória foi obtida. Nem ele nem Stalin, aliás.

3 “The Congress against war and fascism” (ago. 1938).

ditaduras latino-americanas (e.g., o Estado Novo) na defesa dos seus interesses próprios (e da sua burguesia). Logo, uma aliança em defesa da democracia “em geral” – como um princípio abstrato, a “democracia como valor universal” – implicava, na prática, “paralisar a luta revolucionária anti-imperialista [...], subordinando o proletariado à ‘Esquerda’ da burguesia *imperialista*” (p. 430). Trotsky não precisou, aliás, fazer uma exegese profunda para justificar sua posição, já que o próprio Leon Jouhaux se encarregou de declarar que os participantes do Congresso Sindical haviam se reunido “para uma luta contra o fascismo, não contra o imperialismo”. Para isso, ele propunha uma... Conferência internacional de desarmamento, da qual “nem Hitler” estaria excluído. Após a capitulação de Munique, essa declaração – vinda de um líder sindical nacional e figura eminente da Frente Popular francesa – era um sinal de que as potências imperialistas não queriam lutar a sério nem contra o fascismo e muito menos contra seu próprio imperialismo, o que foi fonte de um duradouro embaraço para Toledano (Trotsky, 1974, p. 91⁴).

Enfim, Toledano, com todos os seus *fakes avant la lettre*, era para Trotsky – pelo menos naquele momento – um adversário que ainda podia ser controlado com uma dose adequada de litigação e bons advogados;⁵ e após Munique, o in-

4 “Two agents of ‘democratic’ imperialism” (22 out. 1938).

5 “Toledano não é um indivíduo. Ele é um tipo. Há uma multidão de cópias carbonadas dele – todo um exército mercenário treinado em Moscou! [...]. Seus métodos são idênticos aos dos Processos, [mas] há uma diferença. O GPU [...] tem a possibilidade de arrancar confissões falsas [...]. Toledano não tem ainda a oportunidade de usar esse tipo de repressão. É claro que ele faz uso de falsificações [...], tais como, por

teresse de Stalin – cada vez mais inclinado, mesmo antes da capitulação ser concluída, a buscar uma aliança com Hitler⁶ – na América Latina resumia-se a preparar a aniquilação de Trotsky. O interesse dos Estados Unidos na América Latina – em converter uma hegemonia econômica e política *de facto* em *de jure* –, no entanto, persistia, e Trotsky ocupou-se dessa questão assiduamente a partir de 1938.

Economia e política na entrevista a Mateo Fossa

Um dos delgados ao Congresso Panamericano – que não havia tido suas credenciais reconhecidas – era um trotskista argentino, Mateo Fossa, fundador da CGT no seu país em 1936 (Coggiola, 1984, p. 38). Fossa aproveitou sua estada no México para fazer uma longa entrevista com Trotsky – que seria publicada sob o título geral de “A Luta Anti-imperialista é a chave da Libertação” –, na qual de fato Trotsky e Fossa fazem uma atualização minuciosa das questões de política internacional do momento do ponto de vista das esquerdas (a Frente Popular, a fase conclusiva da Guerra Civil Espanhola), com especial ênfase nas questões latino-america-

exemplo, o filme totalmente desonesto e desprezível *Lenin em outubro* [Mikhail Romm, 1937], mas isso não basta. A humanidade não é composta apenas por imbecis. Não são poucas as pessoas que são capazes de pensar” (“What is the meaning of the struggle against ‘trotskyism?’” (Trotsky, 1974, p. 49-50)).

6 O que Trotsky percebeu claramente: “O golpe terrível na posição internacional da URSS [sofrido pela capitulação checa] é o resultado dos contínuos expurgos, que decapitaram o exército e desorganizaram a economia [...]. Podemos esperar que certamente a diplomacia de Stalin tentará uma reaproximação com Hitler, ao custo de novas retiradas e capitulações” (“After the collapse of Czechoslovakia, Stalin will seek accord with Hitler” (22 set. 1938) (Trotsky, 1974, p. 29-30)).

nas. Nesse ponto, a uma pergunta genérica sobre as perspectivas da situação mexicana, e especialmente sobre o *custo econômico* das reformas do cardenismo e seu peso sobre a classe trabalhadora mexicana, Trotsky resolve, dessa vez, sublinhar um problema a que tinha dado até então menos ênfase: da conjugação entre nacionalização e *reforma agrária*.

O processo de reforma agrária no México jamais havia sido universal, e não existia um novo padrão geral de relações de propriedade definido, mas Cárdenas havia acelerado esse processo pelo governo, determinando expropriações importantes de certos latifúndios para convertê-los em terras de exploração comunal [*ejidos*] (Gall, 2012, p. 161). Entrementes, em 1938, o cacique regional de S. Luis Potosí, o general Saturnino Cedillo, começou uma sublevação armada contra o governo,⁷ que terminaria com sua fuga e morte no ano seguinte – sublevação esta cuja autoria intelectual Lombardo Toledano e o PCM atribuiriam a... Trotsky.

Trotsky, ao contrário, já havia sustentado a relação de causalidade entre as políticas do cardenismo e o fracasso de uma rebelião do tipo que havia sido usual no México revolucionário:

7 Nos textos de Trotsky, a sublevação de Cedillo é apresentada como uma contrarrevolução, uma tentativa implícita de retorno ao *Ancien Régime* - ou até de reverter a nacionalização do petróleo, com apoio britânico ("Mexico and British Imperialism" (5 jun. 1938) (Trotsky, 1985a, p. 359)). Mas em *Mexico: An Encyclopedia of Contemporary Culture and History* (Coerver; Pasztor; Buffington, 2004, p. 465), ela é apresentada primariamente como produto da insatisfação de um cacique pós-revolucionário regional insatisfeito com a centralização administrativa imposta pelo cardenismo. A constituição do México como Estado nacional passava pela criação de um aparelho de Estado nacional oposto aos caciques locais, "revolucionários" que fossem.

nos países da América Latina, a melhor e mais segura forma de luta contra o fascismo é a *revolução agrária*. É porque o México deu passos importantes nesta direção que a sublevação do general Cedillo ficou suspensa no vácuo. (Trotsky, 1974, p. 29⁸)

Mas precisamente, qual a relação causal entre uma coisa e outra? Os camponeses mexicanos não sustentaram Cedillo por conta de terem percebido uma melhora significativa na sua condição? Em tão pouco tempo? O fato é que a reforma agrária mexicana não parece ter favorecido muito o desenvolvimento das forças produtivas – “os resultados não haveriam de ser os melhores, [...] nem a burocracia criada [...] estava qualificada para resolver os enormes problemas que se apresentavam” (Luís González *apud* Gall, 2012, p. 161). E, historicamente, vários grandes intelectuais socialistas consideraram a reforma agrária – no caso, a dispersão da propriedade fundiária – um contrassenso econômico e histórico, uma concessão indevida às ideologias pequeno-burguesas dos pequenos proprietários atrasados.

Diga-se de passagem, aliás, que Fossa e seu camarada Liborio Justo iriam, no futuro, se enfrascarem numa polêmica dentro das fileiras do trotskismo argentino precisamente sobre as condições da “libertação nacional” no seu país. Fossa, Justo e seus camaradas enfatizavam, como condição necessária da revolução argentina, o enfrentamento do problema agrário (a “comunidade de interesses entre a oligarquia pecuária e o imperialismo”) e outras “tarefas democráticas”, enquanto seus oponentes consideravam que, a Argentina

8 “Fight imperialism to fight fascism”.

sendo um país semicolonial *avanzado*, a revolução socialista podia dispensar-se de realizar tais tarefas... (Rojo, 2009).⁹

Independente da sua posição futura no debate argentino, percebe-se que Fossa, vendo as coisas a partir da Argentina “desenvolvida” e “europeia” dos anos 1930, estava cético quanto à viabilidade econômica e oportunidade do programa agrário do cardenismo, tanto mais por esse programa fundar-se numa mera *distribuição* de terras comunais. Ele indaga a Trotsky se um México com dificuldades crescentes de exportar petróleo por conta do embargo britânico – e com a moeda nacional consequentemente desvalorizada – poderia incorrer em tal sacrifício. Trotsky, mesmo reconhecendo às consequências econômicas negativas imediatas da nacionalização sobre o padrão de vida da população, respondeu que, “para o México, a expropriação da terra e dos recursos naturais são medidas absolutamente indispensáveis de *autodefesa nacional*” (Trotsky, 1974, p. 33, grifo meu¹⁰). Ele não se estende em considerações, e Fossa então lhe pergunta a sua opinião sobre as lutas de libertação dos povos da América Latina *em geral*, e particularmente sobre a respeito do *aprismo* peruano – na época, um movimento político que propugnava precipuamente pela unidade política da América Latina.

Percebe-se que Fossa está raciocinando a partir do seu ceticismo quanto à viabilidade de um projeto político refor-

9 Como escreve Coggiola, os partidários da tese do “semicolonial avanzado” chegariam a considerar, nos anos 1940, que o conflito EUA-Argentina, na época da ascensão do peronismo, era interimperialista (Coggiola, 1984, p. 39).

10 “Anti-imperialist struggle is key to liberation” (23 set. 1938).

mista puramente *nacional* como o do cardenismo (com tudo que tinha, aliás, de ideologicamente reacionário, de idealização de um suposto passado glorioso pré-colombiano e imprestável do ponto de vista da modernidade¹¹). E Trotsky, depois de fazer uma finta (“não estou muito familiarizado com a vida de cada país latino-americano”), desenvolve um *tour de force* intelectual.¹²

Parece-me que os problemas internos destes países não podem ser resolvidos sem uma luta revolucionária simultânea contra o imperialismo. Os agentes dos EUA, Inglaterra [...], os stalinistas [é que] colocam a luta contra o fascismo em lugar da luta contra o imperialismo [...]. Nos países latino-americanos, [estes] agentes do imperialismo ‘democrático’ são particularmente perigosos, já que estão mais aptos a enganarem as massas do que os agentes confessos dos bandidos fascistas.

Darei o exemplo mais simples e óbvio. No Brasil reina atualmente um regime semifascista que qualquer revolucionário só pode contemplar com ódio. Suponhamos,

11 Ver as considerações mais ou menos contemporâneas de Mariátegui sobre o caso peruano: “Um acontecimento europeu, a Revolução Francesa engendrou a independência americana [...]. Um artifício histórico fez de Tupac Amaru um precursor da independência peruana. Os indígenas fizeram a revolução de Tupac Amaru; os crioulos fizeram a revolução da independência. Entre ambos os acontecimentos, não houve consanguinidade nem espiritual nem ideológica” (Mariátegui, 2005, p. 44).

12 Esse trecho é talvez a primeira (e acredito única) vez que um clássico do marxismo fala do Brasil como uma sociedade e não como uma expressão geográfica. Marx cita o *Pluto Brasiliensis* de Eschwege, no Livro I d’*O capital*, mas para falar do ouro enquanto mercadoria.

no entanto, que amanhã a Inglaterra entre num conflito militar com o Brasil [como o México...].¹³ Pergunto-lhe: de que lado do conflito ficará a classe trabalhadora? Darei uma resposta pessoal: neste caso estarei ao lado do Brasil "fascista" contra a "democrática" Grã-Bretanha. Por quê? Porque o conflito entre eles *não será* uma questão de democracia ou fascismo. Se a Inglaterra fosse vitoriosa, ela colocaria outro fascista no Rio de Janeiro¹⁴ e cadeias redobradas sobre o Brasil. Se o Brasil, ao contrário, fosse vitorioso, tal daria um poderoso impulso à consciência nacional e democrática do país e levaria à derrubada da ditadura Vargas. (Trotsky, 1974, p. 34, grifo meu¹⁵)

Como Trotsky coloca, as massas não se instruem na “democracia” por livros e panfletos, senão através da ação concreta. Se o Estado Novo desejasse mobilizar a população contra uma intervenção militar estrangeira, seria esta mobilização, por mais limitada que fosse, a condição necessária para que essas massas se elevassem a alguma espécie de protagonismo político. Porque foi de fato a intervenção do Brasil na II Guerra Mundial (se bem que *ao lado* das “democracias”) que acabou por forçar Vargas a aceitar a re-democratização de 1945, colocar de pé o Trabalhismo (por

13 Diga-se de passagem que, em finais de 1940, a “história alternativa” de Trotsky tomaria expressão concreta, quando a marinha britânica internou em Gibraltar um cargueiro brasileiro com uma remessa de peças de canhão da Krupp, para fúria do então muito germanófilo general Góes Monteiro, que propôs a ruptura de relações e a expropriação dos ativos britânicos. Cf. Lira Neto (2013, p. 395-396).

14 Em 1941 os EUA já estavam considerando a possibilidade de uma ocupação militar do litoral nordestino. Cf. Lira Neto (2013, p. 404).

15 “Anti-imperialist struggle is key to liberation” (23 set. 1938).

questão de sobrevivência política) como um movimento de massa, e tornar possível o aprofundamento da radicalidade democrática, que se tornaria uma das marcas do período 1946-1964. E, mesmo onde o “*what-if*” de Trotsky afasta-se da realidade histórica, ele *confirma* sua avaliação: os partidários mais comprometidos da aliança do Brasil com as “democracias” seriam nos vinte anos pós-1945 a espinha dorsal do campo *reacionário* interno, e não os “semifascistas”.¹⁶ O Brasil, de certa forma, foi o experimento crucial de Trotsky, o marcador da correção geral da sua interpretação das sociedades latino-americanas.

Como Trotsky expõe a Fossa, a característica distintiva da II Guerra Mundial seria o aprofundamento de algo que já estava na base da “Grande Guerra” de 1914-1918: “o caráter muito mais aberto de *rapacidade* imperialista. Os imperialistas não lutarão por princípios políticos, mas por mercados, colônias, matérias-primas, pela hegemonia sobre o mundo e suas riquezas” (Trotsky, 1974, p. 32, grifo meu¹⁷). E como essa hegemonia não seria uma cornucópia de benevolências econômicas, a “democracia das multinacionais” (Vasconcellos, 2014), mas uma dependência, exatamente por isso, para a América Latina, a atitude a tomar diante do conflito seria buscar a *autopreservação* nacional, não o triunfo da “democracia”, pois “não se escapa de circunstâncias histó-

16 Isso quando os fascistas não se reconverteram em “democratas”: o general Góes, que em 1940 queria declarar guerra à Inglaterra, em 1944 dizia vir para “acabar com o Estado Novo” com o apoio dos EUA. Cf. Lira Neto (2013, p. 453).

17 “Anti-imperialist struggle is key to liberation” (23 set. 1938).

ricas trágicas com ardis, frases vazias e pequenas mentiras” (Trotsky, 1974, p. 35¹⁸).

Note-se que Trotsky está apoiando sua análise das condições especificamente latino-americanas sobre suas concepções gerais sobre a economia e a política capitalistas globais. Num longo artigo sobre as capitulações de Munique, ele lembra que Kautsky, querendo dar uma formulação teórica à sua persistência no reformismo após 1918, havia concebido a teoria do “superimperialismo”: de que as potências imperialistas hegemônicas pudessem estabelecer uma hegemonia global cooperativa, uma espécie de jogo de soma positiva. Trotsky aponta para o fato de que a *própria natureza competitiva do capitalismo impede que esse esquema seja viável*, pois as mudanças nas relações de força “são impossíveis de serem medidas, exceto pela força das armas” – e que, de qualquer modo, a resistência, ainda que passiva, das classes populares tornaria impossível que essa hegemonia, ainda que atingida, se exercesse por meios puramente consensuais (Trotsky, 1974, p. 54¹⁹).

A democracia liberal-burguesa não irá civilizar, portanto, as massas latino-americanas; são elas que terão de se civilizar e desenvolver a consciência de seus interesses comuns pela sua autodefesa. Nas condições específicas da América Latina, a importância da reforma agrária como repartição em favor de *comunidades* bem definidas – marca do projeto agrário cardenista – e dos sindicatos estaria menos em

18 “Anti-imperialist struggle is key to liberation” (23 set. 1938).

19 “A fresh lesson: after the imperialist ‘peace’ of Munich” (10 out. 1938).

suas funções econômicas *stricto sensu* do que em suas funções propriamente políticas. Previamente à existência de partidos e movimentos políticos, as massas populares só podem constituir-se em sujeitos pela sua própria atividade, senão permanecerão como batatas num saco de batatas, ou seja, indivíduos unidos por uma relação abstrata com os meios de produção, mas sem uma identidade concreta de grupo. Como lembra Trotsky a Fossa, os sindicatos mexicanos sofriram pelo fato de haverem sido apropriados por Toledano como sua esfera de influência, uma brigada de aclamações que ele podia utilizar para fazer pressão sobre o governo. Ora, para que os sindicatos possam

ser capazes de reunir, educar, mobilizar o proletariado [...], eles têm de estar abertos aos trabalhadores de todas as tendências políticas sob a condição de disciplina na ação. Quem os transforma numa arma para fins externos (especialmente como arma da burocracia stalinista e do imperialismo “democrático”), inevitavelmente fragmenta a classe trabalhadora, a enfraquece e abre a porta à reação. (Trotsky, 1974, p. 35-36²⁰)

Resta saber aí se Trotsky, compreensivelmente enredado em sua querela pessoal com o secretário da CTM – que havia assumido, à sua revelia que fosse, uma importância vital para ele –, não estaria atribuindo a um indivíduo o que era, na verdade, uma característica do *projeto político mexicano como um todo*, incluído aí o próprio Cárdenas: a instrumentalização do corporativismo para fins de legitimidade

20 “Anti-imperialist struggle is key to liberation” (23 set. 1938).

política *ad hoc* de um projeto bonapartista com bem poucos elementos progressistas, que se esgotariam com a simples passagem do tempo e a crescente fossilização do projeto político do PRI.

Deixando de lado as interpretações brutalizadas – que não faltaram (o camarada de Fossa, Liborio Justo, acabaria por acusar Trotsky de ter-se tornado um propagandista de Cárdenas e um aliado do imperialismo americano²¹) –, é de se perguntar se Trotsky não teria caído, no que se refere à América Latina, no mesmo etapismo e eurocentrismo que criticava de seus adversários, na medida em que parecia se comportar como se o populismo de Esquerda fosse “bom o suficiente para *eles*”.

Fica claro pela economia da entrevista de Trotsky a Fossa que, para um esquerdista argentino dos anos 1930, parecia um contrassenso tentar colocar de pé um projeto socialista e revolucionário na América Latina, tomando como ponto de partida uma base econômica puramente *nacional* – fosse esta a de um México que, relativamente desenvolvido que fosse, possuía uma “cara” muito mais classicamente semicolonial à época do que a “opulenta” república platina. Pareceria muito mais racional, assim, que tal projeto revolucionário latino-americano se apoiasse de saída sobre bases *supranacionais*, daí a referência a Apra, já que o partido peruano havia sido organizado intencionalmente como formação política “latino-americana”. Inclusive porque tal projeto parecia, aparentemente, corresponder clara-

21 De qualquer forma, há uma explicação suficientemente detalhada desse episódio no obituário de Justo, escrito por Osvaldo Coggiola (2003).

mente às formulações de Trotsky sobre o caráter mundial da revolução socialista.

Era ser, no entanto, “mais realista que o rei” – basicamente, por querer confundir o abstratamente desejável, o que poderia e deveria ser um objetivo de longo prazo, com o que era concretamente factível no presente. Como notava Mariátegui (2005, p. 82) à época, a unidade linguística e cultural da América Latina *não* é um fato econômico: “não se implanta uma linha férrea para satisfazer uma necessidade do espírito e da cultura”. E, diga-se de passagem, essa unidade cultural era um traço das elites nacionais e não das massas em sua totalidade, pois um dos traços culturais distintivos da América Latina hispânica é exatamente o fato de que até hoje grande parte de suas massas populares não tem o espanhol como língua materna – o que era mais bem acentuado nos anos 1930 e 1940.

Defesa da democracia ou autodefesa nacional?

Trotsky teria bem cedo um contato com esse “internacionalismo” superficial, quando lesse, num número da revista argentina *Claridad*,²² com uma carta do fundador do aprismo, Haya de La Torre, que diante da ameaça fascista, considerava que os EUA seriam os “guardiões da liberdade” no subcontinente. Num comentário quase surpreendentemente leniente, em função da distância ideológica entre comenta-

22 Uma réplica da revista francesa *Clarté*, concebida como tribuna livre de debates entre intelectuais de esquerda, que chegou a sobreviver à “franquia” original. Existiram outras réplicas no Brasil e no Chile. Cf. Almeida (2011).

do e comentador (“Não aplicaremos critérios marxistas ou socialistas a esse documento. Haya de la Torre escreveu esta carta como um democrata e iremos considerá-lo a partir desse ângulo”), Trotsky, mais uma vez, lançou mão do exemplo brasileiro para mostrar que tal tutela democrática americana era puramente contingente:

as relações entre Washington e Rio de Janeiro não pioraram, senão que melhoraram após o golpe de Estado brasileiro [O golpe de novembro de 1937²³]. E a razão para tal é que Washington considera a ditadura Vargas um instrumento mais dócil e seguro do que a democracia revolucionária. E esta é a posição da Casa Branca em relação à totalidade da América do Sul. (Trotsky, 1985a, p. 101-102)²⁴

Será – indaga Trotsky – que Haya de la Torre apenas considera o imperialismo americano um mal menor em comparação à possibilidade de uma dominação fascista *sans phrase*? Mas se sim, então por que não o dizer claramente? E, principalmente:

até quando este mal será menor? Os EUA são governados pelas mesmas leis históricas que se aplicam aos centros do capitalismo europeu. A “democracia” americana presente é apenas uma das expressões do seu imperialismo [e] não irá impedir que, no futuro próximo, os “guardiães” da liberdade exerçam uma política imperialista extremamente agressiva,

23 Se Trotsky estava se referindo a algum acontecimento particular, é quase impossível saber, mas Roosevelt se encontrou pessoalmente com Vargas nos termos mais amistosos possíveis no Rio de Janeiro de 1936, já no auge da repressão à Intentona de 1935 (Lira Neto, 2013, p. 268-270).

24 “Haya de la Torre and Democracy: a program of militant struggle or of adaptation to American imperialism?” (9 nov. 1938).

dirigida especialmente contra os países latino-americanos.
(Trotsky, 1985a, p. 102, grifo meu)

Tal previsão ganharia toda a atualidade possível durante a Guerra Fria.

Tendo em vista que Haya de La Torre não tinha a menor intenção de tentar aliar-se ao proletariado americano (que “não estaria interessado” na situação dos povos semicoloniais), pareceria que ele desejava promover o seu projeto de união política da América Latina (“em si mesmo, absolutamente correto”) de “cima para baixo”, mediante um entendimento com a burguesia americana... que não teria qualquer interesse em amarrar as próprias mãos dessa forma. Logo – conclui Trotsky – qualquer projeto de unificação política da América Latina só poderá ser realizado de

baixo para cima – através do movimento revolucionário das massas populares contra o imperialismo, inclusive na sua variedade “democrática” [...]. Admitimos que tal seja um caminho difícil, mas não há nenhum outro. (Trotsky, 1985a, p. 103)

Difícil, por quê? O grande golpe de força do marxismo de Trotsky é o seu “golpe de vista”, a sua capacidade de perceber o “pequeno traço significativo”, o que cada situação histórica tinha de distintivo (é bem verdade que, mais do que jornalista, ele havia sido repórter). O que ele percebe é que as massas populares latino-americanas (grande parte), mais do que simplesmente exploradas, são politicamente “invisíveis” e não chegam sequer a se constituírem como sujeitos políticos. Como dirá Mariátegui (2010, p. 63), falando da situação peruana: se o Vice-Reinado reduziu o indígena à servidão, a República o pauperizou; a solução do problema passa,

portanto, necessariamente pela questão da *terra*,²⁵ pelo reconhecimento do indígena enquanto tal, não como cidadão abstrato.²⁶

Ainda assim, no que diz respeito à questão agrária na América Latina, Trotsky não só contava com uma fonte de informação inesperada, como com a fortuna crítica dos debates no campo socialista, alguns dos quais remetiam ao próprio Marx.

25 Mesmo mecanismo no México, com redução do corpo político da sociedade aos *hacendados* (Semo, 1978, p. 260).

26 Daí a importância histórica dos populismos latino-americanos no desenvolvimento de uma consciência de classe: “O populismo das cúpulas burguesas produz ou acelera a formalização do mercado de força de trabalho. Liberta os trabalhadores dos laços patrimoniais e comunitários que impregnavam as relações de produção na sociedade agropecuária”. E no México e na Bolívia, onde o populismo combinou-se mais fortemente com a reforma agrária, esta tinha como um de seus objetivos o controle político do campesinato e a integração da pequena propriedade ao processo de acumulação capitalista (Ianni, 1989, p. 97, 108).

IV

TROTSKY, A REFORMA AGRÁRIA E OS INDÍGENAS

Da comuna russa à Bolívia

Durante todos os seus exílios pós-1929, por mais precários que fossem, Trotsky sempre foi bastante visitado, nem sempre por aderentes ou simpatizantes, mas ele parecia gozar daquela “extraterritorialidade” que os locais concedem a estrangeiros excêntricos de locais distantes. Da sua parte, entreter esse hábito – bastante imprudente, e que acabou revelando-se letal – parecia ser uma forma de satisfazer a sua habitual curiosidade intelectual. Mesmo assim, é inusitado saber que, numa data tão prematura como abril de 1937, no primeiro semestre de sua estada no México, ele tenha consentido em receber a visita do embaixador boliviano no México, Alfredo Sanjinés González, cujas credenciais consistiam, basicamente, em haver escrito uma monografia sobre a reforma agrária no seu país. É interessante também perceber que essa prática entre esses dois personagens tão dissimilares se apoiou num mal-entendido muito similar à troca de cartas entre Marx e Engels e seus correspondentes russos meio século antes.

Plekahnov, ao sustentar a inevitabilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia, havia pedido ao velho Engels, conjuntamente a Vera Zasulich, que desautorizasse publicamente os populistas e sua crença num rumo puramente russo para o capitalismo pela via das comunas camponesas. Ao que Engels respondeu declinando dessa proposta, já que ele acreditava que o ideário populista era algo que podia ser perdoado como vindo da cabeça de quem vinha: “num país como o seu, cercado por uma muralha da China intelectual [...], erguida pelo despotismo, [são possíveis] as mais inacreditáveis e bizarras combinações de ideias” (Engels, 2004). Por outro lado, Engels já havia declarado anteriormente ao

seu principal correspondente populista, Danielson, que, contrariamente às expectativas nutridas pelo próprio Marx, a comuna camponesa russa estava já morta, e que a Rússia não conseguiria escapar da universalização do trabalho assalariado precário: “A história é a mais cruel das deusas. Seu carro triunfal passa por cima de montanhas de cadáveres [...], mesmo em épocas de desenvolvimento econômico ‘pacífico’” (Engels, 1955, p. 75¹).

Sanjinés, quando procurou Trotsky, estava, *vis-à-vis* a ele, na mesma posição de Plekhanov em relação a Engels: ele desejava saber

como os líderes da Revolução Russa haviam conseguido utilizar os *recursos espirituais* dos camponeses [...] para transformá-los em produtores em larga escala; porque haviam tomado o passo *surpreendente* de sair do sistema tradicional de propriedade do *mir* [mup]² [...] a grande propriedade formada pela acumulação de parcelas preservando o conceito de propriedade privada, como a comunidade indígena da Bolívia [errôneo; Trotsky chamará

1 “Marx and Russia”.

2 Basicamente, esse sistema de propriedade comunal havia sido em grande parte abolido em favor de um sistema de propriedades privadas individuais após 1905, reinstituído informalmente após 1917 e, finalmente, extinto pela coletivização. Cf. Fitzpatrick (2008, p. 56). Sua grande vantagem era basicamente permitir ao Estado (tzarista ou soviético) exigir o cumprimento de obrigações (tributárias e outras) à comunidade camponesa, que ficava encarregada de dividir o peso dessas obrigações pelos seus membros individuais. A grande desvantagem era ser absolutamente rotineiro, já que não previa estímulos individuais: uma vez cumpridas as suas obrigações e atendidas as suas necessidades de consumo, os camponeses simplesmente “paravam”.

a atenção do embaixador...)) ao sistema dos colcosos [...] com grandes recursos ao seu dispor para o desenvolvimento da agricultura mecanizada. (Trotsky, 1978, p. 276, grifo meu³)

Pelo que dá a entender, o embaixador tinha em mente o desenvolvimento da agricultura *capitalista* na Bolívia, mas sobre bases técnicas similares a que ele atribuía aos colcosos; ele pensava em converter os indígenas do Altiplano, de camponeses, em fazendeiros (e assalariados) capitalistas. Trotsky, por sua vez, considerou que a comunidade camponesa boliviana usual se aproximava muito mais, quanto ao modo de organização do trabalho russo, de um *artel* [Артель]: uma associação mais informal de pequenos proprietários para produção cooperativa de bens e serviços,⁴ em oposição a uma comuna camponesa com redistribuição periódica de parcelas. E considerou que uma reforma agrária na Bolívia faria bem em preservar essas associações privadas, dando aos seus membros a possibilidade de prestarem serviços adicionais a

3 “The agrarian question in Bolivia” (24 abr. 1937).

4 Inclusive porque o que existia na América Latina após as independências, com o fim dos arranjos de tipo feudal (*encomiendas*, *reparticiones*) instituídos pela Coroa, que exigiam prestações de serviços pelos indígenas, era um arranjo de Direito Privado, uma “parceria” no vocabulário agrário brasileiro: os indígenas como “inquilinos” ou “arrendatários” que “pagavam” seu “arrendamento” prestando serviços aos *hacendados* (nos países andinos, os *gamonales*). Na prática, tal “parceria” acabava funcionando como uma cortina para legitimar o trabalho não pago (“gratuito”) em condição similar à escravidão. Cf. Mariátegui (2010, p. 55). Isso incluía serviços domésticos: fala-se tanto de servos domésticos nos romances realistas em contexto andino como em *Guerra e Paz*, que, passando-se na época napoleônica, pressupõe a servidão em pleno vigor. Cf. Hurtado (2019, cap. IV).

grandes explorações coletivas oriundas de latifúndios expropriados.

Num artigo escrito em discurso indireto, e publicado muitos anos após a morte do entrevistado, é difícil saber o que Trotsky efetivamente disse, mas certamente as suas avaliações tinham a ver, primeiro, com o fato de que ele sabia perfeitamente bem o fracasso econômico e humano que a coletivização stalinista havia sido, e que a Bolívia não iria mecanizar sua agricultura tão cedo (tanto quanto se pode entender, Sanjinés especulava sobre algum esquema reformista dentro da ordem burguesa, uma espécie de revolução passiva). De qualquer modo, muito melhor uma reforma agrária rompendo com a rotina empobrecida da comuna camponesa, dando-lhe uma maior flexibilidade cooperativa (assim como libertando-a da exploração latifundiária), mas preservando a identidade propriamente indígena do grupo envolvido.

Se a narrativa é minimamente exata, pode-se dizer que o velho Trotsky, como o velho Engels, começou a descobrir uma simpatia afetiva pelos subalternos enquanto “humildes”, vítimas da “pacífica” acumulação capitalista, e não como uma classe dotada da consciência de si mesma? Pode ser, mas ele pode também ter intuído que o capitalismo latino-americano não seria jamais capaz de converter os camponeses indígenas, na sua generalidade, num proletariado (ou em fazendeiros capitalistas independentes) senão apenas de lumpenizá-los. Mariátegui (2010), com todo o seu conhecimento das realidades locais, achava exatamente o mesmo,⁵ e Trotsky (1952) não precisava senão

5 “O caráter individualista da legislação da república favoreceu inquestionavelmente a absorção da propriedade indígena pelo latifúndio.

fazer uma analogia intuitiva com o que ele já havia escrito sobre os medíocres resultados da emancipação dos servos russos de 1861:

Agrônomos estudados e economistas pregavam que os fundos [concedidos aos camponeses como sua propriedade], se trabalhados racionalmente, seriam perfeitamente suficientes [do ponto de vista da subsistência e geração de renda]. Tal quer dizer que eles convidavam o camponês a, de um só salto, elevar-se a um grau superior de técnica e cultura – e sem contrariar o proprietário nobre, o chefe de polícia e o tzar. (Trotsky, 1952, v. 1, p. 83⁶)

Stalin e Zapata

Três anos depois da visita de Sanjinés, Trotsky teria a oportunidade de comentar o “Segundo Plano Sexenal” do governo mexicano – uma espécie de *cosplay* de um Plano Quinquenal soviético,

[pois] numa sociedade onde prevalece a propriedade privada, é impossível para o governo dirigir a vida econômica através de um “plano”. [Temos aqui] um programa geral para a atividade governamental, não estritamente falando, um plano. (Trotsky, 1974, p. 221⁷)

Esse plano estabelecia uma série de metas *quantitativas* para a reforma agrária e “a organização coletiva de todas as

A situação do índio [...] estava contemplada com mais realismo na legislação espanhola” (Mariátegui, 2010, p. 57).

6 “Histoire de la Révolution Russe”.

7 “On Mexico’s Second Six Year Plan” (14 mar. 1939).

terras públicas”, o que Trotsky considerou “uma fórmula genérica tomada emprestada do vocabulário soviético e muito mal adaptada à realidade nacional” mexicana (Trotsky, 1974, p. 223). Em sua opinião, a reforma agrária mexicana não deveria ser levada adiante como uma meta quantitativa de terras distribuídas, “coletivizadas”, mas como uma meta qualitativa:

[A] *reforma agrária democrática*. O que quer dizer: a vida dos camponeses caracteriza-se pela acumulação massiva de sobrevivências das formas de propriedade feudais, assim como relações e tradições escravocratas. É necessário, corajoso, liquidar definitivamente estas sobrevivências da barbárie medieval com o auxílio dos próprios camponeses. Os latifundiários parasitários ou semiparasitários, a dominação social e econômica dos latifundiários [...], o trabalho agrícola forçado, o sistema de meação quase patriarcal, que é fundamentalmente equivalente à escravidão – é isso que necessita ser liquidado, no mais breve espaço de tempo. (Trotsky, 1974, p. 223-224)

Ou seja, os objetivos da reforma agrária no México seriam mais políticos do que econômicos: se a URSS não havia tido recursos para mecanizar o campo na sua generalidade em curto prazo, menos ainda o teria um país capitalista mais atrasado como o México. A questão, diz Trotsky, é *dar* a terra, como um fim em si mesmo num primeiro momento.

Uma vez estabelecida essa conquista, os camponeses terão, então, um prazo ilimitado [sic] para refletir, para comparar e para experimentarem diversas tecnologias agrícolas. Eles devem ser auxiliados, técnica e financeiramente, não compelidos. Resumindo: *é necessário terminar a obra de*

Emiliano Zapata, e não lhe superpor os métodos de Joseph Stalin.
(Trotsky, 1974, p. 225, grifo meu)

Em suma: como Trotsky as vê, o cumprimento das tarefas democráticas da Revolução Mexicana em particular – e da Revolução latino-americana em geral – exigia o reconhecimento da cidadania do indígena *enquanto tal*.⁸ E como tal implicaria uma intervenção em larga escala nas relações de propriedade até então vigentes, essas tarefas democráticas, uma vez cumpridas, constituir-se-iam numa extensão da revolução democrática na direção objetiva da revolução socialista. Política democrática, nacional e de classe integram-se num mesmo *continuum*.

Nesse ponto, o próprio Trotsky reconhece que suas considerações poderiam parecer “imbuídas de um espírito muito moderado, quase conservador – em comparação com as formulações ousadas, mas, infelizmente, vazias” (Trotsky, 1974, p. 228) do II Plano Sexenal. Só que o que ele repete incansavelmente é que a tarefa principal da Revolução Mexicana é a agrária – mais exatamente, a das relações de propriedade no

8 E, de fato, se a reforma agrária boliviana de 1953 deixaria intocadas as explorações agrícolas propriamente capitalistas – principalmente em Santa Cruz de La Sierra – ao confiscar os latifúndios do Altiplano em favor das comunidades indígenas, ela enfraqueceria “e em muitos casos destruiria as elites brancas tradicionais que tinham dominado as aldeias e comunidades, [que] seriam substituídas por uma nova classe de mestiços, índios que entrariam no mercado de trabalho, adotariam normas urbanas [e] se tornariam os intermediários entre o mundo rural e o urbano [...] Ainda que as massas indígenas levassem gerações para desenvolverem uma voz política própria, cada governo sucessivo deveria fazer algum gesto que satisfizesse suas demandas” (Klein, 2011, p. 266-267).

campo. Uma vez que a industrialização do México, mesmo com atração de capital estrangeiro (que ele considera possível, principalmente através de empresas de economia mista e concessões) seria lenta, a reforma agrária permaneceria como um prelúdio necessariamente longo à mecanização da agricultura e à ascensão em números de um proletariado mexicano. Pois “virar as costas ao capital estrangeiro, e falar de coletivização e industrialização, é mera intoxicação com palavras” (p. 226).

Um proletariado nativo, portanto, só poderá liderar o processo revolucionário como o defensor da ideia democrática em relação às populações camponesas e indígenas – o que esse campesinato “entenderia [...], mesmo se expresso em dez linhas, e aceitaria muito mais calorosamente do que [uma] vaga e verbosa tradução de documentos oficiais do Kremlin” (Trotsky, 1974, p. 228).

Quais, no entanto, são os meios pelo qual essa liderança do proletariado se formaria?

V

PROBLEMAS DE FILOSOFIA DA HISTÓRIA

ὁ δὲ στραφεὶς εἶπεν τῷ Πέτρῳ Ὑπαγε ὀπίσω μου, Σατανᾶ:
σκάνδαλον εἶ ἐμοῦ,
ὅτι οὐ φρονεῖς τὰ τοῦ θεοῦ ἀλλὰ τὰ τῶν ἀνθρώπων.
[E retrucou a Pedro: para trás, Satanás;
tu és para mim pedra de tropeço,
pois que cuidas não de Deus, mas dos homens!]
(Matheus, 16:23)

Sobre a frônese na política

Que Trotsky não estivesse incorrendo numa apreciação acrítica do projeto populista do cardenismo, é demonstrado pelo fato de que ele tenha saído dos seus cuidados em fins de 1938 para fazer uma longa recriminação a Luciano Galícia, que depois das suas propostas de “ação direta”, continuava recalcitrante quanto a submeter-se às orientações da seção mexicana da IV Internacional. Num longo e amargo requisitório, Trotsky acusava o seu jovem camarada, basicamente, de

não entender o que a luta de classes contra a burguesia e o governo significam. Ele parece acreditar que, para cumprir o seu dever como marxista, basta-lhe, uma vez a cada um ou dois meses, publicar um jornalzinho superficial para insultar o governo [...]. Apenas, no México, mais do que em qualquer outro lugar, a luta contra a burguesia e seu governo consiste sobretudo, em *libertar os sindicatos da sua dependência do governo*. Os sindicatos mexicanos, formalmente, congregam o proletariado na sua totalidade. A essência do marxismo [pelo menos na sua interpretação leninista, claro] consiste em prover uma liderança para a luta de classes do proletariado. Consequentemente [...], tal exige, dos marxistas, *que concentrem todos os seus esforços internamente nos sindicatos contra os stalinistas e os seguidores de Toledano* [...]. É claro que a participação no sindicato dos professores [Galícia era normalista, como já vimos] é necessária; mas trata-se de uma organização da *intelligentsia* pequeno-burguesa, incapaz de exercer um papel independente. Os que não tiverem um papel sistemático no

trabalho dos sindicatos *proletários* são um peso morto para a IV Internacional. (Trotsky, 1985a, p. 146, grifo meu¹)

No arranjo político do cardenismo, exatamente por seu caráter reformista mais marcado que o do getulismo, a ligação entre o Estado e os sindicatos, em lugar de realizar-se de forma passiva, pela via do controle político-administrativo de um Ministério do Trabalho, como no Brasil varguista, dava-se de forma *ativa* através da CTM. Seu secretário, como já dito, a segunda personalidade do Estado PRISTA, e que acabaria sendo muito mais permanente que o chefe do Executivo (os presidentes do PRI cumpririam um mandato de seis anos, e o Secretário da CTM seria, *de facto*, vitalício), administrava o aparato sindical como um instrumento de *mobilização* política da classe trabalhadora. Trotsky percebeu isso bem claramente, *in statu nascendi*, e seu interesse era preparar as condições para que um movimento político de esquerda pudesse cravar uma “cunha” entre o poder Executivo e o sindicalismo organizado. Por mais que ele considerasse do seu interesse o apoio ao cardenismo, ele percebia corretamente, como a História demonstraria, que essa tutela ideológica do Estado, pela via de uma liderança sindical meramente corporativa – e desde já corrompida – era uma pedra de tropeço no desenvolvimento de um sindicalismo verdadeiramente classista no México.

O que o pobre Galícia, exposto aos “raios” de Júpiter Tonante (Fernández *apud* Gall, 2012, p. 208), parecia não entender era exatamente que, se o governo de Cárdenas era inequivocamente um governo *burguês*, então por que os es-

1 “Problems of the Mexican Section”.

forços de Trotsky para sair do seu caminho “próprio” e estabelecer um jogo complicado – e aparentemente, inútil – de apoio limitado a esse governo? Tanto mais que tal apoio não era justificado pelo asilo concedido, que só exigia de Trotsky uma discrição que sua própria atividade política febril comprometia. Afinal de contas, se Trotsky ficasse numa posição mais discreta, não seria mais difícil para Toledano e o PCM tentar enredar o velho revolucionário exilado em suas tramas?

Efetivamente, se Trotsky houvesse sabido se conformar um pouco mais às circunstâncias, sua vida teria sido talvez mais longa e menos trágica. Mas enfim, como dizia o velho Lukács em sua fase pré-marxista, a característica do herói épico é exatamente a ausência da contradição *interna*, sua adesão consistente ao *do or die*, sua rejeição do “romance do formação”. Pessoalmente, eu já disse em outro lugar que, se no princípio dos anos 1920, Trotsky houvesse organizado uma quartelada do Exército Vermelho e tomado o poder à testa de uma Junta de Salvação Nacional, a história do mundo poderia ter desconhecido o stalinismo e talvez o nazismo – até, talvez, a II Guerra Mundial, pelo menos da forma como a conhecemos. Mas tal se daria à custa da Revolução Russa encerrar-se prematuramente num episódio napoleônico, que reduziria drasticamente a sua significação histórica, inclusive porque a primeira baixa de um tal processo seria o Partido Bolchevique, que seria degradado a um mero aparato de propaganda e mobilização,² eventualmente similar... ao PRI mexicano.

2 Posição esta semelhante a que Trotsky efetivamente manifestou num memorando ao Politburo do Comitê Central do Partido (10 mar. 1922) em

De qualquer modo, àquela altura dos acontecimentos, qualquer tentativa de acomodação, de temporizar, seria praticamente inútil: como Trotsky colocaria como título de um dos seus últimos escritos: “Stalin quer minha morte”. Não só queria como tinha todos os meios para obtê-la:

a GPU não é um simples bando de gângsteres – é um time internacional de agentes com uma longa vida pregressa de crimes, dotados de meios técnicos e econômicos ilimitados [...]. Qualquer pessoa informada sabe que o GPU inundou com seus agentes toda organização de trabalhadores e instituição estatal através do mundo. E, para isso, gasta anualmente dezenas de milhões de dólares. (Trotsky, 1977c, p. 193³)

O que torna tudo ainda mais aparentemente incongruente e tragicômico, mergulhado numa mistura de tragédia grega com filme de 007 e *noir*, sobre o pano de fundo de um dos momentos mais sombrios da história humana, parece absolutamente absurdo que Trotsky estivesse preocupado em determinar criteriosamente qual deveria ser a sua atitude

que ele basicamente declarava que, se a Rússia soviética necessitava ser um regime unipartidário (com o que ele certamente concordava à época), então seria necessário instalar um regime meritocrático baseado em capacidade *técnica* na administração pública, excluindo dela militantes comunistas diletantes, já que o papel do Partido seria limitado à liderança *política*: “[Basta de] propaganda em atos contra a especialização séria, contra a responsabilidade [...] contra o respeito ao conhecimento especializado, contra [...] o trabalho adequadamente organizado [...]. O Partido tem o poder nas mãos, mas governa necessariamente através de um aparato estatal que funciona adequadamente” (Pipes, 1996, p. 148-149).

3 “GPU tried to cover murder with slander” (25 jun. 1940).

e do seu movimento (o “partido mundial da revolução socialista”) em relação a um presidente latino-americano, ao fim das contas, bem rotineiro. O último ano de vida de Trotsky, 1940, seria precisamente aquele das eleições presidenciais mexicanas, em que Cárdenas decidiu pessoalmente escolher (inaugurando a tradição PRlista do *dedazo*) como candidato à sua sucessão, para “proteger os ganhos da revolução”,⁴ uma figura mediana e conservadora, o general Ávila Camacho, muito simpático à CTM e a Toledano (Gall, 2012, p. 238).

Trotsky, não fora o seu assassinato ter intervindo, poderia ter tido sua perda⁵ engendrada como parte de um arranjo político fisiológico no interior de um movimento populista. Pura farsa, para não dizer realismo mágico, e não tanto à maneira de Garcia Márquez, mais do melhor Vargas Llosa, o de *Tia Júlia e o escrevinhador*. Neste, um escritor de folhetins radiofônicos sobrecarregado começa a acavalar os enredos de suas radionovelas entre si e termina, para corrigir as tramas comprometidas, por promover hecatombes

4 Como assinala Ianni, as pressões das multinacionais petroleiras em reação à nacionalização do petróleo determinaram que o governo Cárdenas, ao aproximar-se do seu término, adotasse uma posição de *árbitro* entre a burguesia “revolucionária” e as massas, cuja postura resultava, na prática, em privilegiar a manutenção do monopólio político do PRM/PRI. Cf. Raby *apud* Ianni (1989, p. 99-100).

5 Ele dificilmente seria entregue a Stalin, já que tal exigiria à procuradoria soviética apresentar um pedido de extradição fundamentado, que dificilmente poderia ser aceito, tal a “fragilidade” dos processos de Moscou; e, de qualquer modo, a URSS não tinha relações diplomáticas com o México. Finalmente, a própria guerra criaria uma quase impossibilidade física de repatriamento. Mas ele poderia, com o asilo suspenso, ter caído num limbo jurídico que se consumaria num internamento por tempo indeterminado.

de personagens, produzindo uma mistura do absolutamente trágico com o absolutamente cômico.

O que é interessante aqui é que se Trotsky, no geral, passou os últimos anos da sua vida jogando com perspectivas para o futuro que parecem, ao senso comum, extremamente hipertrofiadas quanto aos sucessos do seu movimento, no caso específico da sua relação com a política mexicana, ele parecia ser bastante circunspecto e pragmático – como, aliás, ele já havia sido em outras situações, sempre que considerasse que tal era o exigido pela situação concreta. Não se pode aqui falar na oposição weberiana entre ética da finalidade *vs.* ética da responsabilidade, senão para dizer que, na questão mexicana, era Galícia que estava representando o papel de profeta quiliástico.

A verdade é que, se Trotsky agisse “pragmaticamente” como um político rotineiro, ele se limitaria a *reagir* às circunstâncias particulares de cada momento; algo como o prescrito pelos seus contemporâneos, Getúlio Vargas e o presidente americano Calvin Coolidge (e talvez Lázaro Cárdenas). Eles recomendavam que, diante de qualquer situação mais intrincada, o recurso mais recomendável seria nada fazer e dar tempo ao tempo, até que os problemas mais prementes se pusessem por si mesmos, pois de dez problemas urgentes, oito iriam se esvaziar sozinhos. O problema desse enfoque – escreve o próprio Trotsky – é que quem age assim se deixa *levar* pelas circunstâncias e, mesmo sem querer, acaba por agir como um aventureiro:

E devo dizer que, por inclinação natural, não tenho nada em comum com os que correm atrás de aventuras [...]; entender a

sequência causal dos acontecimentos e encontrar o próprio lugar em algum ponto desta sequência – eis o primeiro dever de um revolucionário. (Trotsky, 1988, p. xii-xiii)

Carrega a tua cruz, antes que a tua cruz te carregue... No texto evangélico que coloquei em epígrafe a este capítulo (e Trotsky era um grande leitor do *Novo Testamento*),⁶ o que está historicamente explicitado é exatamente um esforço em *racionalizar* a vida religiosa: o crente não é mais alguém que procura divisar prodígios e portentos no voo dos pássaros ou no fígado dos animais sacrificados,⁷ e sim alguém que tem o dever de *cuidar quotidianamente* (οὐ φρονεῖς, conjugação de φρονέω, “aplicar a mente a algo” daí a *frônese*, a inteligência prática) da própria atividade quotidiana em vista da sua salvação.

O papel do indivíduo na História

Se Trotsky confiasse um pouco mais na fortuna, no seu “taco”, poderia, indistintamente, ou terminar ainda pior do que terminou, ou em muito melhor situação (e eu mesmo já

6 “Durante os primeiros meses da minha estada na prisão de Odessa não recebi livros de fora [...]. Através da minha irmã, que tinha vindo do campo, consegui obter quatro cópias da Bíblia em diversas línguas. Assim, li os evangelhos, versículo por versículo, com o apoio do pouco conhecimento de alemão e francês adquirido na escola e, conjuntamente, fiz uma leitura paralela em inglês e italiano. Dessa forma, consegui fazer excelentes progressos em alguns meses” (Trotsky, 1988, p. 121-122).

7 A crença nos prodígios era sedutora exatamente porque pouco consistente – e de modo algum normativa: “pode-se ver um símbolo não importa onde e fazê-lo dizer não importa o quê. [O adivinho] encontrará sempre qualquer semelhança, por metáfora ou metonímia, entre o presságio e o porvir que ele supõe, deseja ou teme” (Veyne, 2005, p. 671-672).

fiz aqui algumas especulações nesse sentido).⁸ Só que não era assim que ele entendia a sua própria atividade. Em maio de 1938, ele escreveu uma carta a camaradas franceses requisitando literatura histórica sobre a Revolução de 1789, que o ajudasse a discutir a velha questão “do papel do indivíduo na História”, para fins de redação das suas duas biografias “gêmeas” de Lenin e Stalin. E ele especulava *ex ante*, dizendo que

No livro de [Bóris] Souvarine sobre Stalin [...], ele acusa os líderes da Oposição de Esquerda, eu mesmo incluído, de vários erros, omissões, confusões, etc. [Só que] nós cometemos não poucos erros em 1917 [...]. Mas o impulso revolucionário fechou as lacunas e reparou os erros, seja com o nosso auxílio, seja, às vezes, sem a nossa participação. (Trotsky, 1979, p. 771-772⁹)

E ele continua dizendo que a Revolução Francesa já apresentava situações em que partidos e personalidades até então populares e bem-sucedidos (os girondinos, Danton, Robespierre) caíam subitamente na confusão, na impotência e no engano que precedia sua perda. E conclui:

A explicação é *óbvia*. A partir de um dado momento, cada um desses grupos tinha exaurido suas oportunidades

8 E Deutscher via exatamente este *ethos* no seu adversário: “A mente de Stalin é astuta, inteiramente prática, e pedestre [...]. Onde suas ações têm a amplitude dos mais ousados experimentos [...], elas refletem menos as qualidades dessa mente do que as pressões extraordinárias de uma revolução, que compelem um líder extremamente circunspecto a saltar sobre precipícios [...] a contragosto, quando a situação em que se encontra não permite nem o avanço nem a retirada pelas vias normais” (Deutscher, 1955b, p. 81).

9 “Political personality and the Milieu” (10 maio 1938).

políticas e não conseguia mais avançar contra a realidade das condições econômicas internas, a pressão internacional, as novas correntes no interior das massas daí resultantes, etc. [...]. Cada passo produzia resultados contrários aos esperados. Mas a abstenção política não era mais favorável. (Trotsky 1979, p. 771-772)

Como Trotsky parece entendê-lo, toda situação histórica dada está grávida de uma pluralidade finita de alternativas possíveis, dentro dos limites colocados, principalmente, pelas necessidades concretas de reprodução material da vida social. Essas possibilidades são “refratadas” pelas escolhas dos agentes que, no entanto, vão tendo a sua liberdade de escolha mais ou menos limitada, não só pelas macro alternativas disponíveis, mas pela sua própria ação pregressa. É como um jogo de xadrez, em que se começa com uma enorme quantidade de aberturas possíveis, sem qualquer violência às regras gerais do jogo, e se termina com um problema, frequentemente de solução única, uma charada de resultado predeterminado (“as pretas dão mate em três lances”). Só que, nesse tipo de problema das colunas de enxadrística, a disposição das peças faz abstração de todo o processo que as levou a ocuparem suas posições de fim de jogo, inclusive por se tratar das peças *remanescentes*.

O que se vê é que Trotsky, em 1938, continuava a ocupar-se do problema histórico que o obsedava em 1935,¹⁰ que Paul Veyne resume assim:

10 “Se eu não estivesse lá em Petersburgo, em 1917, a Revolução de Outubro teria se produzido – *condicionada pela presença e a direção de Lenin*. [...] Se não tivesse havido Lenin, eu não teria muita chance de suplantar a resistência das altas esferas bolcheviques” (Trotsky, 1977d, p. 79-80).

sem Lenin, sem Revolução de Outubro; podia-se contar que Stalin [que dirigia o Partido de dentro] ficasse aguardando demasiadamente o amadurecimento da situação, e hoje a Rússia seria uma sociedade de tipo latino-americano. (Veyne, 1978, p. 77)

E Veyne conclui: se a história comporta esse tipo de causalidade “superficial” e eficaz (se apenas Lenin houvesse morrido da queda de uma telha na Zurique de 1916...), então “ela é uma sucessão de batalhas que comportam dispositivos diversos e que são outras tantas conjunturas singulares” (Veyne, 1978, p. 77). Note-se aqui, no entanto, a questão que se põe quanto à palavra *sucessão*: quando jogamos xadrez, a cada partida terminada, recomeçamos do zero, as regras são as mesmas, mas o grau de liberdade de que gozamos é o mesmo do início da partida anterior. A História não admite esse tipo de liberdade sempre renovada; ela tem a lógica de um campeonato de futebol “corrido”, não de um “mata-mata”. Cada jogo é uma conjuntura singular, mas a consequência do jogo, num campeonato por pontos corridos, depende de todos os jogos anteriores, o que inevitavelmente altera a estratégia adotada pelos jogadores e pelo técnico.

Mas me estendo... Façamos uma comparação próxima ao assunto deste trabalho: em algum momento, durante 1917, Lenin e Trotsky encontravam-se, simultânea e amistosamente, em Petrogrado, e daí decorreu que a Revolução Russa foi uma revolução socialista, uma mudança do regime *social*. Em 1914, Zapata e Pancho Villa tinham-se encontrado na Cidade do México para abandoná-la em seguida, e daí decorreu que a Revolução Mexicana se contentou em ser uma revolução meramente *política*. Pode-se acrescentar: em

outubro de 1930, quem chegou ao Rio de Janeiro foi Getúlio Vargas, e o próprio caráter revolucionário de 1930 é até hoje um campo minado da historiografia brasileira, tal a inflexão conservadora que lhe foi dada pelo varguismo.

Só que, com todas essas singularidades, essas três revoluções da *periferia* da sociedade burguesa global sofrem, no século subsequente, uma espécie de “evolução convergente”, um processo similar ao que faz com que organismos não aparentados filogeneticamente, mas ocupando o mesmo nicho ecológico, desenvolvam traços externos semelhantes. A Revolução Russa stalinizada, ao não se internacionalizar, obstinar-se no “socialismo num só país” e suas dependências, abre caminho à restauração capitalista; a Revolução Mexicana, com toda a sua (inegável) radicalidade democrática, vai se fossilizando, ao ponto do acanalhamento e da lumpenização do país em narcoestado; e a Revolução de 1930, com tudo que teve de arranjo *antidemocrático* e orgulhosamente bonapartista não impediu o Brasil de ser trabalhado pelas mesmas contradições sociopolíticas do restante da América Latina... E, ao fim e ao cabo, cá estamos nós todos, dos EUA de Trump à Rússia de Putin, do México ao Brasil, na mesma vala comum do capitalismo neoliberal... As oportunidades exauriram-se. Do futuro como novidade absoluta, caímos na farsa total, não tanto da repetição, mas de um atoleiro histórico: “E eu, um bretão nascido livre, tenho de suportar tudo isso para produzir ouro para os velhos faraós!” (Marx, 1977, p. 148).

Ora, se não queremos terminar como o inglês louco do miniconto gótico de Marx, para sempre perdido numa paródia de atividade – e tal é a lição que Trotsky parece querer

inculcar à Galícia –, é preciso ter uma ideia, geral que seja, de *onde* se encontram as bifurcações da História, suas janelas de oportunidade. E para que estas janelas se abram, precisamos saber *quando, onde, como e através de quem* bater.¹¹ E, no que diz respeito ao *quando, onde e como*, a questão fundamental do momento, para Trotsky, radicava-se na *defesa nacional* do México.

11 “‘Se há alguma conexão entre o sonho e a vida, então tudo está bem’. E é esse tipo de sonho que tem faltado ao nosso movimento”. Lenin (2000 [1902], p. 110, citando o artigo “Blunders of immature thinking” do escritor radical Dmitri Pisarev).

VI

QUESTÃO DEMOCRÁTICA, NACIONALISMO E ANTI-IMPERIALISMO

O Estado nacional na era do imperialismo

Em dezembro de 1938, Trotsky escreveu um artigo de fundo relativamente longo, no qual ele tentava explicar sua posição em relação à situação mexicana por meio de um retorno aos debates de 1914 – quando da cisão entre a social-democracia e o que seria o movimento comunista – sobre a questão da “defesa nacional” no contexto da I Guerra Mundial. E Trotsky começa subscrevendo a afirmação de Lenin à época, de que seria intolerável para qualquer partido socialista *de um país imperialista* sustentar a consigna da “defesa nacional” em 1914, sem “renegar” o socialismo, uma vez que “não se trata de uma guerra, mas de uma guerra *reacionária*, uma briga de cães entre escravistas em torno da divisão do mundo” (Trotsky, 1942).

Trotsky começa com uma periodização histórica: a partir do final das Guerras Napoelônicas, o *locus* próprio da acumulação capitalista, na Europa Ocidental e na América do Norte, tornou-se o *Estado nacional* – e, como ele deixa entender, a organização desse centro político de acumulação fez-se uma condição necessária para a existência de uma sociedade burguesa minimamente organizada:

[...] a guerra travada para a criação ou defesa dos Estados nacionais, necessários para o desenvolvimento das forças produtivas e da cultura, tinha durante esse período um caráter profundamente progressista. Os revolucionários não só podiam, mas deviam sustentar politicamente as guerras nacionais. (Trotsky, 1974, p. 164¹)

1 “Lenin and Imperialist War” (30 dez. 1938).

No decorrer do século XIX, esses Estados nacionais emergentes viram-se na incumbência de preservarem as instituições sociais burguesas pela criação de infraestruturas materiais, da instrução pública, dos serviços sociais, etc. Especialmente – pode-se acrescentar – porque o desenvolvimento dessas instituições era a maneira de dar uma base minimamente crível de direitos *reais* que justificasse a igualdade jurídica *formal* entre os cidadãos.

A Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, base da criação do Império Alemão, é para Trotsky a última das guerras nacionais europeias, ou pelo menos a última guerra nacional bem-sucedida; ele havia testemunhado outras guerras nacionais durante 1912-1913, mas estas eram profundamente disfuncionais.

E por quê? Porque, a partir de 1871 até 1914, o capitalismo europeu, ao ultrapassar as bases dos Estados nacionais, teria se convertido em capitalismo monopolista ou imperialista – “e o imperialismo é aquele estágio do capitalismo em que este, após realizar tudo que está em seu poder, começa a declinar” (Trotsky, 1974, p. 165).

“Declina” como? Bem ou mal, se pensarmos em termos de desenvolvimento das forças produtivas, esses cento e cinquenta anos de 1871 em diante não são outra coisa que um período de desenvolvimento econômico capitalista explosivo, e a afirmação de Trotsky nos parece hoje equivocada ou mesmo anti-intelectual, uma “profecia” escatológica apresentada como política. Num autor não marxista como Polanyi, encontramos, no entanto, precisamente a mesma periodização e, adicionalmente, uma explicação mais deta-

lhada do seu mecanismo causativo: quando a acumulação de capitais se desloca para além dos mercados nacionais:

desde o final dos anos 1870 e o início dos 1880, as nações estavam constituindo-se como unidades organizadas “que podiam sofrer cruelmente com os deslocamentos envolvidos em qualquer ajustamento súbito das necessidades do comércio internacional ou do câmbio”. O veículo supremo para a expansão da economia de mercado, o padrão-ouro, passou assim a ser acompanhado pela introdução simultânea das políticas protecionistas típicas do período, tais como a legislação social e as tarifas alfandegárias. (Polanyi, 2001, p. 223)

Não é que a riqueza social tenha declinado, muito pelo contrário; apenas sua distribuição se tornou mais fluida, envolvendo ajustamentos muito mais violentos que antes. Se o capitalismo moderno, o imperialismo, é a passagem “da dominação do capital em geral para a dominação do *capital financeiro* [...], a predominância do rentista e da oligarquia financeira” (Lenin, 1917), então os fluxos de capital em busca de valorização tornam-se muito mais fluidos, erráticos e violentos, com consequências óbvias para a estabilidade social e política, principalmente dos países atrasados.

Como diz Trotsky, é preciso sair de um entendimento superficial do que é uma economia burguesa global entendendo, em primeiro lugar, que

o mundo, entretanto, continua muito heterogêneo. O imperialismo coercitivo das nações avançadas é capaz de existir somente porque nações atrasadas, nacionalidades oprimidas, países coloniais e semicoloniais – ainda existem

em nosso planeta. A luta dos povos oprimidos [...] é *duplamente* progressista, porque, de um lado, prepara-lhes condições mais favoráveis de desenvolvimento; por outro lado, desfere golpes sobre o imperialismo. (Trotsky, 1974, p. 165²)

Existiu desenvolvimento econômico do México sob a penetração imperialista do capital anglo-americano, assim como existiu desenvolvimento econômico da Irlanda sob a dominação britânica, e mesmo da Polônia sob a dominação russa; mas tal desenvolvimento nunca foi *autossustentável* – nem homogêneo – o bastante para criar sociedades com um módico aceitável de estabilidade social e política. Nesse sentido, em tais sociedades sempre existiu espaço para a criação de uma vasta coalizão de descontentes com tal arranjo muito além do limite das classes dominadas. Exatamente por isso é que alegar o caráter farsesco da Revolução Mexicana, porque liderada por um general do exército “constitucional” e envolvendo a burguesia nativa, seria cair no mesmo erro que Lenin apontava nos socialistas que repudiavam o Levante da Páscoa irlandês de 1916:

[...] quem imagina que a revolução social é *concebível* sem revoltas das pequenas nações das colônias e da Europa, sem levantes revolucionários de seções da pequeno-burguesia *com todos os seus preconceitos*, sem um movimento das massas proletárias e semiproletárias sem consciência política [...] – quem imagina tal coisa *repudia a revolução social*. (Lenin, 1916)

2 “Lenin and Imperialist War” (30 dez. 1938).

A ação anti-imperialista, assim, não se apoia, nem sobre o pacifismo abstrato do tipo “objeção de consciência”, nem sobre a defesa da Democracia “como valor universal”: do ponto de vista da *autodeterminação* do México, Roosevelt é tão nocivo quanto Hitler.

Na luta entre uma república civilizada, democrática e imperialista, e uma monarquia atrasada e bárbara num país colonial, os socialistas estão sempre do lado do país oprimido, não obstante sua monarquia, e contra o país opressor, não obstante sua “democracia”. (Trotsky, 1974, p. 165)

O que equivale a dizer que a “democracia” não seria tão democrática assim, mas, em 1938, Trotsky ainda não tinha o vocabulário adequado para isso. Ou melhor, até tinha: dezembro de 1938 foi o mês e ano da Conferência de Lima, que consagrou o princípio da “unidade panamericana” contra a interferência externa e pela “democracia” contra o fascismo, sob a direção americana, o que deu oportunidade a Trotsky de lembrar que:

[...] o alinhamento dos países latino-americanos em relação aos EUA nada tem a ver com a linha que separa a democracia do fascismo. São considerações geográficas e estratégicas, assim como interesses comerciais [...] que determinaram a atitude de cada país diante das exigências piedosas e hipócritas [do secretário de Estado], Cordell Hull, que tem o apoio de algumas das mais brutais ditaduras e a oposição de países que se aproximam da “democracia”. (Trotsky, 1974, p. 174³)

3 “One more lesson on the Lima Conference” (31 dez. 1938).

É provavelmente uma alusão à posição argentina de apenas sustentar uma neutralidade estrita dos países americanos em oposição às aberturas brasileiras [isto é, do Estado Novo] para instrumentos de cooperação⁴ mais concretos com os EUA.⁵

4 Cf. Ferrer, Zhebit e Silva (2012).

5 Lendo esses textos descontínuos, tenho a impressão de que Trotsky chegou a pensar no governo de Vargas como uma espécie de “antimodelo” do que poderia ser um governo de um país burguês semicolonial, a personificação do oportunismo de vistas curtas, até antes de jamais ter pensado que poderia fazer um dia da América Latina um lar. No artigo “Notes of a journalist” (10 jan. 1936) (Trotsky, 1977b), do tempo do exílio na Noruega, ele fala da ruptura de relações diplomáticas entre o Uruguai e a URSS, “tomada indubitavelmente *sob a pressão do Brasil* e outros países latino-americanos, possivelmente também os EUA, como uma ‘advertência’ [...], um ato de provocação imperialista” (p. 228, grifo meu). A avaliação é correta: a pressão brasileira veio na sequência do *putsch* de 1935, ao qual o serviço comercial da embaixada soviética deu apoio material, mas a que Trotsky não se refere. Ele fala apenas que, “como a intervenção do Comintern em movimentos revolucionários invariavelmente levou, e leva, à sua derrota, os governos burgueses deveriam pôr a mão na consciência e não reclamar dos líderes dessa instituição, mas sim condecorá-los no mais alto nível” (p. 228). Diga-se de passagem, esse artigo tem um trecho em que Trotsky reclama de Stalin, que havia convocado o poetaastro/propagandista – Demian Biedny –, uma espécie de Olavo Bilac do bolchevismo, versejador hábil não muito escrupuloso na escolha dos seus assuntos, para fazer rimas xenófobas e racistas contra os uruguaios. Isso o que o faz comentar que, “nos dias da Revolução de Outubro [...], quem quer que houvesse ousado se dar ao luxo de fazer piadas arremedando o sotaque de alguém teria sido jogado na lata de lixo mais próxima. [É intolerável] o envolvimento na produção de *pornografia* obscurantista e chauvinista dirigida contra o povo urguauio” (p. 229, grifo meu).

As limitações do reformismo em bases nacionais

Como lembra Trotsky, agora num texto de polêmica com um advogado peruano aprista, na América Latina, como em qualquer sociedade semicolonial, ainda podem existir democratas burgueses que sejam revolucionários, na medida mesmo em que são oprimidos “pelo imperialismo e pela ditadura policial [internal]” e sejam “democratas sérios e lógicos” (Trotsky, 1974, p. 183⁶). Só que esses tipos de revolucionários, heroicos que sejam, são *pequeno-burgueses*; pela sua posição de classe, eles não conseguem ter um programa político próprio e, nas condições usuais, tenderão a cair sob a dependência ideológica e política da burguesia. Como os social-revolucionários (SRs, “esseristas”) russos, que, como herdeiros dos populistas do século anterior, tinham proclamado um programa agrário radical que era sua *raison d’être*, “mas, como costuma acontecer com partidos pequeno-burgueses, eles eram prisioneiros da burguesia liberal [...] e traíram os camponeses na hora decisiva em 1917” (p. 184) (o programa agrário dos SRs foi implementado... pelos bolcheviques, após Outubro).

O advogado aprista – certo Guillermo Vegas León – gabava-se que a revolução latino-americana poderia ser feita por democratas nacionais, mesmo na ausência do proletariado (especialmente o internacional), e dava como exemplo a nacionalização do petróleo mexicano, feita “sem a menor participação do proletariado inglês ou americano”. É fato, responde Trotsky, mas o problema é que a nacionalização do petróleo não foi um ato revolucionário, foi uma *reforma*,

6 “Ignorance is not a revolutionary instrument” (30 jan. 1939).

e o problema de toda reforma é exatamente... ser reversível. A nacionalização foi possível porque a *conjuntura* internacional o permitia: havia uma cisão entre os capitais britânicos e americanos; a Inglaterra não tinha meios para uma intervenção ativa; os EUA estavam temporariamente paralisados pelas contradições internas do *New Deal* – entre outras coisas, a burguesia americana não estava totalmente certa quanto às disposições do seu *proletariado*. Mas quanto tempo essa conjuntura persistiria? Pois,

[se] a intensificação da luta de classes engendrou o *New Deal*, uma intensificação [posterior] da luta de classes matará o *New Deal*, dando preponderância, nas fileiras da burguesia, às tendências mais reacionárias, agressivas e fascistas. A política da “Boa Vizinhança” será inevitavelmente substituída [...] pelo “punho fechado” e só cegos, ou fraseólogos pequeno-burgueses, do tipo de Leonardo Toledano ou Vegas León, podem fechar os olhos a tais perspectivas. (Trotsky, 1974, p. 187)

Nada poderia mostrar melhor as limitações originárias desse projeto reformista do que o *fait divers* envolvendo o pintor Juan O’Gorman, que havia realizado um mural para o edifício do aeroporto da Cidade do México, que continha caricaturas de Hitler e Mussolini, e que foi destruído pelo governo para não pôr em risco as compras de petróleo realizadas pela Alemanha e Itália. Trotsky, que numa carta dizia só ter sabido do episódio acidentalmente, sustentava que a atitude do governo era perfeitamente razoável:

[...] as democracias boicotaram o petróleo e os fascistas o compraram, mas eles também [poderiam boicotar].

O México é um país oprimido e não pode impor a compra de seu petróleo através de encouraçados e canhões. Se um patrão força operários a removerem o retrato de Marx de uma dependência da fábrica, os operários têm de obedecer para não serem postos na rua. A posição política do México [...] é similar. (Trotsky, 1974, p. 292⁷)

Similar, no caso, à posição de um proletário *vis-à-vis* o capital, isto é, reproduzindo-se a partir de condições materiais que lhe são determinadas de fora. É inteligível, portanto, que em tais circunstâncias de sujeição generalizada houvesse sujeitos de todas as classes dispostos a reagir a tal situação até certo ponto.

Bem entendido, tais disposições anti-imperialistas da burguesia dos países latino-americanos, em determinados momentos históricos, não eram “naturais” nem necessárias. Tem-se um problema histórico: a inexistência de um Estado nacional *organizado* que sequer coincida com os limites político-geográficos nominais do seu território. No México pós-revolucionário, os caciques locais constituíam verdadeiros microestados, numa situação de certa forma similar à descrição que Pedrosa e camaradas fazem da República Velha, em que os Estados do Norte, abandonados mais ou menos a si mesmos pelas oligarquias centrais, desenvolveram “repulsivas satrapias locais que se distinguiam [...] pela ausência de quaisquer elementos sociais progressistas”. As bases demográficas e econômicas dos Estados nacionais enquanto tais eram, “precária[s] e dispersiva[s]” (Abramo, 2015, p. 133); há

7 Carta a James P. Cannon (27 mar. 1939).

vazios demográficos e vácuos de autoridade central, a qual praticamente se exerce por intermitências. Em uma série de publicistas da direita brasileira da época, como Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Octavio de Faria *et alii*, existe essa consciência de uma modernidade *insuficiente* e de um Estado nacional *incompleto*, incapaz de incluir a totalidade da população entre os seus jurisdicionados. Nesse sentido, as consignas de ordem autoritária que já aparecem nos anos 1920 – “a apologia dos governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo” (Abramo, 2015, p. 69) – expressam muito mais um *desejo* do que racionalizam uma qualquer realidade.

Falar do Brasil dos anos 1920, 1930, no entanto, só nos permite também falar do México na medida em que, *politicamente*, o país norte-americano encontrava-se nos antípodas do Brasil contemporâneo (Trotsky, aliás, perceberá isso claramente, como veremos). Todo o *momentum* ideológico da Revolução de 1910 vinha da sua radicalidade democrática e, no final dos anos 1930, esse ímpeto era suficiente para que as correntes políticas mais claramente reacionárias (a direita católica ou fascistizante) ocupassem uma posição absolutamente marginal no debate político público mexicano. Trotsky faz uma ironia, num dado momento, com o fato de que o PCM tivesse trocado, à época, o nome do seu jornal oficial de *El Machete* para *Voz de México*, não só pelo caráter anódino do nome mais recente, como pelo fato de este haver sido antes o nome do órgão... da direita católica (Trotsky, 1974, p. 79⁸). O que era fato: como diz uma historiadora, a mudança de nome se

8 “To our friends and readers” (11 out. 1938).

devia “ao desejo [do jornal] de conquistar novos leitores além da sua *clientela* tradicional” (González Marín, 2006, p. 43), mas esse oportunismo banal só havia sido possível porque existia um consenso “progressista” amplo (não obstante raso) que tornava possível que essa translação de nome se desse sem escândalo. Como uma das características desse consenso era ser anticlerical,⁹ a mudança de certa forma consagrava o (aparente) eclipse da direita tradicional.

O caráter conjunturalmente exitoso do consenso populista mexicano não anulava o fato de que, por detrás desse consenso laico, iluminista e “socialista” em palavras, o México era um país que tinha saído, apenas dez anos antes, de uma guerra civil-religiosa: a Guerra *Cristera*, a qual envolvia a insurgência de populações de camponeses católicos contra as disposições anticlericais do governo pós-revolucionário de Plutarco Calles. A verdade é que o México *real* era uma sociedade tão profundamente abalada, com conflitos de classe e outros, quanto qualquer outra sociedade da América Latina contemporânea. Como lembrava um dos camaradas

9 À época, o art. 3º da Constituição – que, como já vimos, estabelecia formalmente a laicidade do ensino – foi alterado durante o governo Cárdenas, recebendo uma nova redação, que estabelecia que a educação no México seria “socialista”, e ademais, excluiria toda noção religiosa, combateria o “fanatismo” e buscava oferecer à juventude “conceitos racionais e exatos sobre a constituição do universo e da vida social”. Na prática – como escreverá um autor insuspeito de querer contestar o projeto PRlista –, o que ocorreu é que a escola pública teve de enfrentar os problemas habituais de qualquer país da América Latina: orçamento reduzido, professores mal pagos... E, na educação privada, continuou a dominar o clero católico... (Tello, 2007, p. 342, sqq). Carlos Tello foi secretario de *Programación y Presupuesto* do governo López Portillo entre 1976 e 1977.

mexicanos de Trotsky à época, a proclamação do caráter “socialista” da educação mexicana, por *fiat*, não passava de um *wishful thinking*, algo que toda a realidade social tornava impossível – uma ilusão pequeno-burguesa radical de quem queria realizar em palavras o que não conseguia implementar na prática (Fernández, 2009a, p. 209). Mesmo o anticlericalismo dessa legislação, que parecia ser um ponto de contato dessa com a realidade, num país onde o alto clero era de fato uma base política do *Ancien Régime*, era uma mera postura principista que não chegava “às próprias bases do fanatismo religioso, à miséria e à fome, à opressão e à luta de classes” (p. 209) – em suma, a todos os descontentamentos com a modernidade burguesa concreta que estavam na base da rebelião *cristera*.

Que diable allait-il faire dans cette galère?

E, no meio dessas demagogias, onde é que estava o nosso protagonista? Contrariamente ao que se poderia esperar, Trotsky continuava dando barretadas, de público, ao projeto cardenista, a começar por uma entrevista ao órgão de classe dos professores de Michoacán, em que comparava a educação mexicana à soviética. Para ele, ambas haviam transformado o ofício do educador numa “missão”: “despertar e desenvolver uma consciência crítica entre as massas oprimidas e humilhadas” (Trotsky, 1985a, p. 379¹⁰). Para terminar e, segundo Gall (2012, p. 185), para dar um tapa retórico no onipresente Tolezano, ele expressava o seu temor de que a educação no México fosse dominada por um projeto “totalitário”.

10 “For freedom in education” (10 jul. 1938).

Mesmo considerando os mais de oitenta anos passados desde que essas declarações foram feitas, elas são constrangedoras. Aliás, é interessante considerar que, se os contemporâneos mais jovens de Trotsky (Victor Serge, Deutscher) lhe censuravam na época a intransigência anacrônica e a adesão férrea aos valores, às formas e até à fraseologia de um tempo já então morto, é porque eles não tinham o menor interesse em suas atividades propriamente mexicanas – nas quais ele parece, muitas vezes, adaptar-se camaleonicamente à mediocridade do meio e das pessoas.

No entanto, seria bom ter em mente também se esses críticos, de certa forma, não estariam projetando em Trotsky o seu próprio investimento pessoal nas recordações gloriosas da Revolução de Outubro (ou em sua idealização); e ainda, sonhando com um retorno da Revolução ao seu lugar “próprio”;¹¹ se não teriam sido incapazes de perceber o esforço que o velho revolucionário, no fim da vida, fazia para descobrir algo novo em circunstâncias (completamente) novas.

É bem verdade que Trotsky, de público, era leniente com o cardenismo; no entanto, ao mesmo tempo que fazia tal coisa, ele também fazia um *hedge* mais discreto contra as insuficiências do mesmo projeto político. Certamente não foi sem o seu conhecimento que a *Clave* publicou um artigo

11 É o que faz Victor Serge no seu obituário de Trotsky, quando diz que “os seus últimos escritos não estavam ao nível de sua obra anterior”, pois, “não sendo a inteligência um talento individual”, Trotsky, “cuja grandeza era uma função da sua geração”, necessitava de contatos com quem “entendesse sua linguagem”. Levando em conta que essa geração tinha já perecido nas prisões de Stalin, esse “conselho” (aliás, póstumo) era, na verdade, uma ordem de silêncio (Cotterill, 1994, p. 210).

crítico da educação “socialista”, e ele mesmo já havia feito entender aos seus camaradas locais que a sua tarefa era travar uma luta por posições de poder no aparato sindical oficial.

Trotsky era, afinal de contas, um marxista, e o que ele percebia no centro do projeto cardenista era a *carência de bases materiais seguras* sobre as quais esse projeto político pudessem se apoiar. Este e, aliás, qualquer outro projeto político em condições semicoloniais, pois valia para o México o que os seus camaradas brasileiros haviam dito: que “o imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal” (Abramo, 2015, p. 68). Ou como dirá o próprio Trotsky:

Estados nacionais tardios não podem mais contar com um desenvolvimento democrático [burguês] independente. [Estando] cercado pelo capitalismo decadente e envolvido em contradições imperialistas, um Estado atrasado [terá] uma independência que será inevitavelmente semifictícia. (Trotsky, 1975, p. 202¹²)

Esse é um texto de 1940, mas, dois anos antes, Trotsky, numa discussão estenografada com militantes (na qual ele debateu principalmente com Charles Curtiss, o dirigente interino da seção mexicana da IV Internacional), considerava que as tarefas históricas do México, como um Estado *nacional*, diziam respeito ao exercício concreto da cidadania e não ao socialismo (por exemplo, a reforma agrária) –

12 “Manifesto of the Fourth International on the Imperialist War and the Proletarian World Revolution” (maio 1940).

eram tarefas *democráticas*. Mas uma burguesia nacional que se encontre pressionada pelo imperialismo na repartição do excedente social geral tenderá a opor-se a tais demandas, especialmente se estiver diante de uma classe operária minimamente constituída como tal. Essa burguesia pode, assim, optar consistentemente por um regime semifascista ao menor sinal de dificuldades e colocar em primeiro, e último lugar, a “Lei e a Ordem [...] para trabalhar sob a tutela do capital estrangeiro [...] como no Brasil, por exemplo. Mas a burguesia ali é absolutamente incapaz de criar uma forma de domínio democrática” (Trotsky, 1979, p. 785¹³).

A vocação maior de Trotsky como intelectual é a de historiador: ele nunca busca formular “leis gerais” para fazer uma sociologia; para isso, os clássicos do marxismo lhe são suficientes. Ele tem um olho sempre atento ao singular, ao particular, e exatamente por isso, ele distingue perfeitamente entre as várias sociedades da América Latina. Exatamente por isso, ele diz a Curtiss que sua teorização da Revolução Permanente previa que, para os países semicoloniais, a revolução burguesa e a socialista se encontram “articuladas” uma à outra, como as seções de um telescópio. O problema,

13 “Latin American Problems: a transcript” (4 nov. 1938). O que, diga-se de passagem, coincide perfeitamente com as apreciações feitas pelos camaradas *in loco*, especialmente após a repressão furiosa do *putsch* [“Intentona”] de 1935: “Não sentindo a necessidade de qualquer revolução, mesmo ‘nacional-libertadora’, a burguesia não aceitou o presente que a ANL lhe queria fazer [...]. A burguesia nacional [...] não viu nenhum motivo para ‘subestimar’ a ‘sua’ classe operária [...]. Os nossos burgueses creem firmemente na mais-valia que tiram [...], embora tenham que entregar a parte do leão aos seus parceiros mais poderosos e mais ricos – os imperialistas” (Abramo, 2015, p. 284-285).

no entanto, é a forma concreta tomada por tal “articulação” em cada “telescópio” particular. No Brasil, essa articulação apontaria para uma dialética explosiva e concentrada: um ajuste de contas acumuladas e acrescidas de juros; no México, no entanto, *exatamente pela dinâmica histórica agonística da sociedade mexicana*, essa articulação seria mais gradual. No México, a burguesia, no interesse de uma confrontação (limitada) com o imperialismo, viu-se na necessidade de

flertar com os operários, flertar com os camponeses, e daí termos que o homem forte do país esteja orientado na direção da Esquerda. [E mesmo assim] o Estado necessita do apoio dos camponeses e, através do seu peso, disciplina os operários. (Trotsky, 1979, p. 785¹⁴)

Daí o PTM/PRI mexicano, como a Apra peruana ou o Kuomintang de Chiang-Kai-Sheck, ser “uma Frente Popular em forma de partido” (Trotsky, 1979, p. 785): um partido multiclassista em suas demandas, mas submetido a uma direção burguesa. Assim, diz Trotsky:

quando me acusam, e ao meu movimento, de apoiarmos acriticamente o cardenismo, nossos críticos se equivocam, na medida em que aquilo que buscamos defender são os *interesses específicos dos trabalhadores* no interior de uma frente populista previamente existente, através, principalmente, da sua *liberdade de organização* – e, eventualmente, o seu direito a se constituírem como direção hegemônica do processo político em geral. Defendemos o Estado mexicano, na medida em que este cumpre certas tarefas mínimas de

14 “Latin American problems: a transcript” (4 nov. 1938).

defesa nacional – defesa nacional esta que, para Cárdenas, representava o limite de suas possibilidades, como no caso da nacionalização do petróleo (Trotsky, 1979, p. 792-793).

Mas, ao mesmo tempo, não reconhecemos no Estado mexicano, como atualmente constituído, “o nosso Estado; e precisamos nos tornar independentes deste Estado” (Trotsky, 1979, p. 792).

Na medida em que um Estado semicolonial como o México necessite organizar um processo minimamente autônomo de acumulação capitalista, ele necessita constituir um mercado interno – e a reforma agrária, ao elevar os camponeses à condição de cidadãos (e consumidores), é uma das formas de constituição desse mercado (Trotsky, 1979, p. 795). O problema é que a constituição do camponês, assim como a do operário – especialmente o mais qualificado –, como consumidor implica empoderamento *político*, e não se sabe até que ponto a burguesia nacional estará disposta a ir por esse caminho.

Note-se que os Estados balcânicos (de que Trotsky não fala aqui) poderiam ter resolvido um problema semelhante constituindo-se numa federação democrática multinacional, mas preferiram resolver o problema pelo “Leito de Procusto”: *desembarçando-se* das populações “excedentes”. Como nada impediria que os Estados latino-americanos seguissem um dia por esse caminho alternativo, a questão da independência de organização da classe operária adquiriria uma importância fundamental, especialmente através da *questão sindical*.

VII

A CLASSE OPERÁRIA DIANTE DO “BONAPARTISMO *SUI GENERIS*”

Ambiguidades do desenvolvimento capitalista na América Latina

Trotsky sistematizaria sua análise do populismo nacionalista latino-americano fundamentalmente a partir da questão *sindical*: na medida em que expropriações e nacionalizações como as de Cárdenas se apoiavam nos sindicatos (e na CTM) como cogestores das empresas nacionalizadas, o que deveria fazer a esquerda marxista com essa oportunidade de participar do governo? Mesmo com todos os riscos de cooptação político-ideológica que isso implicava, já vimos que Trotsky não era contra tal participação, quanto mais não fosse para desenvolver um mínimo de cultura da técnica de gestão administrativa dentre as seções mais politicamente ativas do operariado. Daí ele comparar tal coisa ao municipalismo europeu da viragem entre os séculos XIX e XX.

Havia limites, no entanto, para isso: o mais importante era o caráter inequivocamente *burguês* do Estado mexicano. E, nesse ponto, Trotsky estende suas considerações, para além da questão sindical, a uma discussão sobre a precisa economia de classe do Estado nas condições específicas da América Latina. A análise de Trotsky, generalizante que seja, tem, no entanto, a marca de condições especificamente mexicanas. Basicamente, ele pensa a América Latina não a partir da economia agroexportadora, mas do processo propriamente de industrialização, o que, no caso do México, onde o centro dinâmico da colonização já era a indústria extrativista mineral, faz todo sentido. De qualquer modo, ele parte da ideia de que qualquer país semicolonial que pre-

tenda se industrializar o fará de fora para dentro, e de que isso significa que o centro nervoso da economia, o seu sujeito, será o capital estrangeiro diante do qual a burguesia nacional ficará numa posição passiva. Ora, como o capital estrangeiro é o grande empregador industrial, significa que ele “desempenha um papel decisivo, [daí] decorre a relativa fraqueza da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional” (Trotsky, 1974, p. 326¹).

Ou seja, o proletariado industrial e urbano constitui-se, em certa medida, à *revelia* da burguesia nacional e ganha uma ancoragem, uma “alavancagem” que, numa sociedade atrasada e deprimida, obtém um poder muito acima dos seus números. Mas note-se que o *tour de force* de Trotsky é de reconhecer o que é *próprio* desse processo: o protagonismo do(s) proletariado(s) latino-americano(s) *não é*, em suas causas, o do proletariado russo do início do século XX; este é o produto de um processo de industrialização militarizado, dirigido pelo Estado tzarista *ex ante*. O proletariado latino-americano parece “emergir” de um processo de industrialização “civil” com o qual o Estado vai ocupar-se *ex post*. *Exatamente por isso*, é que esse Estado tem uma autonomia relativa em relação à atitude política a tomar: “O governo balança entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a burguesia nacional fraca e o proletariado relativamente forte” (Trotsky, 1974, p. 326).

Ao surgir como um aparato burocrático relativamente “alienígena” à sociedade civil em oposição aos Estados oligárquicos que o precederam (e Trotsky mais tarde dará uma

1 “Nationalized industry and workers management” (12 maio 1939).

explicação, aforismática que seja, a esse processo), o Estado populista constituiu-se como um bonapartismo *sui generis*: uma espécie de radical livre, que tanto pode se aliar ao capital estrangeiro, fazendo concessões à classe operária, quanto, contrariando o capital estrangeiro, se opor a ele e, neste caso, sendo o traço distintivo do governo mexicano.

Mas de onde vem esse aparato de Estado? Num texto deixado inconcluso quando do seu assassinato, *Os sindicatos na época da decadência imperialista*, Trotsky considera que é certo que a penetração do capital estrangeiro crie governos à sua imagem e semelhança, dependentes *in limine* desse capital, ao qual estão ligados por laços “diretos, diários, práticos” (Trotsky, 1975, p. 69²). Ocorre, no entanto, que a modernização industrial a que essas sociedades são submetidas cria não só uma aristocracia do trabalho, um proletariado industrial relativamente privilegiado, mas também uma *burocracia* (isto é, uma “classe média”, um estrato pequeno-burguês relativamente privilegiado), e ambos os grupos buscarão num aparato de Estado desenvolvido: “protetores, patronos e, às vezes, árbitros” (Trotsky, 1975, p. 69). O aparato de Estado, não podendo mais deixar o processo de acumulação depender exclusivamente das oscilações do mercado externo, é empurrado a formular uma estratégia de desenvolvimento e, na medida em que busque resistir ao capital estrangeiro (principalmente discipliná-lo), é forçado a apoiar-se no proletariado.

Se esse processo fosse unidirecional, a classe operária, assim como a classe média, poderia elevar-se a sujeito de al-

2 “Trade unions in the epoch of Imperialist decay”.

guma coisa como a “ditadura democrática” leninista, em que o proletariado é a força motriz de um processo de reformas democráticas dentro da institucionalidade burguesa. Só que, lembra Trotsky, esse processo é bidirecional e, portanto, reversível, pois

[se] os governos [...] considerarem inescapável, ou mais lucrativo, marchar ombro a ombro com o capital estrangeiro, eles irão destruir as organizações trabalhistas e introduzir um regime totalitário [algo próximo] a uma ditadura policial-militar. (Trotsky, 1975, p. 71-72)

E esse curso é tanto mais fácil de ser tomado quanto menos desenvolvidas previamente são as instituições políticas democráticas: “a ausência de instituições de autogoverno municipal, a pressão do capital estrangeiro e o crescimento relativamente rápido do proletariado retiram as bases de qualquer espécie de regime democrático estável” (Trotsky, 1975, p. 71).

Como o próprio processo de desenvolvimento econômico não se apoia em bases estáveis, é fragmentado e irregular, a classe operária não teve tempo de desenvolver-se lentamente a partir da pequeno-burguesia nem de organizar instituições de autogoverno, ou de participar das já existentes: ela necessita apoiar-se no aparato central do Estado. Mas as outras classes, e principalmente a própria burguesia nacional, estarão na mesma situação, e o resultado é o processo descrito por Mário Pedrosa e Lívio Xavier, paralelamente a Trotsky: “Para o desenvolvimento dos mercados internos, todos os meios são bons, e um governo forte e centralizado é condição essencial [...]; todas as classes estão subordinadas ao Executivo” (Abramo, 2015, p. 68, 70).

No comentário aforismático de Trotsky sobre o Brasil – “a História ali pulou um estágio, e o proletariado tornou-se um fator importante antes da organização democrática da sociedade como um todo” (Trotsky, 1979, p. 785³) –, a classe operária não pôde ser cooptada previamente no interior de uma rede de instituições democrático-burguesas e, portanto, houve a necessidade de mantê-la em respeito por mecanismos autoritários, de coerção direta. Mesmo num país como o México, onde a irrupção revolucionária do campesinato na esfera pública e a cultura política da violência endêmica forçaram a burguesia a moderar-se a contragosto, ainda assim, como diz Charles Curtiss no debate com Trotsky falando dos sindicatos mexicanos, há também uma cultura política do controle burocrático direto:

O problema concreto que nossos camaradas no México enfrentam é como enfrentar a burocracia. Eu pensava que a burocracia sindical americana já era bem ruim, mas penso que eles poderiam aprender com a burocracia mexicana. Trata-se de um punho de ferro: se não obedece, é expulso [...]. Há uma burocracia estatal e uma burocracia sindical [...]. Esse é um problema que está se tornando muito grave, [e] a concreta aplicação do [nosso] programa transicional no México terá de levar em consideração essas leis e esse pano de fundo. Tentar o controle operário, democratizar o movimento sindical. (Curtiss *apud* Trotsky, 1979, p. 787)

Como lembra Trotsky na sua réplica a Curtiss, a incorporação dos sindicatos ao aparato do Estado mexicano não implica necessariamente poder de influência do prole-

3 “Latin American problems: a transcript” (4 nov. 1938).

tariado sobre o governo burguês senão conjunturalmente: é algo que faz com que o aparato de Estado tenha os trabalhadores “nas mãos”. Assim, nas empresas nacionalizadas,

o gerente é, ao mesmo tempo, o representante nominal dos interesses dos operários e, ainda assim, o representante do Estado acima dos operários [...]. Ele detém o direito [...] de sabotar as oportunidades de emprego, já que, em nome da disciplina sindical, ele pode fazer tal coisa no interesse da produção. (Trotsky, 1979, p. 791)

Como Trotsky irá acrescentar no seu escrito póstumo, a legislação sindical mexicana foi concebida na intenção do legislador, no *interesse* dos trabalhadores, “para lhes assegurar um certo poder de influência sobre o governo e a vida econômica” – como um passo adiante sobre a legislação liberal-oligárquica que mascarava o interesse dos assalariados enquanto tais como matéria puramente de Direito Civil, uma mera relação privada. Só que, em caso de uma aliança do capital estrangeiro com “forças reacionárias internas”, capaz de reverter o frágil equilíbrio democrático burguês e substituí-lo por um Estado autoritário, essa legislação não seria repelida, mas sim utilizada como instrumento de *controle*, “como uma arma nas mãos da ditadura imperialista” (Trotsky, 1975, p. 69-70⁴). Existe aí, portanto, uma ambiguidade ontológica nessa forma de organização sindical, já que o sindicato funciona ao mesmo tempo como uma garantia de certos direitos e como um órgão de mobilização produtiva a serviço da acumulação capitalista: “o objetivo é disciplinar a classe trabalhadora, torná-la mais industriosa, a serviço

4 “Trade unions in the epoch of Imperialist decay”.

do interesse comum do Estado, que parece superficialmente confundir-se com os interesses da classe trabalhadora em si mesma” (Trotsky, 1975, p. 174).

Os limites últimos do nacional-populismo

De certa forma, o México de Cárdenas talvez tenha sido o exemplo mais representativo de um projeto nacional-populista levado até o limite das suas possibilidades progressistas: reconheceu o proletário e o camponês como parte do corpo político da sociedade (enquanto Vargas e o trabalhismo brasileiro jamais desejaram ou conseguiram atribuir direitos gerais ao trabalhador rural);⁵ realizou uma reforma agrária limitada; promoveu nacionalizações de setores-chave da economia; e revestiu-se de uma fraseologia “socialista” verossímil (algo que só seria ultrapassado como agenda, talvez, pelo chavismo e pelo MAS de Evo Morales). Ao mesmo tempo, o término do mandato de Cárdenas marca o início da esclerose e da direitização progressiva da Revolução Mexicana institucionalizada. E, nesse sentido, ela confirmou a previsão de Trotsky, que dizia, numa despedida involuntária, que a tarefa do seu movimento era agora a de lutar “pela completa independência dos sindicatos e pelo controle

5 O que não quer dizer que o varguismo, e também o peronismo, não houvessem tido uma política agrária; apenas tais políticas, centradas na colonização por concessão de terras públicas – no caso do Estado Novo e, na Argentina dos anos 1940, numa legislação de proteção de arrendatários por extensão de contratos –, eram apenas remediais, na medida em que buscavam expressamente ladear o problema fundiário, sem tocar nos de propriedade existentes e, portanto, no latifúndio. Cf. Ribeiro (2008, p. 80-83).

operário real sobre a presente burocracia sindical” (Trotsky, 1975, p. 74).

O que tirar, então, da análise de Trotsky sobre os projetos nacionalistas, em sua generalidade, e com ênfase na América Latina?

**UMA CONCLUSÃO ATRAVÉS DE UMA
CODA: TROTSKY, A UCRÂNIA
E A AMÉRICA LATINA**

Uma vez que Trotsky não teve tempo para formalizar uma visão de conjunto sobre a América Latina, o que podemos tirar dos seus textos – tantalizantes na sua incompletude – sobre o assunto?

Como já vimos, a aparente leniência de Trotsky, em relação às políticas populistas de Cárdenas, já à época provocava o estranhamento mesmo de seus seguidores. Diego Rivera (*apud* Gall, 2012, p. 232) romperia com ele em função basicamente do que considerava sua atitude tibia e, explicitamente, “oportunista” *vis-à-vis* à política interna mexicana. Trotsky havia se convertido num intrigante de bastidores, incapaz mesmo de levantar um dedo contra o *dedazo* de Cárdenas e a virada direitista do PRM nas eleições presidenciais de 1940 (Rivera *apud* Gall, 2012, p. 230, 234). Slavoj Žižek, numa das suas costumeiras ironias, considera que valorizar esse Trotsky tardio, de preferência ao Comissário do Povo para a Guerra, é cair numa mistificação e preferir, ao revolucionário real, uma figura “domesticada” e “gentrificada” (“o libertário antiburocrático [...], o amigo da psicanálise e da arte moderna, amigo de surrealistas, etc.”), tão aburguesada a ponto de “produzir simpatia pelo saber antitrotskista de Stalin” (Žižek, 2007, p. vi).

Apesar de estar fisicamente bastante desgastado (basta ver a sua iconografia) nos seus anos finais, o fato é que Trotsky demonstrou considerável ousadia na sua intervenção a distância na política mexicana. Basta comparar a sua estada no México com aquela em Prinkipo, na Turquia, onde ele despendeu quatro anos de um exílio praticamente sem história, numa ilha, isolado da sociedade local (fora por suas

saídas náuticas com um pescador greco-turco), e totalmente dedicado à redação de suas obras de referência. O tipo de exílio que, como já dissemos em outro lugar, Deutscher favorecia: o desterrado dentro de uma cápsula do tempo, preservando para a posteridade a história da Guerra Civil Russa, uma biografia de Lenin e, pelo menos, mais uma análise da economia global capitalista diante da Grande Depressão. Um Auerbach de esquerda (e o Auerbach real estava lecionando em Istambul mais ou menos na mesma época), escrevendo a sua *Mimesis*.

Se formos por aí, poderemos também lamentar que Marx não tenha terminado de escrever *O capital*, em lugar de produzir *Guerra civil na França* e a *Crítica do programa de Gotha*. Trotsky, como revolucionário que desejava ser, via a sua obra não como um monumento, mas como uma *práxis*, e aceitou as consequências disso. Tentemos, portanto, sumariar.

Em meados de 1939, como se sua agenda política não estivesse suficientemente cheia, Trotsky resolveu ocupar-se, por via de um artigo, com outra questão nacional complicada e que mereceria uma análise mais detalhada: a questão da *Ucrânia*, esta “Pequena Rússia”. Como já vimos, “promover” os ucranianos a (pequenos) russos era uma maneira de *negar-lhes* sua identidade nacional distinta. Exatamente por isso, o poder soviético na Ucrânia só tinha conseguido instalar-se com muita dificuldade: como Trotsky lembra (reduzindo em um par de frases uma história extremamente complicada), o poder soviético só pôde instalar-se duradouramente na Ucrânia na medida em que foi capaz de *compor-se* ali com “as tendências nacionalistas [que] explodiram violentamente em

1917-1919” (Trotsky, 1977c, p. 47¹). E isso foi finalmente conseguido pela fusão do Partido Bolchevique ucraniano com a ala esquerda do movimento populista (social-revolucionário) local, o Borotba.²

Trotsky não se refere explicitamente ao fato de que, até os anos 1930, essa fusão entre bolchevismo e nacionalismo populista na Ucrânia havia impulsionado uma política de “ucranização” da administração pública e da vida ur-

1 “Independence of the Ukraine and sectarian muddleheads” (30 jul. 1939).

2 Ou “Borot’ba” [Боротьба]. Esse episódio labiríntico pode ser resumido da seguinte maneira: na Ucrânia, assim como em outras regiões do Império Russo, a condição de classe correspondia parcialmente a uma diferença de identidade nacional, em que o proletariado urbano, concentrado no Leste, era russófono (tendo o iídiche como língua “doméstica”, quando judeu) e, se politicamente ativo, tendia a gravitar na órbita da socialdemocracia russa (aí incluído o *Bund*). O campesinato, no entanto, especialmente no Oeste da Ucrânia, era de língua ucraniana e gravitava politicamente em torno do socialismo agrário dos social-revolucionários locais. Entre 1917 e 1919, os bolcheviques tentariam por diversas vezes sobrepujar a contrarrevolução ucraniana (a ocupação alemã, os governos reacionários locais, a Guarda Branca, o “banditismo” dos senhores da guerra) e os anarquistas de Makhno, apoiando-se exclusivamente no proletariado urbano de língua russa, para acabar por perceberem que tinham de encontrar uma base de apoio complementar nas reivindicações agrárias e nacionais do campesinato ucraniano – não obstante o que Lenin chamava de “mentalidade pequeno-burguesa”. Como esse movimento camponês não era capaz também de constituir um governo puramente ucraniano, o consenso que permitiu a estabilização de uma Ucrânia soviética realizou-se a partir da fusão dos bolchevistas russófonos com a ala esquerda dos social-revolucionários locais, o *Borot’ba* (do nome do seu periódico, “luta”), num único Partido Bolchevique local. Esse episódio, negligenciado por conta do caráter anticomunista da historiografia ucraniana da diáspora, tem praticamente uma única e antiga referência: o trabalho de Iwan Majstrenko, *Borot’bism: a chapter on the history of ukrainian communism* (1954; citação de Lenin: p. 140).

bana da república, especialmente pela exclusão deliberada da pequeno-burguesia *urbana* e russófona da administração (Majstrenko, 1954, p. 169). Essa política havia acabado por provocar o alarme da altas esferas stalinistas: “em nenhum outro lugar os expurgos e repressões assumiram um caráter tão selvagem e de massa como na Ucrânia” (Trotsky, 1977c, p. 47³) – uma repressão sempre muito ativa, seja durante a coletivização da agricultura, seja na perseguição a “nacionalistas burgueses” de todos os tipos... E especialmente por tratar-se de um processo que alimentava a si mesmo: o nacionalismo ucraniano, privado de reconhecimento no movimento comunista, tanto na Ucrânia como na emigração, voltava-se na direção “dos clericais e dos nacional-socialistas [isto é, fascistas]”. Havia um problema a discutir em 1939: não apenas “o crescimento de tendências separatistas na Ucrânia”, mas também, e não menos importante, o fato de que, no Canadá, onde a emigração ucraniana tinha sido a pedra de fundação do partido comunista local, essa emigração havia sido empurrada pelo stalinismo, “ou para a passividade, ou para o nacionalismo [reacionário] em todas as suas tonalidades”. E, por conta disso, ele propõe como ponto de partida uma aparente contradição em termos: “a questão [nacional] ucraniana é, em sua essência, *internacional*” (Trotsky, 1977c, p. 44, 47).

Trotsky, nesse artigo, estava discutindo com um grupo qualquer da ultraesquerda americana, que se opunha a considerar o problema da independência ucraniana, mesmo em

3 “Independence of the Ukraine and sectarian muddleheads” (30 jul. 1939).

bases hipoteticamente socialistas, argumentando que a causa ucraniana deveria ser subsumida à construção do socialismo na URSS. Trotsky dizia haver um crítico que repetia várias vezes o seu argumento

de que o destino de uma Ucrânia independente está indissolivelmente ligado à revolução proletária mundial. E, a partir desta perspectiva geral, que é o bê-á-bá para um marxista, ele consegue retirar uma receita de passividade temporizadora e niilismo nacional. (Trotsky, 1977c, p. 45)

O argumento do crítico seria basicamente o de que a questão nacional ucraniana não poderia ser resolvida a expensas da construção do socialismo na URSS e internacionalmente. Só que, lembra Trotsky:

O triunfo da revolução proletária em escala mundial é o produto final de múltiplos movimentos, campanhas e batalhas, e de modo algum é uma precondição dada, de resolução automática de todas as questões. Só uma abordagem ousada e direta da questão ucraniana nas circunstâncias concretas dadas poderá facilitar a adesão das massas camponesas e pequeno-burguesas ao proletariado, tal como na Rússia em 1917. (Trotsky, 1977c, p. 45)

No marxismo mecânico não existe historicidade propriamente dita, senão um processo evolutivo estabelecido *ex ante* – “o desenvolvimento das forças produtivas” – ao qual tudo mais se subordina: a questão nacional como um produto do capitalismo, uma vez realizada a transição ao socialismo, ela desaparece. Trotsky chama a atenção para o fato de que, por mais que o econômico “sobredetermine”, para usar a terminologia althusseriana, todos os aspectos da Histó-

ria – a história econômica – por si só, não “resolvem” questões não econômicas senão *ex post*, o que implica um longo trabalho propriamente *político* e consciente visando tal resolução. De fato, diz Trotsky, as diversas “questões nacionais”, como a ascensão dos grupos nacionais oprimidos, *em geral*, à condição de sujeitos políticos, só fazem sentido no quadro das revoluções burguesas. As sociedades europeias da época do Absolutismo eram tranquilamente “multinacionais”, já que a hierarquia do privilégio cortava transversalmente as diversas comunidades de língua e cultura. Ora, se a sociedade socialista é intencionalmente multinacional, “internacionalista” e proletária, as reivindicações nacionais nela não teriam lugar, por serem anacrônicas: “uma demanda que poderia ter sido progressista em 1917, hoje é reacionária”. Só que, como Trotsky desenvolve, “tal raciocínio, completamente no espírito de *burocratas e sectários*, é falso do princípio ao fim” (Trotsky, 1977c, p. 44, grifo meu).

O burocrata vê a história como um plano de carreira, em que há tarefas e etapas cumpridas e a cumprir: *e.g.*, as cotas raciais não são necessárias, pois se referem ao “passado”, e cumpriu-se o prazo prescricional. Contrariamente a tal linha de raciocínio, no entanto, a questão nacional na União Soviética estendeu-se para muito além de 1917:

[...] a estrutura federativa da República dos Sovietes representa um compromisso entre as exigências [...] de uma economia planificada, e as exigências descentralizadas das nacionalidades oprimidas no passado. Tendo constituído um estado operário sobre este compromisso [...] o Partido Bolchevique [aceitou] o direito das nacionalidades à separação [...], indicando assim que o

Partido não considerava, de forma alguma, que a questão das nacionalidades estivesse definitivamente resolvida. (Trotsky, 1977c, p. 45)

Como várias outras questões de exercício de cidadania em termos burgueses (“vida, liberdade e procura da felicidade”) não estavam resolvidas, mesmo aquelas que o próprio Trotsky seria talvez incapaz de reconhecer como tais.⁴ No caso específico da Ucrânia, lembra ele num outro artigo, a Revolução Russa de fevereiro de 1917, que supostamente deveria ter desembaraçado os bolcheviques da questão ucraniana, limitou-se a regatear inconclusivamente sobre os direitos nacionais dos ucranianos à maneira dos comerciantes de cavalos (Trotsky, 1977c, p. 75⁵).

Como lembra Trotsky, a questão da nacionalidade e do direito à autodeterminação, como todas as questões que dizem respeito à condição jurídica (*de jure* ou *de facto*, dos *indivíduos*) chamadas geralmente de “identitárias”, é novamente uma questão democrático-burguesa e não socialista, porque não se refere a uma relação de classe – social, geral

4 No seu diário de 1935, ele faz o obituário do chefe da S.A. nazista, Röhm, assassinado por Hitler, e diz que, nele, “a ‘fraternidade’ de caserna se conjugava muito *organicamente* à pederastia” (Trotsky, 1977d, p. 41, grifo meu) – uma expressão do velho clichê de confusão entre homossexualidade e pederastia/pedofilia. Seja como for, ele tinha pelo menos um colega notoriamente homossexual no Conselho dos Comissários de Lenin (o chanceler Chicherin), com o qual ele parece ter tido uma relação pelo menos pessoalmente neutra, bem de acordo com a indiferença sobre a orientação sexual da legislação soviética da época. Cf. Bay (2016).

5 “Democratic feudalists and the Independence of the Ukraine (5 ago. 1939)”.

e abstrata. O problema, diz Trotsky, é que “os princípios democráticos genuínos são apoiados e *realizados*, no nosso tempo, apenas pelo proletariado *revolucionário*, e por essa razão, eles se articulam às tarefas socialistas” (Trotsky, 1977c, p. 45⁶).

É preciso notar que, em Trotsky, contrariamente *e.g.* a Gramsci, nenhum raciocínio político jamais está enunciado sobre a forma de uma abstração, a partir de um enunciado generalizante, mas sempre a partir de um caso *particular*, explorado a partir da sua contradição aparente em relação aos enunciados gerais do marxismo da época (o “classe contra classe”, a sucessão canônica e necessária dos modos de produção históricos, etc.). Trotsky, de certa forma, é um *casuísta* do marxismo. Como dirão Laclau e Mouffe da obra do revolucionário russo,

estamos tratando aqui com *circunstâncias* que pertencem a uma ordem eminentemente *factual* e que podem ser incorporadas a uma *estória* [story] – daí o caráter predominantemente narrativo das análises de Trotsky – mas não podem ser abordadas [*grasped*] conceitualmente. (Laclau, 1998, p. 53)

E por que precisariam de tal coisa? – diria Trotsky, provavelmente, fiel ao princípio de que o marxismo é a “crítica concreta das situações concretas”. Em suas análises, o ponto de partida de Trotsky é sempre o de fazer uma narrativa verídica, uma *história*, um *inquérito*; em tudo aquilo que o

6 “Independence of the Ukraine and sectarian muddleheads” (30 jul. 1939).

acontecimento tem de próprio, de irredutivelmente particular, ele resiste ativamente a generalizar. Para um marxista, é uma postura efetivamente excêntrica; parece mais a posição de um conservador romântico do início do século XIX, que quer ver uma curiosidade particular em qualquer lugar. Só que, com todas as suas idiossincrasias, esse pensamento se ancora na tradição marxista, naquilo que busca os mecanismos de causalidade dos processos históricos particulares no campo das relações *materiais* de produção.

Se eu introduzi Laclau e Mouffle a esta altura no texto, é porque o casal de *mâitres à penser* da esquerda pós-moderna do início do século XXI é (ou são, não há diferença aqui entre suas obras conjuntas e individuais) tão consistentemente simpático às tradições políticas do populismo reformista latino-americano quanto Trotsky o foi no seu tempo, só que por razões diametralmente diferentes.

Já vimos que Mouffle, numa obra redigida após a morte de Laclau, imaginava um populismo de esquerda redivivo como uma “comunidade de afetos” em oposição a uma condição de classe compartilhada. E o falecido Laclau considerava que a noção de “povo” do projeto populista seria exatamente um “significante vazio” lacanianiano, algo que não se referiria a uma concretude preexistente, mas a um conjunto de reivindicações particulares agrupadas *ad hoc* por meio de uma sucessão de “equivalências”, de forma a constituir uma coalizão suficientemente ampla para garantir o caráter hegemônico desse projeto (Laclau, 2013). Só que para Trotsky isso seria uma proposição incompatível com o materialismo histórico, por não se apoiar no movimento *real* das coisas, na sua materialidade.

Por mais que Trotsky fosse simpático à psicanálise e a Freud, ele não acreditava que um projeto político socialista pudesse apoiar-se em “afetos”, na crença freudiana de que a sociologia fosse apenas psicologia generalizada. Como ele dizia a André Malraux (1979, p. 336⁷, grifo meu), em 1933, “Freud [...] abriu um gigantesco espaço de investigação em psicologia. Ao mesmo tempo, ele é um filósofo *desastroso*”. É fácil perceber o porquê dessa opinião: propor que um projeto político tenha como causa material os “afetos” é voltar à noção kantiana de “entusiasmo”, pela qual a impulsão do projeto se faz a partir de disposições mais ou menos espontâneas, independentes das condições objetivas (como se esperaria de um imperativo categórico). No máximo, como lembra Alex Callinicos, o que teríamos aqui é o retorno da Astúcia da Razão hegeliana, que foi realizada pelos agentes da Revolução sem saberem bem o que estavam fazendo. Teríamos “uma lei colocando-se acima da História, independente da política da liderança e do desenvolvimento material dos acontecimentos” (Trotsky *apud* Alex Callinicos, 1990, p. 46). E se fosse assim, para que partidos? Para que lideranças conscientemente escolhidas?.

Como lembra Spivak, existe um hiato, em Marx, entre “a formação [objetiva] de uma classe (descritiva) e a *não* formação de uma classe (transformativa)” (Spivak, 1988, p. 277, grifo meu) – e é precisamente nesse hiato que se coloca o papel da representação e do representante [*Vertreter*]. E para Trotsky, o *locus* de aplicação da psicologia freudiana à política está precisamente no *wo Es war*, em “liberar o Homem de tudo aquilo que o impede de *ver*” (Malraux, 1979, p. 336).

7 “Leon Trotsky”.

O que Trotsky considera é que o desenvolvimento capitalista das sociedades atrasadas é *materialmente insuficiente*, não só para criar as condições de construção do socialismo, mas mesmo para garantir o exercício generalizado e concreto da *cidadania burguesa*. Na era do imperialismo, o processo de acumulação global é descontínuo demais para permitir o surgimento de um capitalismo organizado nos limites dos Estados nacionais; ele não consegue integrar as minorias nacionais, os camponeses, a própria pequeno-burguesia urbana de forma consistente a um processo qualquer de desenvolvimento. O capitalismo, na América Latina, está condenado a reproduzir o que o velho Werneck Sodré chamava a contemporaneidade do não coetâneo, o oceano do atraso circundando ilhotas de desenvolvimento. E, nesse arquipélago, o traço de ligação possível é a desigualdade institucionalizada em torno do centro eurocêntrico de dominação, aquilo que Aníbal Quijano (2005) denominar  colonialidade.

O populismo justifica-se, assim, como um projeto *transicional* de defesa nacional mínima da base econômica, mas que só se justifica definitivamente se for convertido num projeto supranacional e socialista: “a consigna de luta contra a violência e as intrigas do imperialismo mundial, e o trabalho sangrento das cliques de compradores nativas é, portanto: os *Estados Unidos Soviéticos da América do Sul e Central*” (Trotsky, 1977c, p. 205⁸).

Ou seja, é como se as revoluções burguesas houvessem esgotado suas possibilidades *reais* antes que estas chegassem a seu termo *lógico*; possibilidades estas tendo que, historica-

8 “Manifesto of the Fourth International on the Imperialist War and the Proletarian World Revolution” (maio 1940).

mente, “passarem o bastão” às revoluções socialistas. Como diz Trotsky, “foi como se a revolução proletária houvesse *aspirado* os problemas democráticos e sobretudo os problemas nacional e agrário, dando à Revolução Russa um caráter *combinado*” (Trotsky, 1977c, p. 205; grifos meus). Abstratamente falando, do ponto de vista da gestão *prática* de uma economia socialista, a reforma agrária por distribuição de terras e o caráter multinacional da administração pública foram passos custosos, mas como diz Trotsky, falando da questão nacional:

não se trata de determinar se o fato de várias nacionalidades viverem lado a lado no mesmo estado é “vantajoso”, mas sim de se cada nacionalidade, *com base na sua própria experiência*, considera vantajoso aderir a um determinado estado. (Trotsky, 1977c, p. 46; grifos meus)

Se o burocrata quer reduzir tudo ao administrativo, o sectário quer reduzir tudo ao normativo: dada a “superioridade” do socialismo, a independência ucraniana não se justifica. O problema é que ela se justifica na medida em que o stalinismo não apenas impôs uma institucionalidade autoritária e burocrática ao seu centro político, a Rússia, como também impôs adicionalmente a opressão nacional à periferia. E esta foi especialmente acentuada na Ucrânia dos anos 1930, onde parte do território nacional se encontrava fora da URSS, sob a ocupação polonesa (a Ucrânia Ocidental, habitada pelos rutenos), em Moscou, de onde se temia a infiltração de elementos anticomunistas. Só que a alienação ucraniana generalizada diante do stalinismo apenas facilitava o trabalho de captura dos ucranianos ocidentais pela “demagogia reacionária” (Trotsky, 1977c, p. 50).

“Primeiro a entrar, primeiro a sair”. As tarefas próprias da revolução socialista não se cumprem adequadamente, portanto, enquanto não for coberto o déficit histórico das tarefas democráticas. Não haverá construção do socialismo enquanto não houver um Estado nacional de *cidadãos* de “homens” em geral. E, como a institucionalidade democrático-liberal jamais conseguiu levar tal tarefa a seu termo lógico, historicamente, as tarefas democráticas de identidade terão de ser realizadas simultaneamente às propriamente socialistas. E, num contexto latino-americano, isso significa realizar a reforma agrária em geral, nacionalizar os recursos naturais e reconhecer os direitos dos povos originários – lado a lado com o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia. Política de identidade e de classe não são antagônicas, sequer diversas; são parte de uma mesma totalidade histórica.

Talvez esteja aqui o traço distintivo de Trotsky entre os clássicos do marxismo: sua combinação entre uma compreensão aguda da *especificidade histórica* de cada situação particular e sua capacidade de articulá-la a uma teoria geral. E é isso o que entre os autores clássicos o torna mais apto a “dialogar” postumamente com o pensamento social atual sobre as mesmas questões, o que pode ser visto a seguir, no Apêndice.

APÊNDICE

*Uma versão pós-colonial da história latino-americana
e seus usos para economistas: outra maneira de abordar
as questões postas por este trabalho*

Por que este Apêndice¹

É fácil entender por que a recente voga pós-colonial, iniciada *grosso modo* pela publicação em 1979 do *Orientalismo* de Edward Said, parece não haver tido grande repercussão no debate econômico internacional ou brasileiro. Como nos lembra Partha Chaterjee (2004, p. 156-157), entre outros autores, o discurso economista é filho do Iluminismo; ele percebe o sujeito econômico de duas formas apenas: primeiro, como membro da *sociedade civil*, como proprietário *privado* de fatores de produção (incluído, aí, o trabalho); segundo, como *nacional*, isto é, como *cidadão* politicamente ativo. Ora, o que a teoria pós-colonial aponta é exatamente para a existência de comunidades inteiras cuja identidade reside exatamente no fato de serem *opostas* à noção tanto do proprietário privado quanto do cidadão; comunidades do não empregável, do membro de uma minoria inassimilável, do excluído. Tais grupos, diz o politólogo indiano, tem como marca da sua subalternidade exatamente o fato de estarem “submetidos a um alto grau de suspeição” (p. 157) pelo aparato estatal. Sua identidade comum reside precisamente no fato de não poderem “falar”. Como lembra Spivak (1988, p. 306), citando Foucault, o que distingue a repressão da simples punição está em que aquela é uma “sentença de desaparecimento, assim como uma injunção ao silêncio; a afirmação da não existência”.

Não para menos, aos olhos dos *policy-makers*, o excluído só começa propriamente a “existir” a partir *da repressão*

1 Este Apêndice foi publicado originalmente como Texto de Discussão junto ao IE/UFRJ, como relatório de curso de extensão ministrado no mesmo IE.

mesma, da sua “ressocialização”: é a partir do ponto em que o excluído *deixa* de existir enquanto tal, e se converte em “trabalhador” e cidadão “nacional”, que ele apenas pode começar a ser considerado como objeto de política pública. Fora daí, aquilo que caracteriza o “novo sujeito social” é principalmente o que ele *não* é, ou o ser “sem”: o sem-terra, o sem-teto, o informal (para não dizermos o informe...). Quando o falecido Francisco de Oliveira (2003) realizou, no meio dos Anos de Chumbo, sua descoberta do papel dos informais e precarizados na viabilização do processo de acumulação capitalista do Brasil contemporâneo e denominou sua análise de “crítica à razão dualista”, ele estava se engajando *avant la lettre* naquilo que o semiólogo Walter Mignolo muito depois chamaria de pensamento “liminar”, “fronteiriço” (*border thinking*). Significava a tentativa de pensar em categorias e sujeitos “indisciplinados”, reduzidos a uma condição subalternizada pelo discurso dominante,² o trabalhador “informal” como idealmente reduzido a uma não existência por não caber nas fronteiras conceituais da economia do trabalho e, portanto, reduzido pelo senso comum ideológico à condição de *não* trabalhador, de “improdutivo”. Mas como assinalava já em 1972 o próprio Oliveira, tal senso comum reacionário, ao mesmo tempo em que caracteriza desdenhosamente o precariado como mera mão de obra redundante, “excrecência e depósito do exército industrial de reserva” (Oliveira, 2003, p. 58), não deixa, *precisamente pela posição de subalternização repressiva* desse mesmo precariado, empoleirado no fio da navalha entre classe trabalhadora e pequeno-

2 Cf. Mignolo (2012, p. 10).

-burguesia *lumpen*, de temê-lo intensamente no seu potencial de revolta, na sua posição sem rei nem roque e sem muito a perder. Como já resumizava Oliveira (p. 119) na remota década de 1970, no Brasil, qualquer reivindicação distributiva, por mais elementar que seja, converte-se imediatamente em contestação à ordem burguesa; e a acumulação capitalista, em repressão aberta.

Note-se que Oliveira apenas repetia involuntariamente algo que outros “malditos” do discurso modernizante já haviam dito em circunstâncias históricas diversas, porém similares. Como já vimos, Mário Pedrosa e Lívio Xavier explicavam a quebra do Liberalismo formal da República Velha e a emergência da Era Vargas, exatamente a partir dessa impossibilidade do país de conseguir realizar uma modernização uniforme: “a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista [...]. As palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, tem, para o governo, um caráter subversivo” (Abramo, 2015, p. 70). A mera *presença*, ou mesmo o *pressentimento* da alteridade já é suficiente para desencadear “a obsessão histórica da ordem do regime social” (p. 69). Recuando ainda mais, esse temor ao “outro” e obsessão pela “ordem” combinam-se organicamente com o racismo, do tipo que levava um Euclides da Cunha a escrever em *Contrastes e confrontos*: “falta-nos integridade étnica que nos aparelhe de resistência diante dos caracteres de outros povos” (Cunha *apud* Sodré, 1965, p. 137).

Coloquemo-nos, no entanto, no nosso próprio tempo e na sua problemática: à medida que a acumulação capitalista se torna cada vez mais e mais excludente, se universaliza um

problema que há um século era visto como peculiar a países “novos”: a democracia liberal não funciona mais como um guarda-chuva que permita às diversas classes e grupos se organizarem livremente. O exercício do poder político *efetivo* concentra-se num grupo cada vez mais reduzido, realizando uma predição do velho Lafargue (*apud* Abramo, 2015, p. 317). Se o velho guarda-chuva liberal-democrático se encontra cada vez mais roto, é necessário encontrar um sucedâneo. E daí o papel político paradoxalmente cada vez mais saliente, num mundo cada vez mais globalizado, de um nacionalismo reciclado, transformado de “nacional-libertadorismo abstrato” (p. 325) em instrumento de mobilização autoritária de tipo Maga e similares – bem de acordo, aliás, com as aparentemente vetustas previsões dos anos 1930.³

Economia, política, língua nacional

O discurso das políticas públicas toma como seu ponto de partida, sua moldura, o Estado nacional, do qual ele tira, na língua alemã, o nome da própria disciplina: *Nationalökonomie*, a economia política do Estado nacional, entendido este como fundado numa cidadania universal, exercida idealmente por todos os membros da fauna humana permanentemente domiciliada no interior de suas fronteiras. O problema é que o Estado nacional – o Estado *político* tal como o jovem Marx o chamava – historicamente não correspondeu às suas pretensões autoatribuídas de universalidade.

3 “Ai [...] do militante [...] que dá uma pontinha de dedo ao domínio do nacionalismo [:] a engrenagem implacável da luta de classes engole o dedo, o braço, o corpo todo” (*apud* Abramo, 2015, p. 247).

Ao mesmo tempo que ele supostamente inclui a totalidade dos cidadãos de forma indiferente aos privilégios, ele acaba por excluir na prática considerável parte da população do exercício mesmo dos direitos políticos mínimos.

A forma de exclusão básica do Estado nacional é precisamente o seu instrumento de inclusão básico: a língua nacional. A constituição normativa de toda língua implica escolhas que valorizam o estilo de vida de uma determinada classe ou grupo, certa trajetória histórica, certo capital cultural, e exatamente por isso, quanto mais cultivada for uma língua nacional, mais excludente será seu uso. Gilberto Freyre notou perfeitamente esse paradoxo no caso de Euclides da Cunha, quando observou que tudo aquilo que havia em *Os sertões* de “adiantadíssimo”, de investigação e de denúncia informada, era a todo o momento invalidado pelo “amor [...] pela palavra simplesmente bonita ou rara” (Cunha *apud* Sodré, 1965, p. 155-156), o amor à oratória com o qual o escritor desejava servir, paradoxalmente, à causa da exatidão (p. 152-153).

Há um trecho da *História da Revolução Russa* em que Trotsky, falando da antipatia de Rosa Luxemburgo aos movimentos nacionais do Império Russo na sua generalidade, lembra que ela negava a própria existência de uma cultura e de uma língua ucraniana, considerando que ambas seriam algo formado artificialmente na imaginação de intelectuais nacionalistas pequeno-burgueses. Ao que o revolucionário russo respondia dizendo que, se a língua ucraniana não se fazia ouvir no debate político como língua de uso corrente, tal se devia apenas à *passividade política* na qual o campesinato ucraniano tinha sido mantido até então, e que o modo

de quebrar tal passividade passava pela admissão do uso, no debate político, de toda e qualquer língua *local*, родной язык no original (Trotsky, 1952).

Há aí uma sutileza de significado que a tradução não passa: o adjetivo родной está associado à ideia de *naturalidade*, de lugar de nascimento; родной язык é a língua “materna”, “nativa”, “pátria”, e não a língua nacional; é a língua *utilizada efetivamente* pelo falante em função do simples acaso da sua naturalidade, ainda que essa mesma língua não seja reconhecida *de jure* como nacional. Trotsky quer dizer com isso que a participação ativa do sujeito político passa pela aceitação incondicional de sua expressão na sua linguagem corrente, nem mais nem menos. Uma revolução é primariamente a oportunidade que se dá ao subalterno de vocalizar, falar alto – заговорить вслух (Trotsky, 1952).

O papel excludente do Estado nacional, assim, refere-se menos à sua relação com um absolutamente Outro e mais com sua posição diante de uma alteridade “fronteiriça”, a do sujeito que, não se encontrando completamente “fora”, não se encontra também plenamente “dentro”, na medida em que mantém “pequenas diferenças” que justificam uma posição de subalternização na qual ele é mantido pelo centro hegemônico. É o sujeito que é suficientemente “semelhante” para que possa relacionar-se com o Centro, mas que é ainda demasiadamente “outro” para que possa pretender uma posição de sujeito de pleno direito: o “informal” em relação ao trabalhador assalariado *stricto sensu*, o “aculturado” que não possui o domínio pleno da cultura e da língua “nacionais” (ainda que a sua língua materna seja tida por um “dialeto”).

A invenção do Outro

Num trabalho recente, o politólogo João Feres Jr. (2005, p. 260-261), após uma leitura exaustiva de vários manuais universitários de história da América Latina comumente utilizados em universidades americanas, considerava que estes manuais, na sua generalidade, a definem em geral através da noção de sua *assimetria* – cultural e temporal – em relação à “América” *stricto sensu*. A América Latina é extremamente “diversa”, *porém* o que a caracterizaria em geral (aos olhos dos autores dos manuais *made in USA*, naturalmente) é a “tradição” – e o seu antimoderníssimo elitismo: hierarquia e corporativismo – em oposição à democracia liberal, livre iniciativa e pluralismo. O que define a América Latina em geral é aquilo que lhe *falta* em oposição à América do Norte. O que equivale a dizer que a América latina não possui uma história *sui juris* enquanto conjunto de sociedades nacionais, senão que sua história se desenvolve em função da sua suposta insuficiência *vis-à-vis* seu centro. A América Latina, por mais que exista materialmente, como o “Oriente” de Said, é de fato *representada* a partir do seu “Ocidente”, sendo de certa forma a sua invenção.

Na década de 1960, Fanon (2004, p. 5) escrevia que, nas colônias, “a infraestrutura é também uma superestrutura”, pois a própria assimilação insuficiente e imperfeita da periferia à base material geral do capitalismo cêntrico, longe de aparecer como um desmentido às promessas de prosperidade generalizada, servia ao contrário para legitimar ideologicamente a dominação colonial (ou neocolonial). A inferioridade manifesta do colonizado justifica que ele

seja administrado primariamente pela via da coerção, sem quaisquer disfarces. O desenvolvimento desigual converte-se em justificação moral da hierarquia e da heteronomia. É a mesma lógica que justifica que o educando que não domine a língua nacional na sua norma culta não expressa uma identidade cultural distinta, e sim a sua falta de educação e inépcia. A dominação deixa de ser História para converter-se, ideologicamente, numa ontologia da desigualdade (Mignolo, 2015, p. xi).

Pode-se dizer que o Colonialismo, e o pensamento heteronômico que ele engendra, são um produto de uma série de *promessas de universalidade* não realizadas: a do capitalismo avançado, do trabalho formalizado e dos direitos sociais, das línguas nacionais, do Iluminismo cosmopolita na sua versão kantiana, dizia Gramsci (*apud* Dabashi, 2015, p. 35). Como escreverá um outro autor mais moderno:

A “Economia” e a “História” são as formas de conhecimento que correspondem às duas instituições maiores que a ascensão (e posterior universalização) da ordem burguesa deu ao mundo: o Modo de Produção Capitalista e o Estado Nacional (a “História” dirigida à figura do Cidadão). Um historiador crítico não tem outra escolha senão a de negociar com este conhecimento. (Chakrabarty, 2008, p. 41)

E tal negociação passa pela constatação de que tal universalização gêmea – da economia capitalista globalizada e de um Estado de cidadãos – não realizou a promessa hegeliana do indivíduo que se torna universal (Hegel *apud* Marcuse, 2004, p. 87). Muito pelo contrário, a liberdade ideal burguesa é percebida, no mais das vezes, pela via da real presença da sua ausência. Como diz Mignolo (2011, p. 13), a modernidade

ocidental engendra seu “lado escuro” na medida em que tudo que ela não reconhece como seu é considerado fora da historicidade: a história universal é equivalente à modernidade ocidental, já que tudo que não é ocidental é não histórico. Tal não significa dizer que o não ocidental (e supostamente não moderno) seja negado na sua materialidade, mas sim que esta é colocada numa posição onde se relaciona *passivamente* com a modernidade, como “folclore” atemporal, e não como agência histórica (Iñigo Clavo, 2016). Se há algo que é característico do contexto latino-americano (e especialmente do brasileiro), do ponto de vista da pós-colonialidade, é exatamente o fato de que nele é necessário começar pela simples afirmação da *aplicabilidade* do paradigma da colonialidade: o Outro se encontra tão desprovido de agência a ponto de ser simplesmente *assimilado* ao sujeito hegemônico. Afirma-se o caráter “mestiço” do país de forma a nem sequer problematizar a mera existência do não branco, do não europeu e do não “ocidental” como potencial sujeito contra-hegemônico (Coronil, 2013; Bustos, 2002).

Note-se que Trotsky, ainda no início dos anos 1930 – mais ou menos na mesma época da redação da sua história da Revolução –, escrevia publicamente a seus correspondentes espanhóis (muito provavelmente ao catalão Andrés Nin e seu grupo) sugerindo, no contexto espanhol, a exclusão da demanda de independência nacional das diversas comunidades minoritárias do programa político dos revolucionários espanhóis, como algo que deveria ser *reconhecido* sempre, mas não necessariamente *realizado*. Ele responde às objeções dos mesmos correspondentes dizendo que, *precisamente* por ser a demanda de libertação nacional uma condição necessária de qualquer revolução democrática, é que essa deman-

da, nas condições específicas da Espanha, *não poderia mais* ser realizada dentro do quadro de um Estado nacional, fosse este castelhano, catalão ou basco.

As bases econômicas (e capitalistas) desses Estados nacionais hipotéticos, no caso específico de uma Espanha já dotada de um desenvolvimento capitalista “denso”, jamais seriam tão amplas que permitissem a esses Estados serem plenamente “universais” e representativos da totalidade dos seus habitantes. Eles seriam sempre e apenas Estados de uma nacionalidade dominante (e até mesmo minoritária), assim como o Estados balcânicos, que se haviam constituído, após a libertação do jugo otomano, sobre a *exclusão* de boa parte da população inclusa nas suas fronteiras (Trotsky, 1973, p. 164⁴). A libertação nacional como tarefa democrático-burguesa só poderia ser realizada *de fato* no quadro de uma futura federação socialista ibérica, e esta, por sua vez, só poderia realizar-se plenamente como parte de uma federação socialista europeia. O que era reivindicação máxima no seu contexto original, democrático-liberal, tornou-se condição mínima, diria Gramsci, alternativamente. E se o subalterno “puder falar”, tal não se fará através da modernidade burguesa enquanto tal (Vásquez, 2007).

Balanço e perspectivas futuras

O velho Eugênio Gudín, decano do neoliberalismo brasileiro, no que tinha de mais reacionário, considerava que a legislação trabalhista varguista, na década de 1950, ao buscar oferecer um estímulo *positivo* para a migração da

4 “More on Soviets and the ‘Balkanization’ argument” (1 set. 1931).

agricultura de subsistência para o emprego urbano, oferecia um “prêmio” à “indisciplina e à vadiagem”. O trabalhador urbano podia, supostamente, *escolher* a ocupação mais convidativa e, no limite, entregar-se à ociosidade mais ou menos prolongada no mesmo meio urbano.⁵ Alternativamente, essa mão de obra deveria ser submetida ao estímulo do desemprego (e, implicitamente, da prisão por vadiagem) para aprender a ser produtiva e competitiva (Bielchowsky, 1996, p. 54-55).

Bielchowsky (1996, p. 54) nota, ao comentar os escritos econômicos de Gudín, que este, em 1959, havia produzido um texto com uma “estranha passagem”, em que lastimava que a mão de obra rural do Brasil contemporâneo padecia de uma abundância de mão de obra “elementar”, sem “alfabetização, aprendizagem, profissão”. Ora, se a ideia era apenas elevar a produtividade física do trabalho, o treinamento específico (mesmo a própria alfabetização) não seria necessário, pelo menos não num primeiro momento. Parece-me, no entanto, importante arriscar que Gudín não estava falando, nesse momento, como economista, mas como uma espécie de pregador leigo que considerava que o assalariado, para converter-se em sujeito de direitos, para começar a *existir* como cidadão, deveria provar-se *moralmente* através da alfabetização e do aprendizado de um ofício. Temos aqui a colonialidade na sua expressão mais desenvolvida: a combinação da exploração econômica com a exclusão de fato do subalterno não “assimilado” do corpo político do Estado nacional (Quijano, 2005, p. 122).

5 Cf. Bielchowsky (1996, p. 76).

Tudo considerado, a passagem gudinesca nada tem de especialmente bizarro ou inusitado – pois alguma medida de confusão entre o descritivo e o normativo, o ser e o dever ser, o imperativo hipotético e categórico –, é um traço bastante vulgar do liberalismo econômico. Um reformista burguês como Keynes já apontava esta contradição: se os liberais consideram que o desenvolvimento econômico é o produto de ajustes “automáticos” e “naturais” que incluem o desemprego e o corte de salários, então a *resistência* dos assalariados a tais ajustes seria igualmente “natural”. Só que não: o que os liberais esperam dos assalariados é que escolham entre “a inanição e a submissão” (Keynes, 1963, p. 148, 160). Para Keynes, isso era meramente uma consequência da preguiça mental da classe dominante, de “um vago otimismo e da crença cômoda de que nada de realmente sério jamais acontece” (p. 162).

Trata-se, no entanto, de um *understatement* do economista britânico: o que ocorre é que os mecanismos de ajuste do liberalismo econômico sempre possuíram uma dimensão, não apenas econômica como *político-ideológica*, de como tornar o exercício da cidadania ativa condicional à submissão à disciplina e aos valores do sujeito (burguês) hegemônico. Um pouco depois de Keynes, Kalecki ([1943]) considerará que o desemprego, tanto quanto um processo econômico, é um instrumento de *disciplina social e política* pela via da exclusão, da ameaça de uma calamidade social, que, lembrará Karl Polanyi, mais do que um processo meramente econômico, é um processo *cultural*: “o ferimento letal infligido às instituições sobre as quais está apoiada a vida social” (Polanyi, 2001, p. 164).

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo histórico adicionou controles econômicos a controles políticos e sociais herdados do passado, mas esses controles extraeconômicos não perderam nada da sua importância e acuidade. Muito ao contrário, é exatamente pela ausência do capitalismo de universalizar a integração ao sistema produtivo que os controles políticos e sociais, dirigidos para a repressão do “Outro”, continuam fundamentais. Precisamente por isso, também, a necessidade do mesmo “Outro” de reagir através de mecanismos, eles também são extraeconômicos. Quando Trotsky, no fim da vida, escreve (como já vimos) que, se o México de Cárdenas desejava aprofundar o legado progressista da Revolução de 1910, ele faria melhor em completar o legado de Zapata do que se preocupar em elaborar uma contrafação de um plano quinquenal soviético. Ele certamente pensava que uma reforma agrária que abrisse o caminho à cidadania ativa da população camponesa e indígena era algo de saída mais importante do que esperar o acesso a essa mesma cidadania pela via passiva da incorporação de mão de obra ao setor industrial.

Esse *obiter dicta* não teve repercussão no seu próprio tempo; ficou restrito às coleções de panfletos nas bibliotecas. Mas quando se pensa que o MAS boliviano conseguiu desfazer em um ano um golpe de direita – coisa que a velha COB jamais conseguiu – e voltar ao poder em cima do seu caráter *plurinacional*, assim como a esquerda chilena conseguiu derrogar a Constituição da ditadura hasteando a bandeira mapuche ao lado do pavilhão nacional, pode-se pensar que a transformação social radical, no mundo de hoje, dependerá de acrescentar novas consignas “identitárias” às antigas

Carlos E. R. Mendonça

consignas classistas e modernizantes. É possível que uma esquerda do segundo terço do século XXI esteja destinada a ser pós-colonial e pós-nacional.

Rio de Janeiro, janeiro de 2021.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, F. A oposição de esquerda no Brasil. In: ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. (ed.). *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. São Paulo: Sundermann, 2015.

ALMEIDA, Ângela Meireles de. O longo resplendor: a revista *Claridad* argentina desde a internacionalização dos grupos *Clarté* à militância antifascista na década de 1930. *Anais do Simpósio da ANPUH*. Associação Nacional de História, São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855459_4c87bdbaffb3d9054d617bccd4a64883.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

BAY, Tim. The October Revolution and LGBTQ+ struggle. *Socialist Revolution*, 25 mar. 2016. Disponível em: <https://socialistrevolution.org/the-october-revolution-and-lgbtq-struggle/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. [1985].

BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BROUÉ, Pierre. *Trotski*. Paris: Fayard, 1988.

BUSTOS, Guillermo Bust. Enfoque subalterno e historia latinoamericana: nación, subalternidad y escritura de la historia en el debate Mallon-Beverley. *Fronteras de la Historia*, v. 7, 2002.

CALLINICOS, Alex. *Trotskyism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Princeton University Press, 2008.

CHATERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, 2004.

COERVER, Don M.; PASZTOR, Suzanne B.; BUFFINGTON, Robert (org.). *Mexico: an encyclopedia of contemporary culture and history*. Santa Barbara: ABC-Clio, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. Liborio Justo (1902/2003). *En Defensa del Marxismo*, n. 32, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaedm.com/verNotaRevistaTeorica/497/liborio-justo-1902-2003>. Acesso em: 6 abr. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORONIL, Fernando. Latin American postcolonial studies and global decolonization. *Worlds and Knowledges Otherwise*, Spring, 2013.

COTTERILL, David (ed.). *The Serge-Trotsky papers*. Londres: Pluto, 1994.

DABASHI, Hamid. *Can non-europeans think?* Londres: Zed Books, 2015.

DEUTSCHER, Isaac. *The non-Jewish Jew*. Londres: Verso, 2017.

DEUTSCHER, Isaac. *The prophet outcast: Trotsky: 1929-1940*. Londres: Verso, 2005a.

DEUTSCHER, Isaac. *The prophet unarmed: Trotsky 1921-1929*. Londres: Verso, 2005b.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin, a political biography*. Penguin: 1982.

DEUTSCHER, Isaac. *Heretics and renegades*. Londres: Hamish Hamilton, 1955a.

DEUTSCHER, Isaac. Marx and Russia. In: DEUTSCHER, Isaac. *Heretics and renegades*. Londres: Hamish Hamilton, 1955b.

DOSTA, Raúl. Episódio de La Revolución. Zapata y Villa en la silla presidencial: acontecimento clave de la Revolución. *Laizquierda Diario*, 6 dez. 2018. Disponível em: Episódio de la Revolución. Zapata y Villa en la silla presidencial: acontecimento clave de la Revolución . Acesso em: 29 mar. 2020.

ENGELS, Friedrich. Friedrich Engels para Georgi Plekhanov, 26 de fevereiro de 1895. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, Nova York, v. 50, p. 449-51, 2004.

FANON, Frantz. *The wretched of the Earth*. Nova York: Grove Press, 2004.

FERES Jr., João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.

FERNÁNDEZ, Octavio. A regulamentação do Artigo Terceiro da Constituição. *Clave*, jan. [1940]. In: TROTSKY. L. *Escritos Latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009a.

FERNÁNDEZ, Octavio. O que foi e para onde vai a Revolução Mexicana. In: TROTSKY. L. *Escritos Latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009b.

FERRER, Jorge Luiz Pereira; ZEHBIT, Alexandre; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Sobre as políticas externas da

Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na II Guerra Mundial (1938-1942). *Diálogos* (Maringá, online), v. 16, n. 2, p. 547-569, maio-ago. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/36148/18708/0>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FITZPATRICK, Sheila. *The Russian Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GALL, Olivia. *Trotsky en México y la vida política en tiempos de Lázaro Cárdenas (1937- 1940)*. 2. ed. México: Unam; Editorial Itaca, 2012.

GONZÁLEZ MARIN, Silvia. *Prensa y poder político: la elección presidencial de 1940 en la prensa mexicana*. México: Siglo XXI, 2006.

GRAMSCI, Antonio. La Città Futura, 11 fev. 1917. In: GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição: Carlos Nelson Coutinho. Tradução: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

HURTADO, Osvaldo. *Political power in Ecuador*. Nova York: Routledge, 2019.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed., revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1989.

IÑIGO CLAVO, María. Is Brazil a postcolonial country? *Paragrana*, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/para-2016-0029>. Acesso em: 21 nov. 2024.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. *The Political Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-330, out. 1943. Disponível em: <http://gesd.free.fr/kalecki43.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

KAVÁFIS, Konstantinos. Ítaca. Tradução de José Paulo Paes. In: *A viagem dos argonautas*, 13 nov. 2016. Disponível em: <https://aviagemdosargonautas.net/2016/11/13/itaca-de-konstantinos-kavafis-traducao-de-jose-paulo-paes/>. Acesso em: 5 nov. 2016.

KENNEDY, David. *Freedom from fear: the American people in Depression and War, 1929-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KEYNES, J. M. *Essays in persuasion*. Nova York: WW Norton, 1963.

KLEIN, Herbert S. *A concise history of Bolivia*. Cambridge University Press, 2011.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFLE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Verso, 1998.

LARA, Hilario Topete. La Escuela Nacional Preparatoria, la Escuela Nacional de Jurisprudencia y el parteaguas del '92. In: PIÑERA RAMIREZ, David (ed.). *La educación superior en el proceso histórico de México*. Tomo 2. Mexicali: UIABC, 2001.

LENIN, Vladimir Ilyich. Can a newspaper be a collective organiser? In: LENIN, Vladimir Ilyich. *What is to be done? Burning questions of our movement*. Transcrição: Delaney e Robert Cymbala, 2000 [1902]. *Collect Works*, v. V. Disponível

em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1901/witbd/v.htm>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LENIN, Vladimir. Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova República Econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *A nova política econômica (NEP): Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global editora, 1987. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>. Acesso em: 1 abr. 2020.

LENIN, Vladimir Ilyich. Imperialism, the highest stage of capitalism. *Impressão em panfleto*, Petrograd, 1917. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LENIN, Vladimir Ilyich. The discussion on self-determination summed up. *Sbornik Sotsial-Demokrata*, n. 1, out. 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/jul/x01.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LORD TENNYSON, Alfred. Ulysses. In: *Poetry Foundation*. Chicago. Disponível em: <https://www.poetryfoundation.org/poems/45392/ulysses>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974.

MAJSTRENKO, Iwan. *Borot'bism: a chapter on the history of Ukrainian Communism*. Nova York: Edward Brothers, 1954.

MALRAUX, André. Appendix: Leon Trotsky. In: TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky 1933-1934*. Nova York: Pathfinder Press, 1979. p. 331-338.

MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MARCUSE, H. *Razão e revolução*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARX, Karl. The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. In: FERNBACH, David (ed.). *Surveys from exile*. Londres: Penguin Books, 1977 [1852]. (Political Writings, v. 2).

MÉXICO. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, de 5 de febrero de 1917. Título primero, capítulo I. De las garantías individuales. *Diario Oficial de la Federación*, 5 fev. 1917. (Última reforma publicada, DOF 06-06-2023). Disponível em: https://web.archive.org/20110724055755/http://constitucion.rediris.es/principal/constituciones-mexico1917_1.htm#t1 Acesso em: 2 abr. 2020

MIGNOLO, Walter. Foreword: yes, we can. In: DABASHI, Hamid (ed.). *Can non-europeans think?* Londres: Zed Books, 2015.

MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2012.

MIGNOLO, Walter. *The darker side of western modernity*. Durnham: Duke University Press, 2011.

MILESTONES: 1937-1945. Mexican expropriation of foreign oil, 1938. *Office of the Historian*, Foreign Service Institute,

United States Department of State, [s.d.]. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/mexican-oil>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

MONGE CHULIÁ, Francisco Javier. *Réquiem para una Nación: ¿México o Estados Unidos?* Naucaplan: Innovación Editorial Lagares de México, 2018.

MOUFFLE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

NETO, Lira. *Getúlio 1930-1945*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

NIBLO, Stephen R. *Mexico in the 1940s: modernity, politics, and corruption*. Wilmington/DE: Rowman e Littlefield, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. Ed. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2003.

PIÑERA RAMIREZ, David (ed.). *La educación superior en el proceso histórico de México*. Tomo 2. Mexicali: UABC, 2001.

PIPES, Richard (ed.). *The unknown Lenin*. New Haven: Yale University Press, 1996.

POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. 2. ed. Preâmbulo: Joseph Stiglitz. Introdução: Fred Block. Boston: Beacon Press, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cuestiones agrarias en el varguismo y el peronismo. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

ROGOVIN, Vadim Z. *1937: Stalin's year of terror*. Oak Park/MI: Mehring Books, 1998.

ROJO, Alicia. Los orígenes del trotskismo argentino: una aproximación a sus elaboraciones teórico-políticas. In: XII JORNADAS INTERESCUELAS. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario, Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009. <http://cdsa.aacademica.org/000-008/486.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 9. ed. Paris: Livraria Garnier, 1927. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8007>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SEMO, Enrique. *Historia del capitalismo em México: las origines, 1521-1783*. México: ERA, 1978.

SHAKESPEARE, William. *The tempest: We are such stuff / As dreams are made on*. [s.d.]. Disponível em: <https://interestingliterature.com/2021/07/tempest-such-stuff-dreams-made-on-meaning-analysis/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry (ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

TELLO, Carlos. *Estado y desarrollo económico: México 1920-2006*. México: Unam, 2007.

TREVIÑO, Rodrigo Costa. As administrações operárias. In: TROTSKY, L. *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009.

TROTSKY, Leon. Carta aos camaradas do Partido Comunista. In: ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. (ed.). *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. São Paulo: Sundermann, 2015.

TROTSKY, Leon. Combater o imperialismo para combater o fascismo 1938-1939. In: TROTSKY, Leon. *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1938/09/cubanpress.htm>. Acesso em: 21 nov. 2024.

TROTSKY, Leon. *My Life*. Londres: Penguin: 1988.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky 1937-1938*. Nova York: Pathfinder, 1985a.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985b.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky*. Supplement 1934-1940. Nova York: Pathfinder Press, 1979.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky 1936-1937*. Nova York: Pathfinder Press, 1978.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a [1930].

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky 1935-1936*. Nova York: Pathfinder Press, 1977b.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky 1939-1940*. Nova York: Pathfinder Press, 1977c.

TROTSKY, Leon. *Journal d'exil*. Paris: Gallimard, 1977d.

TROTSKY, Leon. Trade Unions in the Epoch of Imperialist Decay. In: TROTSKY, Leon. *Leon Trotsky on the Trade Unions*. Nova York: Pathfinder, 1975.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky 1938-1939*. Nova York: Pathfinder, 1974.

TROTSKY, Leon. *The Spanish Revolution*. Nova York: Pathfinder Press, 1973.

TROTSKY, Leon. *La jeunesse de Lenin*. Paris: PUF, 1970.

TROTSKY, Léon D. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris: Gallimard, 1952. O original russo utilizado parcialmente aqui se encontra disponível em: <https://www.marxists.org/russkij/trotsky/works/trotl009.html>. Acesso em: 21 nov. 2024.

TROTSKY, Leon. Lenin on imperialism. *Fourth International*, Nova York, v. 3, n. 18, p. 19-21, jan. 1942 [1939]. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/02/lenin.html>. Acesso em: 21 nov. 2024.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. A trapaça da historiografia chapa-branca. *subtrópicos* # 6, março 2014. Disponível em: https://editora.ufsc.br/files/2017/01/subtropicos_n06.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

VÁSQUEZ, Landa Ladislao. Los fantasmas de la subalternidad (la transformación de/en los discursos (sobre los) indígenas en América Latina). *Revista TOMO*, n. 11, p. 9-41, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/445>. Acesso em: 21 nov. 2024.

VEYNE, Paul. *L'Empire Gréco-Romain*. Paris: Seuil, 2005.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1978.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ŽIŽEK, Slavoj. “Foreword” to Trotsky. *Terrorism and communism*. Londres: Verso, 2007.

SOBRE O AUTOR

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça é economista graduado pela Universidade Candido Mendes (Ucam), mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). É economista-pesquisador aposentado do IE-UFRJ, professor titular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (ICS-Uerj) e membro do quadro complementar docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Tem-se dedicado à redação de um comentário sobre a obra escrita de Trotsky, do qual fazem parte este livro, assim como *Trotsky diante do socialismo real* (2010), *Trotsky e a Europa Ocidental do entreguerras* (2012) e *Trotsky e a revolução permanente* (2014). É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa do Trotskismo Histórico (GEPTH), dirigido por Marcio Lauria Monteiro, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

